



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LEONARDO ALMEIDA DE JESUS**

**O ARCO-ÍRIS DA REALIDADE: MOVIMENTO LGBT+, PARTIDOS  
POLÍTICOS E OPORTUNIDADES POLÍTICAS**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2024**

LEONARDO ALMEIDA DE JESUS

**O ARCO-ÍRIS DA REALIDADE: MOVIMENTO LGBT+, PARTIDOS  
POLÍTICOS E OPORTUNIDADES POLÍTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao departamento de Ciências  
Sociais como requisito para obtenção do  
título de Bacharel(a) em Ciências Sociais  
pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
sob orientação do Prof. Dr. Wilson José  
Ferreira de Oliveira

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2024**

LEONARDO ALMEIDA DE JESUS

**O ARCO-ÍRIS À REALIDADE: MOVIMENTO LGBTQ+, PARTIDOS POLÍTICOS E OPORTUNIDADES POLÍTICAS**

Projeto apresentado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

São Cristóvão, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Simone de Araújo Pereira

*“[...] a gente também é terra que povoa.  
Eu sou uma, mas não sou só.”*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de começar essa sessão agradecendo, em primeiro lugar, aos meus Orixás, sem eles nada disso seria possível. Sou grato ao axé e a minha mãe Yemanjá por me permitirem chegar tão longe rodeado de amor, afeto, carinho, acalanto e compreensão. Sem minha fé nos Orixás nada disso seria possível. Sem meu amor e confiança que Yemanjá me levaria, como o amor, sereno e calmo, forte e tenebroso, a todos os lugares, eu não estaria aqui, foi o axé que me tirou do precipício. A vida me fez de Yemanjá e eu fiz de Yemanjá a minha vida.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a minha família: a minha mãe, trabalhadora doméstica e lavradora que certa vez, ainda muito jovem, me disse que a única coisa que ela poderia me dar era a educação, sinto que fiz valer; minha é minha melhor amiga, meu porto seguro, companheira e meu alicerce, obrigado por cada ligação, por aturar meus surtos, choros, risos e por sempre acalantar esse meu coração ansioso. A minha avó que com o sorriso mais belo do mundo me dá força e coragem para continuar todas as vezes que me chama de “meu professor lindo favorito”, rezando e intercedendo a Deus para que eu alcance todos os meus objetivos; ao meu pai, tias, tios e primos que se fizeram presente me dando força e acalento, muitíssimo obrigado.

Aos meus amigos conterrâneos: Mylena, Beatriz, Maria Luíza, Alexia, Marcella, Vitória Cristine, Emilly Keid, Maria Eduarda, Ana Cláudia, Júlia, João Victor e Amanda, que acompanharam todas as minhas fases e realizações do meu sonho, em especial, ingressar na Universidade Federal de Sergipe no curso de Ciências Sociais. Obrigado por acreditarem no meu potencial, por me darem força, apoio e dividirem os risos, choros, abraços e afetos comigo. Vocês fazem parte da minha trajetória e me constituíram como pessoa. Muitíssimo obrigado.

Aos amigos que o curso e a UFS me presenteou: Icaro, Brenda Seixas, Wilane, Willeberg, Juliana, Anthony, Brenda Cristina, Raquel, Igor, Eduardo, Breno, Matheus, Rony, Túlio e Dio, muito obrigado! Sou e serei eternamente grato ao universo por colocar pessoas tão especiais na minha vida. Obrigado pelo apoio, por acalmarem meus surtos, por rirem junto comigo e por fazerem dos banquinhos da didática 2 uma locomotiva a vapor. Vocês me deram a mão e me ajudaram a chegar até aqui, cada abraço, cada palavra de conforto, cada mensagem e ligação me deram forças e terra

firme para construir meu castelo, vocês se fizeram casa e abrigaram em meu coração bons sentimentos, me ouviram e me incentivaram. Meu eterno agradecimento.

Meus agradecimentos especiais a eles que me fizeram permanecer no curso, mesmo com toda dificuldade e turbulências: Maiara, meu sabiá, que me acompanha desde a entrada nesse curso e que sempre me impulsionou e acreditou no meu potencial, obrigado por me fazer casa e se fazer casa, você é morada de bons sentimentos e me fez expelir bons sentimentos, obrigado por tudo e por tanto, meu sabiá do canto mais lindo; a Felícia, que sempre me ajudou a manter os pés no chão quando a crise parecia me levar para fora da realidade, obrigado por acreditar no meu potencial, dividir todas as fases comigo e me ajudar no meio de todas as dificuldades. A Eduardo, que com seu jeito único de ser sempre me fez acreditar no meu potencial quando nem eu mesmo acreditava, muito obrigado por me fazer chegar aonde eu cheguei.

Ao meu melhor amigo, companheiro e namorado, Henzzo, muito obrigado por ser meu porto seguro, de paz e de aconchego. Obrigado por chegar, ficar e transformar minha vida colorindo-a. Sou feliz e grato por dividir a vida ao seu lado. Obrigado por me apoiar e me dá forças para desenvolver e realizar tudo o que mais anseio, obrigado por cada palavra, riso, conforto e calma, com você eu vejo o mundo de uma forma melhor, e sem você nada disso seria possível. Obrigado por me incentivar e acreditar no meu potencial, obrigado pela força e cumplicidade.

Ao meu orientador Wilson, excelente professor e pesquisador, que está comigo desde o meu segundo ano de graduação, obrigado por cada orientação, conselho, companheirismo, apoio e sabedoria. Obrigado por me apoiar e me permitir alçar esse voo, sem sua orientação durante todos esses anos eu não teria me constituído como pesquisador. Minha entrada no Laboratório de Estudos do Poder e da Política sob sua orientação me abriu caminhos do conhecimento que eu jamais conheceria sozinho. Sou e sempre serei eternamente grato pelo aprendizado que constitui durante as disciplinas ministradas pelo Sr. no curso de Ciências Sociais, que me inspiraram e me deram sede de conhecimento.

As professoras Rosimeire Macedo e Simone de Araújo que marcaram minha trajetória dentro da Universidade. A Simone, que durante suas aulas sempre me instigou, me dando portas e oportunidades para obter ainda mais conhecimento, obrigado por todas as conversas, elogios e puxões de orelha, obrigado por ser essa

professora excepcional e acreditar sempre no potencial dos seus alunos, você marcou minha trajetória acadêmica. A professora Rosimeire que na matéria de Didática me abriu os olhos para a beleza da docência e desabrochou em meu coração a rosa da educação. Obrigado por ser incrivelmente crente na educação e fazer crescer nos seus alunos a importância do papel da educação na sociedade, obrigado por me desconstruir e me fazer ver o que a educação é o melhor meio de transformação da sociedade, que Bell Hooks e Paulo Freire continue nos dando força e coragem para exercer a docência no Brasil como emancipação do ser humano. Um agradecimento especial a minha professora de Sociologia do ensino médio, Lídia Matos, obrigado por ser amiga, professora e agora companheira de profissão, obrigado por me mostrar no horizonte as Ciências Sociais, sou e serei eternamente grato.

A todos aqueles(as) que aqui não foram citados, mas estiveram junto comigo nessa caminhada, muitíssimo obrigado. Agradeço também, por último e não menos importante, a educação pública e de qualidade, essa é de longe o melhor e maior meio de transformação da sociedade. As portas do conhecimento que a Universidade Federal de Sergipe me abriu nenhuma ventania será capaz de fechá-las.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos a partir da análise de candidaturas de pessoas desse movimento. Nesse sentido, o presente trabalho busca elucidar a partir das condições sócio-históricas de surgimento do movimento a relação desse movimento com o universo político-partidário, compreendendo os itinerários, percalços, lutas, demandas, dinâmicas de ação e práticas militantes desse movimento para elencar as pautas da livre diversidade sexual nas arenas deliberativas e institucionais do poder. Não obstante, busca compreender quais as dinâmicas de poder do sistema político brasileiro, suas nuances e particularidades e como esses indivíduos engajam-se eleitoralmente a partir de sua filiação nos partidos políticos. Posto isso, este trabalho também busca compreender as condições de surgimento desse movimento no estado de Sergipe, assim como também a relação do mesmo com os partidos políticos a partir da dinâmica política do estado e das candidaturas LGBTQ+ sergipanas e suas lógicas de engajamento eleitoral. A pesquisa teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, assim como também a utilização de dados estatísticos acerca das candidaturas LGBTQ+ a partir do bando de dados “LGBT e Eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes Da Costa (UFPE), e por fim, a realização de entrevista com uma liderança Transexual de Aracaju a fim de compreender a atuação e a história do movimento LGBTQ+ sergipano. Ao concluir desta pesquisa foi possível observar os percalços que o movimento LGBTQ+ enfrenta para adentrar não apenas no universo político-partidário, mas também para ocupar cadeiras nas arenas deliberativas e institucionais desse poder, nesse quesito, observa-se que mais de 90% das candidaturas LGBTQ+ não obtiveram sucesso eleitoral, a maioria das candidaturas aloca-se a baixos cargos da hierarquia política, nesse aspecto, compreendeu-se que apenas a autodeclaração dos candidatos como LGBTQ+ não é o suficiente para obter uma melhor performance eleitoral, pois, o sistema político brasileiro possui uma dinâmica de poder de funcionamento específica, baseada no capital político, nas redes de alianças e nos agrupamentos de base familiar. Logo, as candidaturas LGBTQ+, ainda se alocam à margem da sociedade e do sistema político-partidário brasileiro.

**Palavras-chave:** Movimento LGBTQ+; Partidos políticos; Candidaturas LGBTQ+; Eleições

## ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze the relationship between the LGBT+ movement and political parties based on the analysis of candidacies from people from this movement. In this sense, the present work seeks to elucidate, from the socio-historical conditions of the emergence of the movement, the relationship between this movement and the political-party universe, understanding the itineraries, setbacks, struggles, demands, dynamics of action and militant practices of this movement to list the agendas of free sexual diversity in the deliberative and institutional arenas of power. However, it seeks to understand the power dynamics of the Brazilian political system, its nuances and particularities and how these individuals engage electorally based on their affiliation with political parties. That said, this work also seeks to understand the conditions under which this movement emerged in the state of Sergipe, as well as its relationship with political parties based on the political dynamics of the state and Sergipe's LGBT+ candidacies and their logic of electoral engagement. The methodology of the research was bibliographical research, as well as the use of statistical data about LGBT+ candidacies from the "LGBT and Elections in Brazil" database prepared by Prof. Dr. Gustavo Gomes Da Costa (UFPE), and finally, an interview with a Transsexual leader from Aracaju in order to understand the performance and history of the LGBT+ movement in Sergipe. At the conclusion of this research, it was possible to observe the obstacles that the LGBT+ movement faces in entering not only the political-party universe, but also in occupying seats in the deliberative and institutional arenas of this power. In this regard, it is observed that more than 90% of candidacies LGBT+ did not achieve electoral success, the majority of candidacies are allocated to low positions in the political hierarchy, in this aspect, it was understood that just the self-declaration of candidates as LGBT+ is not enough to obtain a better electoral performance, as the political system Brazil has a specific operating power dynamic, based on political capital, networks of alliances and family-based groupings. Therefore, LGBT+ candidacies are still located on the margins of society and the Brazilian political-party system.

**Keywords:** LGBT+ Movement; Political parties; LGBT+ applications; Elections.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**PT-** Partido dos Trabalhadores

**PSOL-** Partido Socialismo e Liberdade

**PSTU-** Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

**(P)MDB-** (Partido do) Movimento Democrático Brasileiro

**PcdoB-** Partido Comunista do Brasil

**PSB-** Partido Socialista Brasileiro

**PSD-** Partido Social Democrático

**GGB-** Grupo Gay da Bahia

**SOMOS-** Grupo de Afirmação Homossexual

**ASTRA LGBT+-** Associação Sergipana de Transgênero (Travestis- transformistas- transexuais)

**GAPA-** Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS

**ONGs-** Organizações Não Governamentais

**MHB-** Movimento Homossexual Brasileiro

**EBHO-** Encontro Brasileiro de Homossexuais

**EBLHO-** Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas

**EBGL-AIDS-** Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS

**DCE-** Diretório Central dos Estudantes

**UFPE-** Universidade Federal de Pernambuco

**UFS-** Universidade Federal de Sergipe

**MGL-** Movimento Gays e Lésbicas

**GLS-** Gays, Lésbicas e Simpatizantes

**LGBT+-** Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais+

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Encontros Nacionais do Movimento Homossexual no Brasil (1980-1997).....	51
<b>Quadro 2-</b> Candidatos autodeclarados Homossexuais ou aliados a causa nas eleições de 1982.....	68
<b>Quadro 3-</b> Partidos com setoriais e grupos LGBT.....	86
<b>Quadro 4-</b> Órgão e programas voltados para a criação e execução de políticas públicas para a população LGBT+ em Sergipe.....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Filiação Partidária de candidaturas LGBT+ durante as eleições entre 2002-2016.....	90
<b>Gráfico 2-</b> Demonstrativo em números e porcentagem de candidaturas LGBT+ entre 2002-2016.....	92
<b>Gráfico 3-</b> Performance eleitoral das candidaturas LGBT+.....	96
<b>Gráfico 4-</b> Cargos pleiteados nas candidaturas LGBT+.....	97
<b>Gráfico 5-</b> Ano e número de candidaturas nos pleitos eleitorais.....	112
<b>Gráfico 6-</b> Performance eleitoral das candidaturas LGBT+ em Sergipe.....	112
<b>Gráfico 7-</b> Candidaturas por município em Sergipe.....	113
<b>Gráfico 8-</b> Partidos político das candidaturas LGBT+ em Sergipe.....	114

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Foto do panfleto contendo texto da campanha de Edson Nunes em 1982.....	69
<b>Figura 2-</b> Volume de recursos transferidos por meio de ações governamentais exclusivamente relacionadas a pessoas LGBT e suas demandas e a organizações da ABGLT por ano (2004-2014) .....	94
<b>Figura 3-</b> Lançamento do Jornal Lampião da Esquina em Aracaju no DCE/UFS (1980).....	104
<b>Figura 4-</b> : Wellington Andrade e Suzana Vermont no Lançamento do Jornal Lampião da Esquina em Aracaju (1980).....	104
<b>Figura 5-</b> Cartaz comemorativo dos 10 anos do grupo Dialogay de Sergipe- Campanha de combate à violência Anti-Gay.....	108

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. CAPÍTULO I – DO ARCO-ÍRIS À REALIDADE: O MOVIMENTO LGBT+ E SUA TRANSFORMAÇÃO EM CAUSA PÚBLICA.....</b>	<b>28</b>
2.1- Purpurina e repressão: do surgimento à visibilidade.....	29
2.2- No final do arco-íris está a “peste gay”: movimento LGBT+, seus itinerários, relação com o estado e transformação em causa pública.....	38
<b>3. CAPÍTULO II – CAPÍTULO II- DOS ITINERÁRIOS, LUTAS E ENGAJAMENTO: MOVIMENTO LGBT+ E PARTIDOS POLÍTICOS.....</b>	<b>57</b>
3.1- Autônomo ou partidário? relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos.....	59
3.2- Das Estruturas de Oportunidades Políticas num Presidencialismo de Coalizão: breves considerações teóricas.....	73
3.3- Engajamento eleitoral e práticas militantes: Candidaturas LGBT+, partidos políticos e sistema político-partidário brasileiro.....	85
<b>4. CAPÍTULO III – O ARCO-ÍRIS RESPLANDECE EM SERGIPE: ITINERÁRIOS, LUTAS E ENGAJAMENTO DO MOVIMENTO LGBT+ NO ESTADO DE SERGIPE.....</b>	<b>103</b>
4.1- Devassos em Sergipe: a constituição do movimento LGBT+ e a luta pela livre diversidade sexual .....	104
4.2- Entre compassos e descompassos: candidaturas LGBT+ e política sergipana.....	112
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>124</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“O movimento Homossexual é Revolucionário e não apenas reformista”, esse era um dos gritos ecoados no primeiro encontro de Homossexuais militantes realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI)<sup>1</sup>. Há de se pensar, no entanto e segundo a mídia e cultura mercantilizada, que o movimento LGBT no Brasil se forja apenas em purpurinas e arco-íris, quando na verdade, a sócio-história do movimento nos mostra um segmento da sociedade marcado por lutas, estigmas e barreiras, localizados à margem da sociedade e vistos como corpos abjetos; ora, se tal camada da sociedade é vista dessa forma, como esse movimento pode ocupar espaços não só sociais, mas também políticos?

Segundo dados da pesquisa realizada em 2021 pelo Grupo Gay da Bahia, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo<sup>2</sup>. Mas não precisamos de dados recentes para sabermos que a história do movimento LGBT é marcada por violência, resistência e morte. Durante a o regime nazista alemão, homossexuais eram marcados com triângulos rosas e executados em nome da pureza de costumes, e não para por aí, o estigma se sobrelevou para além do extermínio e se fortificou na desqualificação moral, isso porquê a homossexualidade era vista como inútil para a reprodução da espécie, e o pivô da dissolução da família e seus padrões ideológicos sustentados no patriarcado (Trevisan, 2019). Pecaminosa, sodomita e outros estigmas que classificam tal segmento, o homossexual e a homossexualidade continuam, após anos e conquistas, “vivendo num universo concentracionário, sob o rígido controle da moral dominante” (Pasolini, 1983). Não obstante, em nome da moral e dos bons costumes, os homossexuais eram tidos como portadores de “patologia psíquica ou somática”, em mais um caso marcador das violências sofridas por esse movimento, tomemos como exemplo o projeto comandado pelo delegado José Wilson Richetti, apoiado pelo governador Paulo Maluf e o General Milton Tavares, denominada de “operações de limpeza”, tinham como objetivo prender e espancar homossexuais, travestir e prostitutas. (Trevisan, 2019)

---

<sup>1</sup> De acordo com o boletim informativo do Grupo Gay da Bahia. Dados do BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: GGB, v. 12, n. 27, ago. 1993.

<sup>2</sup> Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+; CLP aprova Seminário sobre o tema. Câmara dos Deputados, 24 de maio de 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema>.

Ao partir para a sócio-história do movimento LGBT no Brasil a literatura aponta a década de 1970 como o surgimento de materiais sobre a homossexualidade no Brasil. As primeiras associações e manifestações homossexuais aconteciam em espaços não politizados apenas como forma de sociabilidade, nesse contexto, podemos marcar o surgimento do Jornal Snob (1963-1969) e a Associação brasileira de imprensa Gay (1967-1968) (Facchini, 2003; MacRae, 1985; Green, 2000). Contudo, é apenas com o surgimento de grupos homossexuais que possuíam propostas politizadas traçando repertórios de ação contra o autoritarismo, comunitarismo e contra a repressão e censura da ditadura civil-militar-empresarial, como o SOMOS- Grupo de afirmação Homossexual, e o Jornal Lampião da Esquina que o embrião de um movimento que logo tomaria espaços na sociedade começar a emergir. (Facchini, 2003; MacRae, 1990; Trevisan, 2019). Tais grupos elencavam os ideais do movimento, lutando contra à violência homofóbica, na luta pela retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais, a inclusão do respeito a “opção sexual” na constituição federal dentre outros aspectos.

É nesse contexto de politização e luta contra a ditadura, sob influência de acontecimentos internacionais como a Revolta de Stonewall, que o Movimento Homossexual Brasileiro se fortifica, sendo esse compreendido como o “conjunto de associações e entidades mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados a livre orientação sexual e/ou reunir com finalidade não exclusivamente, mas necessariamente políticas[...]” (Facchini, 2003,p.83), se fortifica no país, expandindo-se em grupos e associações por todo o Brasil, demandavam as lutas e os ideias do movimento Homossexual.

A partir der 1980, é possível localizar na literatura a atuação desses grupos contra a ordem sistêmica da heteronormatividade (Ferreira, Sacramento, 2019; Ferreira, 2017; Facchini, 2005), destacam-se entre eles o Grupo Gay da Bahia (GGB), Dialogay, Triângulo Rosa, Facção Homossexual (grupo ligado a convergência socialista), dentre outros que publicavam através de seus jornais pautas que orbitavam a visibilidade homossexual e suas demandas pela livre diversidade sexual e, conseqüentemente, o reconhecimento institucional dessa diversidade.

Embora seja possível marcar a primeira metade do ano de 1980 como o eclodir do MHB, a fortificação da luta LGBT, expandindo-se em grupos que demandavam as pautas desse segmento e sua luta por visibilidade num contexto de repressão e

censura, e logo em seguida num contexto de “abertura” do sistema político pós ditadura, o movimento Homossexual começa a entrar em declínio a partir da segunda metade da década de 1980 com o surgimento da epidemia de HIV/AIDS denominada de “peste gay” (MacRae, 1985; Facchini, 2003). Nesse sentido, o movimento passa por um processo de desarticulação e declínio mediante a epidemia que assolou grande parte da população LGBT. Entretanto, mesmo em declínio, tal processo não marca o fim do movimento no país, mas sim de sua rearticulação, demandando novos repertórios de ação, dinâmicas e práticas militantes.

Com pautas que orbitavam em torno da necessidade de criação de políticas públicas que assegurassem e conscientizasse a população LGBT+, o movimento começa a associar-se a lideranças políticas com o objetivo de impulsionar e implementar políticas públicas, projetos de lei, proposições legislativas, seja em nível nacional, estadual ou regional que destinasse os olhos a essa população estigmatizada. Expandindo-se e fortificando-se, é nesse contexto que surge a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros-ABLGT em 1995<sup>3</sup>.

Diante disso, é nesse contexto de adoção de práticas militantes que orbitavam a interação com os espaços institucionais do poder e com o Estado que marco, a partir da imersão na literatura existente (inserir referências) a transformação do movimento LGBT em causa pública, ao criar construções coletivas na luta contra o HIV/AIDS a partir de grupos que compunham o movimento Homossexual Brasileiro, Parlamentares, agências governamentais como o Ministério da Saúde a partir da Coordenação Nacional de DST/AIDS, agências estatais ligadas a temas como justiça, saúde e direitos humanos (Facchini, 2003). Tal rede de ligações entre movimento social e agentes estatais constituiu-se como um dos pilares centrais na rearticulação do movimento LGBT+ no Brasil.

Nesse contexto, o movimento LGBT+ passa a ter maior visibilidade no Brasil, seja a partir do crescimento dos grupos que compunham o movimento por todo o país, seja a partir da interação entre sociedade civil e Estado a partir das implementações de políticas de prevenção à HIV/AIDS, tal parceria dava abertura de participação de

---

<sup>3</sup> Tal Associação seria responsável anos mais tarde pelo mapeamento e fortalecimento da luta LGBT+ nas arenas políticas-partidárias-institucional ao impulsionar e mapear candidaturas LGBTs+ em todo o país e gerir um termo de compromisso para candidatos que não declarados LGBT+, fosse aliado à causa.

tal movimento nas estruturas deliberativas do poder, devido a um claro incentivo do movimento à elaboração de política de identidades como mecanismos para redução da vulnerabilidade desse segmento da população tão estigmatizado (Facchini, 2009). A transformação desse movimento LGBT+ em causa pública é derivado do processo de institucionalização das demandas elencadas pelo movimento, tal processo se dá através da relação da sociedade civil com o Estado, nesse caso, a partir da relação do movimento com atores estatais.

É possível salientar, e de melhor forma discorrerei profundamente durante esta monografia, que o movimento LGBT passa por diversas autotransformações, que, nesse quesito, parto da hipótese de que essas transformações são acompanhadas pelo processo de mudança nas estruturas políticas (Tarrow, 2009), à exemplo disso, com o processo de abertura do sistema político pós ditadura militar, o movimento precisou se reorganizar internamente, isso porque suas pautas orbitavam, além da visibilidade da diversidade sexual, contra o autoritarismo. Diversas relações do Estado com o movimento ocorreram durante esse processo, como a criação do programa de AIDS do Estado de São Paulo, ou, entre 1986 e 1990 durante o governo de Sarney, é criada uma resposta a nível federal e Lair Guerra coordena o programa das AIDS, assim como também, durante o governo Collor, Alcení Guerra assume o ministério da Saúde e Eduardo Corrêa o Programa Nacional de AIDS onde diversos elementos-chave do programa são suspensos (Parker, 1994; Terto Junior, 1994; Barbosa, 1996; Galvão, 2000; Facchini, 2003).

O processo de tornar visível o movimento LGBT+ não está relacionado a uma monocausa, ao reconstruir sua sócio-história veremos como os atores desse movimento conquistaram maiores espaços de participação, seja a nível interno, civil e até mesmo institucional, a partir de adoção de estratégias que trariam uma visibilidade em massa, como no caso da organização das Paradas do Orgulho Gay, onde em um de seus primeiros acontecimento reuniu mais de 500.000 pessoas na cidade de São Paulo (Facchini, 2003). A rearticulação do movimento pós-ditadura e pós a eclosão dos casos de HIV/AIDS foi adotar uma maior incidência política e uma visibilidade massiva, sendo esses dois aspectos as principais estratégias utilizadas pelo movimento durante os últimos anos. (Facchini, 2003).

Logo, durante os anos, repressão, luta, barreiras e rachas fizeram parte da construção desse movimento na agenda pública estatal, o que por um lado favoreceu

a institucionalização de políticas públicas voltadas para esse segmento da população, por outro, atraiu ainda mais os olhos dos setores conservadores da sociedade brasileira. Bancadas políticas uniam-se contra as demandas reivindicadas pelo movimento LGBTQ+, como evangélicos, ruralistas e católicos que elencavam em seus discursos que lutariam contra a “decadência moral”<sup>4</sup>. A política e os movimentos sociais estão intrinsecamente interligados, é impossível separar um do outro. O movimento LGBTQ+ sofreu violências institucionais ao longo de sua história, e nos dias atuais continuam à mercê da sociedade civil e do Estado, mesmo com tantas vitórias alcançadas, havendo uma grande dificuldade de encaminhamento de demandas por meio do Legislativo e um acolhimento via Judiciário que mesmo importante, ainda se limite às decisões tomadas por Juízes ou localidades consideradas progressistas (Facchini, 2003).

Iniciativas importantes consolidavam à luta institucional do movimento LGBTQ+, seja na formação de bancadas e frentes parlamentares como a Frente Parlamentar pela Livre expressão Sexual (2003-2007), ou a Frente Parlamentar Cidadania GLBT (2007-2011), que tinham como objetivo elaborar projetos de lei e proposições legislativas que favorecessem esse segmento da população, estabelecendo também normativas de associações profissionais combatendo a patologização e a discriminação LGBTQ+. Contudo, as demonstrações mais incisivas de reconhecimento da população LGBTQ+ começa a surgir apenas nos anos 2000 mais especificamente em 2003, com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República onde programas de governo e políticas públicas começam a se intensificar e se mostrar mais expressivas, entretanto, é possível ressaltar que o debate do movimento LGBTQ+ já se fortificava nos partidos políticos de forma progressiva, se intensificando a partir do ano de 1990 (Simões; Facchini, 2009).

Essa relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos não se dá de forma linear, embora possua certa constância, tal relação é baseada em movimentos, articulações, transformações e rachas do próprio movimento, ainda assim no que diz respeito de uma dicotomia que surge: o movimento homossexual brasileiro é autônomo ou partidário? Diante disso, recompor um histórico de articulação do

---

<sup>4</sup> Tais setores se consolidaram nas arenas deliberativas e institucionais do poder, como o Congresso Nacional, tornando-se um dos fatores-chaves para o constrangimento das demandas elencadas pelo movimento LGBTQ+ e sua luta pela livre diversidade sexual. No decorrer desta monografia, discorrerei mais profundamente sobre esse ponto

movimento com os partidos políticos está na base da própria reconstrução sócio-histórica desse movimento e de sua ação na sociedade brasileira. A articulação entre estado, sociedade civil e movimentos sociais datam um extensa literatura, ao recortar tal campo e abranger a relação do movimento LGBTQ+ com os agentes estatais e o poder deliberativo institucional, estaremos adentrando na base de atuação desse movimento junto a figuras que representam esse poder deliberativo institucional, para além dos agentes governamentais, estão os partidos políticos e suas lideranças, que como apontado no parágrafo acima, datam sua relação a partir dos anos de 1990, que sem coincidência alguma, é o período em que o movimento LGBTQ transforma-se em causa pública a partir das respostas coletivas entre grupos e atores, institucionais ou não, na luta contra o HIV/AIDS.

Nesse aspecto, tal pesquisa também se debruçará em um dos seus capítulos sobre essa relação, que desnudará as concepções do senso comum, e abrirá os caminhos da pesquisa para compreensão das candidaturas de pessoas LGBTQ+ a partir da relação desse movimento com os partidos políticos, desvendando, nesse sentido, aspectos minuciosos e fundamentais para compreensão do sistema político-partidário do Brasil. Diante disso, podemos ressaltar um exemplo da pergunta dicotômica acima elencada, a partir do “racha” ocorrido no grupo SOMOS, onde de um lado encontravam-se pessoas que orbitavam uma ideia de “anarquismo”, logo, de autenticidade em relação aos partidos políticos, e que viam a relação do movimento com os partidos (aqui Lê-se partidos à esquerda do espectro ideológico-partidário) como “cooptação”, do outro lado, localizavam-se aqueles ativistas homossexuais que exerciam atividades junto à militância de esquerda, demandando a necessidade do MHB de estabelecer ligações com outros movimentos sociais. (Trevisan, 2019; MacRae, 1990; Santos, 2016.)

Destarte, esses atores que atuavam junto à militância de esquerda, futuramente iriam desenvolver importante papel na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao demandar a alocação das pautas do MHB no programa do partido, além disso, tais agentes do movimento também possuirão um repertório de ação pautado no diálogo com as lideranças de esquerda a fim de sensibilizar tais lideranças sobre a importância da não discriminação do segmento LGBTQ+ da população, o que será fundamental para o futuro apoio de parlamentares do PT na aprovação de leis pró-LGBT (Green, 2003; Santos, 2016).

Uma figura central característica da atuação de ativistas homossexuais junto à instâncias partidárias de esquerda é o ex-guerrilheiro e exilado político durante a ditadura civil-militar Hebert Daniel que desempenhou um importante papel na promoção das pautas LGBT+ nos debates internos do PT, sendo esse, um dos primeiros candidatos assumidamente homossexual no pleito de 1986. Junto com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, deixaram o PT para fundar o Partido Verde (PV) em 1989.

É preciso ressaltar, contudo, que a relação entre movimento LGBT e suas pautas de livre diversidade sexual e de gênero com os partidos políticos não se deu de forma linear, como apontado acima, visto que tais tema não foram abraçados por todos do partido, demonstrando as nuances e dificuldades em promover as pautas LGBT+ nos partidos políticos, ainda que de esquerda. Nesse sentido, tomemos como exemplo dessa dificuldade a escolha do vice da chapa da primeira candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 1989, onde o primeiro nome escolhido em convenção feita pelo PT foi o de Fernando Grabeira, contudo, sua vinculação com temas que afrontam a norma como a descriminalização do uso da maconha, e sua postura pouco “viril” deram espaço para que seu nome sofresse rechaço (Dehesa, 2007; Santos, 2016).

Ainda assim, como apontado pela literatura, as demonstrações mais incisivas na criação de políticas públicas para a população LGBT+ começam a surgir a partir de 2003, com a chegada de Lula à presidência da república, marcando uma mudança estrutural na forma homogeneizada de se fazer política, isso porque a emergência de um partido voltado à esquerda do espectro ideológico trazia consigo uma bagagem de visibilidade para as causas e movimentos sociais no poder executivo, elencando vitórias no que tange políticas públicas. À exemplo disso, no governo Lula, pela primeira vez antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo, os ministros também mantiveram relações próximas aos movimentos sociais, sendo 43% na primeira gestão e 45% na segunda gestão (D’araujo, 2009). Tal mudança torna o poder participativo dos movimentos sociais nas instâncias deliberativas maior, dando mais visibilidade a causas que encontravam-se orbitando espaços apenas fora da arena deliberativa institucional.

No que diz respeito ao movimento LGBT+, durante o governo Lula, os temas voltados à sexualidade já não eram mais vistos apenas como “vinculados

necessariamente a considerações relativas à saúde” (Carrara, 2010, p. 135). A literatura aponta um fortalecimento das demandas elencadas pelo movimento nos primeiros anos (Carrara, 2010; Facchini, 2009; Ramos e Carrara, 2006; Pereira, 2018). À exemplo disso, em 2008 se realizou em Brasília a primeira Conferência Nacional GLBT, que contou com a presença do presidente Lula e demais ministros e representantes dos movimentos sociais. O Brasil torna-se o primeiro país da América Latina a realizar um evento dessa natureza, mostrando o compromisso do Estado brasileiro com as pautas e direitos LGBT+<sup>5</sup> (Facchini, 2009).

Contudo, mesmo com um cenário de abertura de oportunidades políticas para os movimentos sociais mediante a mudança nas estruturas políticas, no desenvolver do governo, as políticas públicas tornaram-se cada vez menores ou de pouco efeito. No decorrer dos governos petistas (2003-2015) o olhar para as demandas elencadas pelo movimento LGBT+ tornaram-se cada vez menos efetivas, tornando-se, nesse sentido, políticas públicas não institucionalizadas (Froemming, Irineu e Navas, 2010; Irineu, 2014; Mello, Avelar e Maroja, 2012; Pereira, 2018). A respeito disso, tomemos como o exemplo um dos atos de governo da petista e ex-presidente Dilma Rousseff, onde a então presidenta vetou o Kit Anti-homofobia<sup>6</sup> desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com ONGs, onde a mesma declara que seu governo não faria “propaganda de opção sexual” (Aguião, Vianna e Gutterres, 2014; Machado e Rodrigues, 2015; Pereira, 2018).

A partir dessa problematização, é possível indagar-se como tal movimento em determinado momento dentro do espectro institucional intensificando seus discursos, demandas e ideais políticos no combate à homofobia, transfobia, lesbofobia e demais preconceitos, e num outro momento ao interagir com o mesmo governo os resultados não se tornem tão favoráveis? Essa breve reconstrução histórica nos leva até o senso comum que orbita na ideia de que os partidos mais alinhados à esquerda seriam mais favoráveis às pautas do movimento LGBT+, contudo, os dados empíricos supracitados mostram a presença de uma dialética, como apresentado acima nos últimos parágrafos.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008

<sup>6</sup> Tal projeto fazia parte do “Escola sem Homofobia”, onde foram compostos apostilas e materiais de audiovisual que tinha como objetivo capacitar os professores da rede pública a lidar com as questões de diversidade sexual (SANTOS, 2016)

Nesse sentido, o problema desta pesquisa consiste em compreender a partir do recorte dos anos de 2003 a 2015 como acontece a relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos a partir da análise de candidaturas de pessoas desse segmento da população, tanto em nível nacional quanto estadual em Sergipe. Partindo disso, tal pesquisa consiste em analisar como se dão as candidaturas de pessoas LGBT+ mediante as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas no contexto de um presidencialismo de coalizão. Assim posto, visa analisar a relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2015) compreendendo suas coalizões e como e em que medida, tais coalizões mudaram as estruturas políticas, e conseqüentemente, a relação entre movimento LGBT+ e os partidos políticos. Diante desses fatos, tal monografia possui como objetivos específicos: a) Compreensão da construção do movimento LGBT+ no Brasil e sua transformação em causa pública a partir das interações entre movimento social, sociedade civil e Estado; b) Análise das candidaturas de pessoas LGBT+ no Brasil, assim como também, análise das proposições legislativas e votações na Câmara dos Deputados e Senado federal de projetos de lei que beneficiem esse segmento da população; c) Compreensão das estruturas de incentivo e constrangimento durante os anos de 2003 a 2015, demonstrando os principais aspectos que incentivaram a luta pela livre diversidade sexual no Brasil, e os principais fatores que constrangiam essa luta; e) Análise da atuação do movimento LGBT+ em Sergipe, seus principais grupos, lideranças, práticas militantes, candidatos e apoiadores da causa, demonstrando uma dialética entre as clivagens ideológico-partidária e os palanques montados nacional e estadualmente.

O cerne teórico desta monografia baseia-se na Teoria do Processo Político (TTP) que investe numa teoria de mobilização política, pautando-se no conceito elaborado por Sidney Tarrow, no seu livro “O Poder em movimento: Movimentos Sociais e confronto político” que é o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP), onde o autor descreve que quando acontecem mudanças nas estruturas de oportunidades políticas, ou seja, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para a expressão de reivindicações para grupos sociais que estão fora da *polity* (Alonso, 2009), nesse sentido, se configura um movimento social diante das oportunidades políticas favoráveis.

Diante disso, A Teoria do Processo Político prioriza uma estrutura de incentivo e/ou constrangimentos políticos que delimita as possibilidades de escolha dos agentes no curso das ações (Alonso,2009) o que explicita a relação entre detentores do poder e desafiantes. Contudo, é preciso lembrar que tal teoria, embora formulada nos Estados Unidos, engloba casos europeus em suas análises, e é diante disso que compreendo as grandezas e limitações dessa teoria para abarcar a realidade política brasileira

Nesse sentido, faz-se necessário uma teoria que compreenda as particularidades do sistema político brasileiro, suas dinâmicas de poder e gramáticas políticas, e é mediante a isso que utilizarei nesta pesquisa o conceito de presidencialismo de coalizão proposto por Sérgio Abranches (1988,2008) em suas obras “Presidencialismo de Coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro” e “Presidencialismo de Coalizão: O dilema Institucional Brasileiro” onde o autor manifesta uma importante característica do sistema político brasileiro: a necessidade do chefe do executivo de fazer coalizões com diferentes lideranças, partidos políticos e frentes parlamentares para possuir maioria no congresso e garantir sua governabilidade. Proponho a analisar, nesse sentido, as oportunidades políticas do movimento LGBT+ em um presidencialismo de coalizão.

Para compreensão da história do movimento LGBT+ enveredei por fontes historiográficas e sociológicas importantes para a compreensão das demandas desse movimento e suas transformações. Com base nisso, fundamentarei tal pesquisa a partir dos trabalhos de Regina Facchini (2003), João Silvério Trevisan (2019), James Green (2018), MacRae (inserir data) dentre outros autores que me darão base para compreender a homoafetividade no Brasil, analisando com profundidade como enveredou a luta do movimento LGBT+ no Brasil, sua formação, demandas, práticas militantes, transformações e repertórios de ação e discursivos mediante ao contexto político que emerge o movimento no Brasil. Tais análises formam um pilar central na literatura acerca do movimento LGBT+ no Brasil que me ajudarão a elaborar a reconstrução sócio-histórica desse movimento.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa de caráter explicativo, ater-me-ei a compreensão das causas e efeitos que englobam a relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos, a partir da proposta de explicação e análise dos acontecimentos deste fenômeno. Tratando-se de uma pesquisa com essas bases, enveredei na

compreensão dos atores desse movimento social a partir de suas candidaturas a cargos político-partidários e, em que medida, tal análise explicou as gramáticas políticas e as dinâmicas de poder do sistema político-partidário. Tal pesquisa contou com a utilização de três grandes eixos metodológicos: a pesquisa bibliográfica (Mioto, C; de Lima, T, 2007), a análise documental (Cellard, 2012) e a coleta de dados a partir de entrevista (Haguete, 1987) com a presidenta da organização ASTRA em Sergipe, que me permitiu construir a traçagem da história e da atuação do movimento LGBT em Sergipe e analisar como os palanques das clivagens ideológico-partidária montados nacionalmente diferem dos montados estadualmente.

Nesse sentido, além de imergir no campo bibliográfico a fim de compreender a teoricamente a relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos, e de reconstruir a sócio-história desse movimento e sua atuação nacional e estadual em Sergipe, foi necessário uma imersão no campo empírico a partir do levantamento e análise de documentos como proposições legislativas, projetos de lei, votações, termos de compromisso com a causa LGBT+, diários, relatórios dos encontros nacionais promovidos por esse movimento e relatório de reuniões de grupos LGBT+ em Sergipe. Assim como também, essa pesquisa contou com a imersão no campo empírico a partir de entrevistas com a presidenta da ASTRA/Se e visitas a sede desta organização a fim de reconstruir a sócio-história do movimento em Sergipe, sua atuação, seus grupos, rede de ligações e práticas militantes.

A presente monografia está constituída em três grandes capítulos, o primeiro está fundamentado em reconstruir a história do movimento LGBT+ no Brasil, suas principais causas, atuações, lideranças, transformações, articulações e rearticulações, demonstrando seus itinerários e lutas durante os anos e sua consolidação como causa pública a partir da institucionalização de suas demandas, e da efetivação de políticas públicas a partir dos anos de 2003. O segundo capítulo estará fundamentado em compreender a relação do movimento LGBT+ e dos partidos políticos, demonstrando suas práticas militantes, engajamento, autonomia e relação com a política partidária-institucional, demonstrando as candidaturas de agentes desse movimento e a relação da pauta da livre diversidade sexual com a política eleitoral no Brasil, compreendendo as nuances do sistema político-partidário-eleitoral do Brasil. O terceiro e último capítulo estará pautado em analisar e compreender o que denomino de: “O caso sergipano” tal capítulo estará norteado na compreensão

da atuação e da história do movimento LGBTQ+ em Sergipe, salientando a rede de ligações e práticas militantes desses atores, além disso, tal capítulo estará centrado na compreensão das clivagens ideológico-partidárias, ou seja, em compreender as nuances dos palanques montados em torno da causa LGBTQ+ nacionalmente e estadualmente.

## **2. CAPÍTULO I- DO ARCO-ÍRIS À REALIDADE: O MOVIMENTO LGBT+ E SUA TRANSFORMAÇÃO EM CAUSA PÚBLICA**

Para traçar a história do movimento que começa sendo denominado como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) é preciso revistar o passado e conhece-lo de forma minuciosa. O presente capítulo desta pesquisa tem como objetivo reconstruir a socio-história do movimento LGBT+ no Brasil, seus percalços, itinerários, repertórios de ação, práticas militantes e demandas. Nesse sentido, data-se a partir dos anos de 1970 a literatura que marca a gênese desse movimento num contexto político de repressão.

Antes de se constituir como causa politizada, os grupos homossexuais surgem em guetos, espaços periféricos e marginalizados. A cultura homossexual cresce nesses espaços em contracultura a norma heteronormativa hegemônica, esses espaços e grupos que nascem orbitam em torno da sociabilidade e socialização desse segmento da população que se encontrava largados à margem da sociedade, impossibilitados de demonstrar afeto em público, reprimidos pelo sistema moral do Brasil.

O movimento LGBT+ cresce e fortifica sua luta no Brasil, passando por transformações internas, e por mudanças no que diz respeito a sua prática militante e seus repertórios de ação. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo reconstruir a sócio-história desse movimento a partir da sócio-gênese desse segmento e suas práticas homoafetivas no Brasil. De modo geral, está pautado em compreender os itinerários, lutas e transformação em causa pública do movimento LGBT+, analisando seus atores, demandas, discursos e repertórios de ação, a partir do surgimento (em meados do ano de 1970) até a institucionalização das demandas e pautas elencadas por esse movimento.

Diante do exposto, tal capítulo está dividido em dois subtópicos, o primeiro, propus-me a traçar o surgimento desse movimento que sai dos guetos da sociabilidade e começa a transformar-se num movimento político que luta por visibilidade e acesso aos espaços políticos e sociais no contexto da ditadura civil-empresarial e militar, ou do que me proponho a chamar a partir do termo desenvolvido por Renan Quinalha (2018) de “Ditadura hetero-militar” compreendendo nesse sentido, o aparato ideológico e repressivo elencado pela ditadura militar a acerca das sexualidades dissidentes e subversivas às “normas”. Diante disso, será exposto a

atuação desse movimento como arma política no processo de reconstrução democrática no Brasil e de luta pela visibilidade para esse segmento marginalizado da população, ou seja, como esse movimento sai dos guetos da socialização para a visibilidade na sociedade civil.

O segundo tópico deste capítulo abordará o processo de institucionalização da pauta da livre diversidade sexual a partir da relação entre Estado (aqui, já democrático), movimentos sociais e sociedade civil. Analisando o processo de interação dos agentes e líderes estatais com o movimento LGBT+ que à época passava por um processo de desarticulação devido a epidemia do HIV/AIDS, e se transformando a partir da necessidade de luta e resposta coletiva desse movimento na batalha contra o HIV/AIDS no Brasil. Tal capítulo estará pautado em explicitar as nuances, itinerários, lutas e engajamento desse movimento para expelir suas pautas e desmistificar a causa LGBT+ tão estigmatizada, assim como também, demonstrar os percalços que tal movimento percorreu para que suas pautas fossem vistas pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, os dois tópicos se interseccionam para a construção da história do movimento LGBT+ no Brasil, desde seu surgimento no período ditatorial até a redemocratização no Brasil e a chegada de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da república, tendo esse último fato como marco no que diz respeito à construção de políticas públicas e políticas de governo efetivas para o segmento LGBT+ da população. Diante disso, tais tópicos tratarão das estruturas políticas no Brasil no decorrer dos anos como fator chave para o surgimento, constrangimento e visibilidade dos movimentos sociais no Brasil, nesse caso, tratar-se das estruturais mudanças políticas ocorridas no Brasil e como essas, por sua vez, foram um fator primordial na construção do movimento LGBT+, na construção desse movimento como causa pública.

## **2.1 Purpurina e repressão: do surgimento à visibilidade**

Data-se a época da ditadura civil-militar-empresarial ocorrida de em 1964 no Brasil como o período do estopim da repressão dos desejos e afetos de pessoas LGBT+ na tentativa de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual (Quinalha, 2018). O seio ideológico desse regime a partir do aparato

estatal que encabeçava os ataques aos direitos humanos tinha como base um intenso discurso anticomunista e um anseio pela reconstrução econômica, moral e cultura, a necessidade de instauração de uma ordem que reconstruísse o país a partir dos valores morais que coincidiam com a ânsia dos grupos conservadores pela preservação da família, da moral e dos valores cristãos (Quinalha, 2018).

Temos na gênese que antecede o período ditatorial no Brasil uma das maiores manifestações ocorridas nos países até o acontecimento das manifestações do Diretas Já. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade elencava os valores cristãos e a moral patriarcal, em defesa da família e contra a subversão e corrosão da juventude a partir das manifestações de grupos com as sexualidades dissidentes, renunciaram as mudanças políticas que estavam por vir (Presot, 2010; Simões, 1985). Grupos religiosos e elites conservadores da sociedade emanava tais discursos a fim de conter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairavam sobre as instituições políticas do país, pedindo a queda do governo João Goulart e intervenção das forças armadas no país, a fim também de varrer o mal da “corrupção”.

Os Atos Institucionais caracterizam esse momento da história política do Brasil, o que se pode notar é que, em sua maioria, os Atos Institucionais tinham como objetivo central reconstruir o país nas mais diversas instâncias da vida social, seja na vida cultural, moral, econômica e social, os Atos Institucionais elencaram a erradicação da corrupção e subversão do governo que assolava o país. A tradição, moral e honra nacional eram aspectos muito construídos na ideologia da ditadura com o objetivo de justificar seus atos repressivos e de censura. O AI- 5, à exemplo, anunciava a necessidade de uma “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo, na luta contra a corrupção”. (Quinalha, 2018, p. 25).

A respeito disso, o autor Renan Quinalha nos diz que:

[...] é possível notar, claramente, um discurso que consagra uma “ordem”, inspirada pelos “ideais superiores da Revolução” e pela “honra nacional”, que devia ser defendida contra qualquer ameaça de “subversão” e de “corrupção”, seja ela “política”, “cultural” ou “moral”. A “democracia” não era apenas ocidental e capitalista, mas também cristã, e precisaria estar permanentemente alerta contra os riscos criados e alimentados por conspiradores de fora e dentro das fronteiras nacionais.” (Quinalha, 2018, p. 26)

Nesse sentido, a ditadura ocorrida no Brasil necessitava construir um aparato ideológico que justificasse os fins de suas ações e ataques aos direitos humanos, que nesse contexto coincidia veementemente com os discursos elencados pelas elites,

setores religiosos, ruralistas e conservadores da sociedade brasileira. Ser um corpo com uma sexualidade dissidente no Brasil era estar largado à margem da sociedade e atacado pelo próprio Estado e seus agentes, que viam nessa população não um desejo de expelir sua subjetividade, mas sim de corroer e subverter a moral. Como apontado na introdução desta monografia, o homossexual e a homossexualidade vivem sob um rígido universo concentracionário, sob o controle da moral da moral dominante (Pasolini, 1983). Ainda nesse sentido, Renan Quinalha, 2018, p. 26 afirma que:

Um regime ditatorial, em verdade, não é apenas uma forma de organização de um governo orientado para suspensão de direitos e liberdades como um fim em si mesmo, mas se abate sobre os corpos social, político e individual como um verdadeiro laboratório de subjetividades para forjar uma sociedade à sua própria imagem

Os aspectos morais e repressivos da ditadura militar estão intrinsecamente ligados na construção do Estado autoritário e como esse, por sua vez, agia sob os corpos dissidentes e contrários ao regime autoritário. Nesse sentido, é preciso ressaltar que a constituição do Estado autoritário brasileiro durante o período ditatorial, embora marque na literatura sob regimes de governo como uma característica desse Estado uma centralização do poder, o Estado ditatorial brasileiro era composto de diversos agentes e vértices que realizavam as políticas de “saneamento” da sociedade. Sendo esses agentes: Polícias Políticas e Judiciárias, comunidade de segurança, sistemas de espionagem, órgão de censura e de propaganda política (Quinalha, 2018). Logo, as estruturas políticas da ditadura militar eram constituídas por diversos órgãos que tinham como objetivo reprimir as sexualidades dissidentes, onde os aspectos morais e políticos potencializam o aparato repressivo (Quinalha, 2018). Nesse contexto:

A ideologia e o aparato repressivos dão concretude, portanto, à preocupação marcada da ditadura brasileira com a pornografia, o erotismo, as homossexualidades e as transgeneridades, fenômenos classificados como temas e práticas ameaçadoras não apenas contra a estabilidade política e a segurança nacional, mas também contra a ordem sexual, a família tradicional e os valores éticos que, supostamente, integravam a sociedade brasileira. (Quinalha, 2018, p. 29).

Nesse período, de repressão, censura, controle e prevenção da moral e dos valores conservadores acometidos pela ditadura, marca uma cisão intensa entre a vida privada e a vida pública. Já não era mais possível distinguir o íntimo do público, as pessoas viviam sob intensa vigilância, tendo sua vida espionada pelos agentes estatais. Ser homossexual, possuir uma sexualidade dissidente à norma era ser visto com repulsa, ter seu corpo colocado à margem da sociedade, aos “guetos”, as “periferias da sociabilidade”, demonstrar homoafetividade em público não era

possível. E é nesse contexto que surgem os primeiros grupos de homossexuais, esses, por sua vez, não possuíam um caráter politizado, mas sim uma resistência a partir da contracultura heteronormativa. Travados nos “guetos”, surgem os primeiros grupos de associação homossexual, sendo esses: o *Jornal Snob* (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) (MacRae, 1985; Green, 2000; Facchini, 2003).

Diante dos fatos exposto, e no contexto de repressão e violência ondem ordem política de um lado e ordem sexual de outro impondo-se sobrepostas na tutela moral que o regime autoritário tentou impor a sociedade (Quinalha, 2018) grupos homossexuais começam a fortificar sua luta contra o autoritarismo e por maior visibilidade, e começam a sair dos “guetos” e das “periferias” da sociabilidade, é, diante desse contexto, que surgem os primeiros grupos politizados, sendo eles: SOMOS- Grupo de afirmação homossexual, em São Paulo, no ano de 1978, assim como também surge no mesmo ano o *Jornal Lampião da Esquina* (Facchini, 2003; MacRae, 1990; Trevisan, 2019.), desta vez, possuindo um caráter politizado, tais grupos demandavam um importante papel nas primeiras iniciativas do movimento homossexual, demandando maior visibilidade, e numa luta contra o autoritarismo. O SOMOS se afirma do ponto de vista histórico, diante disso, como o primeiro grupo homossexual a possuir visibilidade e notoriedade no tange a luta pela livre diversidade sexual, possuindo uma importante atuação na luta por direito civis e sexuais da população LGBT+. A respeito disso:

Segundo MacRae, antes da fundação do SOMOS, João Silvério Trevisan, ao retornar do auto-exílio, havia tentado organizar um grupo, no segundo semestre de 1976, para discutir as novas ideias que trazia após os contatos com os movimentos homossexual, feminista e ecológico nos Estados Unidos. Esse grupo teria se dissolvido em poucas semanas. Em abril de 1978, saía o número zero do jornal *Lampião da Esquina*, que teria um importante papel na articulação das primeiras iniciativas do movimento. Ainda em abril, a *Revista Versus*, ligada à Convergência Socialista, promoveu uma semana de debates com um dia reservado à imprensa alternativa. O “boicote” ao *Lampião da Esquina* na convocação para esse debate e as resistências às especificações das “minorias” que seriam apoiada, de acordo com MacRae, teriam estimulado Trevisan e um grupo de homossexuais presentes no último dia de debates a formarem um grupo para refletir sobre essas questões. No mês seguinte, cerca de 15 a 20 pessoas reuniram-se semanalmente (MacRae, 1985, p. 220 *apud* Facchini, 2003, p.88)

A partir do surgimento do Grupo SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual<sup>7</sup>, novos agentes e atores começam a ingressar na luta politizada pela visibilidade desse

---

<sup>7</sup> Segundo MacRae (2018); Facchini (2003); Ferreira, Sacramento (2019); Simões, Facchini (2009), antes de se autodenominarem SOMOS o grupo intitula-se de: Núcleo de Ação pelos Direitos

segmento da população, realizando sucessivos encontros anuais a fim de promover debates e estratégias para a luta do movimento, contra o autoritarismo, por maior visibilidade, pelo acesso de pessoas LGBTQ+ aos espaços da sociedade sem censura e repressão. Nesse contexto de maior atuação do Movimento Homossexual Brasileiro<sup>8</sup> grupos começam a emergir e se fortificar pelos estados do país, sendo possível destacar alguns deles como: como o Grupo Gay da Bahia (GGB), Dialogay, Triângulo Rosa, Facção Homossexual (ligada a Convergência Socialista), dentre outros grupos, que lançavam publicações que tinham como pauta a visibilidade homossexual e suas demandas pela livre diversidade sexual e pelo reconhecimento dessa diversidade. (Ferreira, Sacramento, 2019; Ferreira, 2017; Facchini, 2005).

É apontado por MacRae (1985, p. 257) diversas características existentes no grupo SOMOS, uma delas me chama atenção e corresponde ao que aqui foi exposto no que tange a luta do movimento homossexual brasileiro no contexto da ditadura hetero-militar (Quinalha, 2018), tal característica afirma que “o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo”, nesse sentido, o movimento vai se consolidando como uma ferramenta política de questionamento da moral normativa que regia o sistema ideológico ditatorial, isso porque colocava como ponto chave da sua luta a derrubada do autoritarismo e do sistema repressor sexual que colocava os desejos anti-normativos como dissidentes, neste contexto, Renan Quinalha (2018, p. 37)

Assim, a visão da ditadura sobre essas “perversões” também se desloca a partir da afirmação da homossexualidade como uma identidade política e um suporte para a militância organizada contra o autoritarismo. Neste sentido, a homossexualidade mudou e influenciou a renovação da mirada da ditadura. Quando deixou de ser apenas uma prática sexual repulsa e passa a ser um movimento social de contestação da ordem e de reivindicação de igualdade e direitos, colocou em questão as estruturas autoritárias e excludentes do regime.

---

Homossexuais. Tal grupo reunia-se com intelectuais, artistas e profissionais liberais que elencavam um descontentamento em serem tratados como corpos abjetos largados à margem da sociedade, começaram a se reunir semanalmente em São Paulo, que especificam seu repertório de ação na luta contra as implicações que suas orientações sexuais sofriam. O primeiro ato público desse grupo foi enviar uma carta protesto ao sindicato dos jornalistas fundamentando uma crítica a imprensa e como essa, por sua vez, tratava os homossexuais e apresentava a homossexualidade

<sup>8</sup> O que conhecemos atualmente como movimento LGBTQ+ foi, a priori, denominado de Movimento Homossexual Brasileiro até 1993, sendo esse caracterizado por Regina Facchini como: “conjunto de associações e entidades mais o menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados a livre orientação sexual e/ou reunir com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas [...]” (Facchini, 2003, p. 84)

Diante disso, quando o movimento homossexual sai de apenas práticas e espaços de socialização<sup>9</sup> e sociabilidade homoafetivas e passa a ser um instrumento politizado, um movimento social<sup>10</sup>, ele se transforma em uma máquina política de transformações.

Ainda no que diz respeito ao expoente do Movimento Homossexual Brasileiro caracterizado pelo grupo SOMOS, faz-se necessário salientar suas práticas militantes em concórdia com a Sociologia e intersecções com a Antropologia<sup>11</sup>. Nesse sentido, Edward MacRae traz importantes argumentações no que diz respeito à organização interna dos atores homossexuais através dos espaços de sociabilidade e socialização dos “guetos” homossexuais, isso porque o autor aponta o encontro dos contestadores culturais na busca por identidade na tentativa de dissolver as rígidas normas que definem os papéis do “homem” e “mulher” na sociedade. Ainda a respeito das práticas militantes, o autor se baseia na teoria de Tilman Evers (1983) para ilustrar aspectos comuns aos movimentos sociais e as manifestações políticas, dissertando que tais manifestações buscam novos tipos de relações nas esferas do “público” e do “privado”, diante disso, tais movimentos se propõe a humanizar a vida pública no sentido de fazê-la funcionar de acordo com as normas e valores encontrados na vida privada. Nesse sentido:

[...]Eles procuram valorizar o “privado”, para acentuar sua importância como um tema “político” a ser discutido e pensado em pé de igualdade com o outro, mais “geral”. Como diz o sociólogo, tudo isso constitui muito mais um “estado de espírito” e tendências do que uma prática real. No entanto, seus efeitos sobre a prática organizacional são bastante evidentes. [...] Esses movimentos rejeitam qualquer tipo de estrutura grandiosa, anônima e burocrática, como o Estado, por exemplo. Várias dessas características eram evidentes nos grupos homossexuais e feministas brasileiros. (Evers, 1983 *apud* MacRae, 2018, p. 52)

Ainda nesse aspecto das práticas militantes, Edward MacRae, 2018, p.53 afirma que:

---

<sup>9</sup> Mesmo com todo aparato repressivo do Estado ditatorial, bares, boates e espaços de pegação e demonstração de homoafetividades convivem concomitantemente aos aparelhos repressivos estatais, o importante era que esses grupos e espaços se mantivessem nos “guetos”, nas sombras, sob anonimato.

<sup>10</sup> Faz-se necessário ressaltar, que, no que tange a Sociologia Política e sua literatura, nem todo evento e protestos políticos e ações coletivas são movimentos sociais. Partindo desse sentido, é possível afirmar que movimento social se caracteriza por “um tipo específico de ação política, coletiva, datada historicamente e com características próprias de repertório, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades, variando os contornos mais preciosos do conceito a depender da teoria e perspectivas adotadas pela análise.” (Quinalha, et al., 2018, p. 11)

<sup>11</sup> A partir dos escritos de Edward MacRae (2018); Tilman Evers (1983) e Ruth Cardoso (1983) que elencam estudos sobre movimentos sociais e relações com o Estado, assim como também as práticas militantes desses atores sociais.

O Lâmpião e os militantes homossexuais brasileiros professavam valores similares, tanto na sua negação das relações comerciais intrínsecas ao consumismo como na rejeição dos “esquemas prontos” da esquerda tradicional. Ao invés, o jornal e os grupos homossexuais buscavam ressaltar a importância dos sentimentos e ações no nível individual. Assim, numa aparente contradição, apesar do seu repúdio à comercialização das relações humanas, o Lâmpião se dispunha a defender a prostituição, descartando implicitamente a sacralidade geralmente atribuída à atividade sexual. Para os editores do jornal, era preferível investigar como, de fato, ocorriam as relações sexuais comercializadas, tentando destacar também seus aspectos prazerosos. Dessa forma, focava mais uma vez as experiências individuais e não as personificações, outra característica que Evers atribuiu aos movimentos sociais

Revisitando no que diz respeito aos aspectos organizacionais do Movimento Homossexual Brasileiro, faz-se necessário salientar as novas formas de relacionamento e de participação política que se desenvolvem no seio dos movimentos sociais contemporâneos como uma tentativa de estabelecer esforços para uma prática igualitária se geralmente se encontra implícita na noção de “Comunidade” (MacRae, 2018). Nesse sentido:

[...] Ruth Cardoso apontou, a construção dessa comunidade igualitária não se dá por causa da posse de atributos positivos comuns, mas sim através de uma “falta”, carência ou opressão compartilhada. Isso contribui para que a comunidade seja percebida como uma experiência de igualdade e que se procure deixar de lado as diferenças que venham a existir entre os participantes, tais como as diferenças de classe ou de gênero. (Cardoso, 1983 *apud* MacRae, 2018, p. 53)

Era nesse aspecto de construção igualitária que MacRae aponta as características do grupo SOMOS ao afirmar que:

Era nesse sentido que o SOMOS exigia, de maneira radical, que todos os seus membros apresentassem uma mesma identidade de discriminação. Em várias ocasiões, as pessoas que não se identificavam primariamente como homossexuais foram até obrigadas a deixar as reuniões grupais. A igualdade promovida no seio do grupo era tida como valor fundamental em todos os aspectos da vida dos seus membros e sempre se tentava neutralizar qualquer diferença mais importante que emergisse entre eles (MacRae, 2018, p. 53)

Nesse aspecto, é necessário destacar que as estruturas autoritárias e repressivas da ditadura, para além de toda violência e repressão com as sexualidades tida como dissidentes e como pivô da corrosão da moral da sociedade brasileira, a ditadura “hétero-militar” consagrou um intenso e feroz aparato ideológico, diante disso, a violência e a repressão a esses grupos que “desorganizavam” o sistema moral heteronormativo das famílias conservadoras, patriarcais e monogâmicas também se caracterizava a partir dos aparatos ideológicos, ou seja:

Deste modo, o cerne da política sexual da ditadura não era exterminar fisicamente estes grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do

mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal. (Quinalha, 2018, p. 36)

Diante dos fatos, os grupos homossexuais insurgentes reivindicavam suas afetividades e desejos a partir da luta pela visibilidade desses grupos, além de se tornarem um importante mecanismo, junto a outros movimentos sociais, contra o autoritarismo acometido pela ditadura “hétero-militar”, que censurava, reprimia e violentava qualquer aspecto da vida social, econômica e sobretudo cultural que instigasse qualquer contracultura revolucionária. Esse contexto ideológico da ditadura, criou mecanismo que caracterizassem a sexualidade a partir de uma moralidade sexual normativa, impondo a partir de seus agentes estatais, assim como também os meios de comunicação, discursos que elencavam uma “correta” moralidade e bons costumes a serem seguidos a fim de elevar a “riqueza cultural” da nação a partir dos seus moldes. Logo, a homossexualidade e as práticas homoafetivas foram colocadas dentro de um campo de representação negativa devido a ação repressora do estado. Focalizada não apenas em reprimir e violentar os direitos humanos, a ditadura hétero-militar consagrou um discurso violento que findou em representações negativas sobre a população LGBTQ+ (Quinalha, 2018).

Nesse sentido, e na luta pela resistência dos seus modos de vida, e afim de traçar estratégias e repertórios de ação para lutar contra os aparatos repressivos do estado ditatorial, sejam eles ideológicos ou físicos<sup>12</sup>, o Movimento Homossexual Brasileiro começa a se organizar a partir de encontros nacionais. No final do ano de 1979, no Rio de Janeiro e através da Associação Brasileira de Imprensa Gay, realiza-se o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, contando com a presença de 61 pessoas (11 lésbicas e 50 gays), tendo participado 9 grupos, sendo eles: SOMOS, RJ; Auê, RJ; SOMOS, SP; Eros, SP; SOMOS, Sorocaba; Beijo Livre, Brasília, DF; Grupo Lésbico Feminista, SP; Libertos, Guarulhos, SP; Grupo de Afirmação Gay, Caxias, RS; Entre o que foi marcado nas resoluções do encontro, destacam-se os repertórios de ação para incluir o termo “opção sexual” na Constituição Federal; campanha para a retirada da Homossexualidade da lista de doenças mentais e a convocação de um

---

<sup>12</sup> A política sexual e a política repressiva estavam intrinsecamente ligadas nessa organização estatal. Uma estava ligada à outra nas ações de repressão e violências contra os grupos tidos com sexualidades dissidentes

Congresso Nacional para a semana seguinte, em São Paulo (Boletim do Grupo Gay da Bahia, 1993 *apud* Facchini, 2003, p. 90-91).

Ainda que passassem pelo contexto de “abertura” em 1980, os homossexuais e as demais diversidades sexuais encontravam-se à mercê do terreno fértil de violências marcado pela ditadura. A exemplo disso, no mesmo ano, acontece uma manifestação em 13 de junho contra a violência policial sofrida por LGBTs+ e prostitutas. Tais ações policiais denominavam-se de “operações Limpeza e Rondão” que tinham como objetivo prender e espancar prostitutas, travestis e homossexuais no centro da cidade e em outras regiões da capital. As ações possuíam o apoio institucional de agentes do Estado, sendo eles: o comandante do 2º Exército, general Milton Tavares, e do governador Paulo Maluf. Na manifestação eram entoados gritos de ordem como: “Amor, feijão, abaixo a repressão!”, “Lutar, vencer, maior amor e mais prazer!”, “A B X, libertem os travestis!”, “Somos todas prostitutas” e ainda “Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros!”.<sup>13</sup>

A manifestação reuniu cerca de 1.000 pessoas e contou com a intersecção de outros movimentos sociais como o movimento feminista, movimento negro e movimento estudantil. Tal manifestação consagrou uma prática militante como revolta ao fértil terreno ideológico cravado pela ditadura hétero-militar (Quinalha, 2018) ao utilizar-se de palavras de ordem satíricas e “fechativas”, esta prática militante foi introduzida dentro do movimento homossexual enfrentando críticas dos setores tradicionais, sejam de esquerda ou de direitas. Esta prática de “fechação” refletiam a natureza subversiva e libertária da homossexualidade, colocando em xeque e ridicularizando, como apontado acima, os valores tradicionais e sagrados dos setores conservadores da sociedade civil e da política (MacRae, 2018)

Nesse contexto de abertura, os grupos homossexuais começam a fortificar sua luta, passando por diversas transformações internas a partir do que a literatura denomina de “racha”.<sup>14</sup> Diante disso, acontece em 1980 o 1º Encontro de Grupos

---

<sup>13</sup> LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA. Memorial da Democracia, 1980. Disponível em: <file:///C:/Users/55759/Zotero/storage/M8YKCRS7/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia.html>.

<sup>14</sup> Segundo Regina Facchini, 2003, p. 91: “Nesse mesmo ano, em maio, ocorreram também dois “rachas” no SOMOS, dividindo-os em três grupos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. Após o “racha” a campanha contra o delegado Richetti voltou a reunir os fragmentos do SOMOS, e os movimentos feminista e negro, num ato público realizado em frente ao Teatro Municipal, no final da tarde de 13 de junho de 1980, que seguiu em passeata pelas ruas do centro. Em paralelo a isso, o grupo Outra Coisa se aliava os Liberto

Homossexuais organizados (EGHO), assim como também o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), contando com a presença de mais de 200 pessoas à parte fechada do encontro (MacRae, 1985, p. 339 *apud* Facchini, 2003, p.91) O primeiro EBHO compareceram à parte aberta cerca de 600 pessoas (Grupo Gay da Bahia, 1993 *apud* Facchini, 2003, p. 91). Tal reunião tratava-se de traçar as atuações do Movimento Homossexual a respeito da promoção da militância, sobre a questão da identidade homossexual, a relação dos militantes do movimento homossexual com os partidos políticos, assim como também sobre seus procedimentos e organização. Concluiu-se dessa reunião propostas que enfatizavam a autonomia do movimento homossexual em relação aos partidos políticos<sup>15</sup> e o apoio ao feminismo na luta contra o machismo (MacRae, 2018).<sup>16</sup>

Diante dos dados expostos, é válido salientar a forma como o movimento homossexual brasileiro consagra sua luta a partir desse contexto de abertura do sistema políticos, onde e como dizia o primeiro editorial do número zero do *Lampião da Esquina*: “Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia; uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” no discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?” (Simões, Facchini, 2009, p. 81). O contexto de abertura durante o governo do general Ernesto Geisel, permitiu de forma lenta, gradual e segura uma margem para que novas vozes fossem ouvidas, as estruturas políticas deram, de certa forma, base para a fortificação do movimento homossexual no Brasil, contudo, é nesse contexto de fortificação que o movimento se desarticula. Numa via de mão dupla, ao mesmo tempo em que se fortalecia, no final do arco-íris era gerida a “peste gay” que iria, por sua vez, desmobilizar, desarticular e transformar todo o movimento homossexual no país.

---

e ao Eros, formando o Movimento Homossexual Autônomo. Passada a efervescência produzida pelo ato, a relação entre os fragmentos do SOMOS volta a se deteriorar.

<sup>15</sup> Contudo, é válido ressaltar que tal encaminhamento não se deu de forma unânime, segundo Simões e Facchini, 2009, havia uma polarização entre dois grupos, os denominados “chicórias” que demandavam a defesa da autonomia do MHB e proclamavam uma espécie de anarquismo que assimilava certa desconfiança à política e aos políticos em geral, do outro lado estavam as “beterrabas” que pautavam a defesa de uma maior aliança política, inclusive com a esquerda.

<sup>16</sup> Ainda no que diz respeito ao EGHO e os seus participantes, é necessário ressaltar a presença de diversos simpatizantes de partidos políticos no encontro, como o recém criado Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), além da Convergência Socialista que, naquele momento, aderiu ao PT (Simões, Facchini, 2009)

## **2.2 No final do arco-íris está a “peste gay”: movimento LGBTQ+, seus itinerários, relação com o estado e transformação em causa pública**

Com o advento da redemocratização, “rachas” no grupo SOMOS e o fim do “Jornal Lampião da Esquina” o Movimento Homossexual Brasileiro começa a se desarticular e, de certa forma, se tornar órfão (Facchini, 2003; MacRae, 1989; Green, 1998; Silva, 1998.) isso porque o fim do Lampião da Esquina, principal divulgador das atividades, agendas e demandas do MHB chega ao fim, o que tornou difícil a comunicação entre os grupos espalhados pelo Brasil.

Além disso, é válido ressaltar que o processo de redemocratização modifica as estruturas políticas e, conseqüentemente, mercadológicas. Tal mudança começa a abranger um mercado voltado a homossexualidade, logo, “pequenos” jornais como o Lampião tornavam-se cada vez menos consumidos, a prática militante começa a se esvaír, além do mais, o perigo eminente da repressão e da censura da ditadura “hétero-militar” começa a diminuir, fazendo-se necessário uma readequação das pautas, já que a luta contra o autoritarismo e repressão estava cada vez mais escassa devido ao processo de redemocratização, assim, “o Lampião abandona o teor contestatório e não consegue assumir as características de uma publicação voltada ao consumo” (Facchini, 2003, p. 95) . A respeito do fim do Lampião, Simões e Facchini, 2009, p. 110 argumentam que:

O Lampião deixou os grupos homossexuais órfãos do principal meio de comunicação pelo qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento. O importante papel cumprido pelo Lampião na mobilização ocorrida na virada nos anos 1970 para os anos 1980, bem como o vazio deixado pelo seu fim, em meio ao processo de redemocratização. São ressaltados por vários dos participantes diretos desses acontecimentos.

Os autores supracitados trazem o depoimento de James Green como forma de explicitar o papel do Lampião da Esquina e o impacto do seu fim, nesse sentido, James Green afirma que:

Ao meu modo de ver, a “abertura” alimenta o movimento homossexual. O próprio Lampião é reflexo deste período. É um jornal da imprensa “nanica”, publicado para lutar contra a censura. O Lampião realmente abre caminho para os grupos. [...] Particularmente acho que o Lampião cometeu um erro, no sentido dele se tornar antiativista, isso desmoralizou totalmente os grupos que queriam trabalhar. No final, o jornal se tornou muito agressivo ao ativismo. Ele não buscou outra maneira de conseguir apoio, ou seja, tinha uma visão duvidosa: não era pró-ativismo, nem pró-consumismo. Ficava entre os dois e não tinha grande espaço para isso (James Green *apud* Simões, Facchini, 2009, p. 110)

Logo, é impossível não ressaltar o impacto que o fim do Lâmpião da Esquina teve no Movimento Homossexual Brasileiro, seu importante papel na difusão da agenda de militância do MHB era imprescindível para a luta organizada desse movimento, logo, seu fim resultou na desmobilização desses grupos emergentes e organizados, enfraquecendo a luta do movimento no país, desarticulando os grupos. Os grupos homossexuais começaram a sofrer os impactos da redemocratização e da expansão de um mercado de consumo voltado aos homossexuais (Simões, Facchini, 2009).

Embora tenha sido possível relatar o fortalecimento do Movimento Homossexual Brasileiro a partir do final de 1979 e início de 1980, antes da metade dos anos de 1980 houve uma drástica redução dos grupos existentes no movimento. Se, segundo MacRae e apontado por Facchini (2003) havia cerca de 22 grupos no Brasil em 1980, a decadência desses grupos começa a eclodir, marcando em 1984 7 grupos, em 1985 havendo 6 grupos. Um ano depois, em outubro de 1986 marcava a existência de 12 grupos e em maio de 1988 apenas 8 grupos (Grupo Gay da Bahia, 1993 *apud* Facchini, 2003, p. 93).

É importante, no que tange compreender o processo de ‘declínio’ do Movimento Homossexual Brasileiro não se ater uma monocausa para explicar os acontecimentos. Faz válido, portanto, se ater mais precisamente às estruturas políticas que organizavam a sociedade na década de 1980, nesse quesito, partirei para alguns pontos importantes elencados pela literatura para compreender como as estruturas políticas afetaram as práticas militantes do MHB. Embora a literatura aborda a história do movimento, seus itinerários, práticas militantes, agendas e repertórios de ação, pouco se fala das estruturas e contextos políticos que influenciavam as ações do movimento LGBT+

A priori, podemos traçar a redemocratização como um fator dialético dentro do Movimento Homossexual Brasileiro, ao mesmo tempo que deu “voz”, desarticulou, deixou um vácuo no que diz respeito a agenda de demandas do movimento, isso porque o movimento demandava uma forte luta contra o autoritarismo e na emergência de uma contracultura (o que ficou muito claro na atuação do Lâmpião da Esquina), logo, o fim da ditadura demandou uma nova roupagem para as práticas militantes do movimento homossexual, já não se podia mais demandar uma luta contra o autoritarismo e a repressão, fazendo-se necessário uma rearticulação das

pautas nesse sentido, o que gerou dificuldade para a continuidade de alguns grupos homossexuais, sobretudo aqueles que organizavam-se entorno de um comunitarismo e antiautoritarismo. (Facchini, 2003).

Outro ponto importante e válido de explicitação foi a expansão do mercado voltado ao público homossexual, além de ter sido esse um dos aspectos, como acima supracitado em parágrafos anteriores, que deu fim ao Lampião da esquina, esse mercado que eclode para a homossexualidade geriu nesse segmento da população uma ideia de liberdade; ora, se as estruturas políticas não encontravam-se mais em teor repressivo e de censura, a militância e a organização política começa a se enfraquecer, além do mais, a redemocratização trouxe em suas estruturais mudanças políticas um aspecto de maior “espaço” para esse segmento da população, dado a ideia de que em tempos democráticos os direitos civis dos homossexuais poderiam se expandir com facilidade (Green, 1998, p. 98).

Contudo, mesmo com essas variáveis apresentadas nos últimos parágrafos, o fator principal de desarticulação do movimento LGBTQ+ no Brasil foi a epidemia do HIV/AIDS, a então denominada “peste gay” que desmobilizou as propostas de liberalização sexual, assim como também, de muitas lideranças da militância terem se voltado a construir uma resposta coletiva na luta contra o HIV/AIDS, criando, nesse sentido, as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (Facchini, 2003). É nesse contexto de desarticulação que o próprio movimento começa a se rearticular como necessidade de fortalecimento do MHB na luta contra o HIV/AIDS, adotando novas práticas militantes devido ao novo contexto social e político. Destarte, esse período marca uma cisão no que diz respeito à relação do Estado com o movimento LGBTQ+, é a partir da epidemia do HIV/AIDS que as demandas do movimento LGBTQ+ se tornam causa pública. Uma nova agenda surge do MHB, assim como também uma maior intensificação da atividade de uma nova geração de militantes (Simões, Facchini, 2009).

A associação entre a doença e a homossexualidade fez parte do ideário da sociedade brasileira (quicá ainda faz, mesmo com tantos avanços e estudos), o ideário findado pela ditadura “hétero-militar” (Quinhalha, 2018) fertilizou um terreno ideológico propício para que essa associação fosse feita por grande parte da sociedade brasileira. A eclosão dos casos de HIV/AIDS desestruturou o movimento LGBTQ+ no Brasil, contudo, fez com que novos e velhos grupos se reorganizassem a fim de

promover uma resposta na luta contra a doença. Muitos grupos optaram por não trabalhar com certa prioridade a luta contra a AIDS, outros grupos, contudo, uniram-se para elencar de uma outra forma a legitimidade que vinha ganhando força no seio da sociedade civil, tendo sua atuação reconhecida na literatura a partir do que se concebe como “construção de uma resposta coletiva à AIDS”<sup>17</sup>. Nessa “segunda onda do Movimento Homossexual”, como apontado por Regina Facchini (2005), a agenda de ação do movimento estava pautada em desvincular a imagem da homossexualidade a seus aspectos “marginais”. A partir disso: “O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a consequente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma agenda pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas” (Facchini, 2003, p. 102).

Nesse sentido, a priori, faz-se necessário ressaltar a nova roupagem que a militância homossexual se utiliza nesse período. As novas práticas militantes se mostram muito mais abertas, melhor dizendo, adeptas as práticas institucionais, a ação no campo institucional se mostra muito menos refratária que os militantes da “primeira geração”. Logo, fica mais nítido compreender a ação dos agentes estatais no que diz respeito à construção de políticas que dessem resposta à epidemia do HIV/AIDS. Dois nomes podem se destacar nessa nova configuração do Movimento Homossexual Brasileiro, João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, ambos participantes de grupos homossexuais reconhecidos pelo Estado enquanto participantes da sociedade civil, a relação que esses grupos possuíram com o Estado foi muito estreita (Simões, Facchini, 2009).

Ainda no que diz respeito às práticas militantes, podemos observar um novo repertório de ação dos grupos homossexuais. Com o fim do grupo SOMOS, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa assumem as dianteiras do MHB e elencam novos repertórios e agendas de ação no movimento, assim posto, tais grupos

---

<sup>17</sup> A respeito das dissidências dos grupos homossexuais sobre a luta contra a AIDS, a literatura (Silva, 1993 *apud* Facchini, 2003) aponta o Triângulo Rosa como um dos grupos que não optaram por trabalhar prioritariamente com foco na luta contra o HIV/AIDS já que enxergavam que a associação entre AIDS e homossexualidade era demasiadamente conflitante com a busca pela legitimidade para a homossexualidade. Contudo, grupos como o Outra Coisa, SP; O Grupo Gay da Bahia, BA; o Atobá, RJ; o Dialogay, SE e o Lambada, SP agiram de forma contrária e trataram a questão supracitada, sendo consagrados na literatura por terem elaborados respostas à AIDS.

possuíam mais coesão em sua forma organizacional, reunidos cada qual em torno de uma liderança com capital cultural e bases carismáticas que punham à frente as agendas de ação do movimento, sendo capazes de alcançar metas mais claramente definidos e circunscritos (Simões, Facchini, 2009). À respeito disso, o GGB foi o primeiro grupo homossexual a encabeçar em 1981 a campanha para a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), contudo, apenas em 1985 a mudança foi sancionada pelo Conselho Federal de Medicina. A articulação do MHB com agentes institucionais e instituições brasileiras marcam esse novo período do movimento homossexual no Brasil, como afirma Simões e Facchini, 2009, p. 121: “Foi uma campanha marcante por ter mirado uma das raras instâncias que discriminava oficialmente a homossexualidade no Brasil e, dessa forma, ter questionado a associação entre homossexualidade e doença que voltava com força devido à Aids”

Essa campanha pode ser tida como um dos primeiros passos no que tange a constituição do movimento LGBTQ+ em causa pública no Brasil, isso porque, como acima supracitado, essa nova geração do movimento homossexual se mostrava muito menos refratária no que diz respeito à associação com os espaços institucionais, ou seja, a política, os partidos e lideranças políticas. A respeito disso, Simões e Facchini (2009, p. 121) trazem a importante contribuição a partir do relato de Luiz Mott acerca da retirada da homossexualidade das listas de doenças:

A partir de 1981, começamos a campanha nacional. Conseguimos 16 mil assinaturas, assim como o apoio de políticos importantes: Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Darcy Riberio, entre outros; e o apoio de cinco associações científicas- a favor da despatologização da homossexualidade-, que finalmente redundou na principal vitória do movimento homossexual até agora. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da Classificação de Doenças. Internacionalmente, essa alteração pela Organização Mundial de Saúde só ocorreu em 1994. Nesse sentido, o Brasil se antecedeu em vários anos a essa conquista internacional.

Diante disso, as ações dentro do âmbito institucional se tornaram cada vez mais frequentes e, conseqüentemente, necessárias; ora, a homossexualidade sai dos “guetos” da sociabilidade e começa a lutar para ocupar espaços sociais e políticos negados a esse segmento da população. Embora as dissidências, “rachas” e transformações que o movimento percorreu durante sua constituição no Brasil, nenhum desses processos o impediu de se constituir enquanto causa pública no país. Nesse sentido, O GGB e o Triângulo Rosa tomam a frente de mais uma luta travada no seio civil e institucional do país, a colocação da discriminação da “opção sexual”

na Constituição Federal de 1988, que germinava na Assembleia Nacional Constituinte. Tal campanha trouxe à tona temas caros para a homossexualidade no Brasil para serem debatidos dentro das arenas deliberativas do poder, que nesse caso, ceceavam-se no Congresso Nacional (Simões, Facchini, 2009). Embora nenhuma dessas ações tenha tido aprovação institucional, houve muita importância simbólica, datava-se a primeira vez que ativistas LGBTs+ ocupavam espaços políticos da sociedade para elencar suas demandas e o reconhecimento enquanto participantes da sociedade civil. Diante desses fatos é possível salientar aquilo que foi mencionado nos parágrafos anteriores sobre a nova perspectiva dos militantes homossexuais acerca da política, não baseados em encontros que cindem o pessoal com o político como acontecia nas reuniões do grupo SOMOS, mas agora:

A política para eles tem um sentido mais pragmático e menos ancorados nas experiências e vivências pessoais dos próprios militantes. A política é referida principalmente por meio da atuação institucional segundo objetivos bem definidos. Para diminuir a discriminação contra os homossexuais, o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis (Simões, Facchini, 2009, p. 125)

É possível salientar que nessa segunda fase do movimento homossexual a agenda de ação estava pautada na conquista de espaços físicos para os debates do movimento, o “gueto” e as margens da sociedade já não eram mais os espaços que as práticas homossexuais deveriam estar, na verdade, os homossexuais e a homossexualidade devem, por ser um movimento reformista, ocupar todos os espaços que antes os foram negados. Nesse “novo” período, os grupos homossexuais institucionalizam-se, sendo o GGB o primeiro grupo homossexual a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos, logo em seguida o Triângulo Rosa também foi oficializado no registro civil de pessoa jurídica (Simões, Facchini, 2009).

Como apontado no início desse subtópico e desenvolvido subsequentemente, embora em 1980 o movimento homossexual comece a se fortalecer, a epidemia do HIV/AIDS tida como a “peste gay” desarticula todo o movimento homossexual no Brasil. Portanto, faz-se necessário compreender os fatores que implicaram na desarticulação e transformação do movimento para elaborar uma resposta coletiva no combate à epidemia, juntando-se a outros atores e organizações políticas.

Nesse sentido, uma dicotomia paira sobre o solo brasileiro no que diz respeito à epidemia do HIV/AIDS: a opinião dos médicos e especialistas e a opinião dos

ativistas do movimento homossexual. A priori, a epidemia foi tida pelos militantes do MHB como um “complô dos médicos” (Simões, Facchini, 2009). Contudo, para compreender de forma mais minuciosa a formação do problema da aids e como essa, por sua vez, compete a transformação do movimento LGBT+ em causa pública, atente-me-ei a construção do problema encarando as nuances entre ativistas e médicos sanitaristas, logo após abordarei a formação de agenda de ação do movimento homossexuais acerca da resposta coletiva na luta contra o HIV/AIDS, e por fim, a transformação do movimento em causa pública a partir da inserção de políticas públicas relativas à saúde, assim como também, na criação de redes de ligação entre ativistas homossexuais e agentes do Estados (lideranças políticas, partidos políticos, secretarias e ministérios).

A princípio, a construção do HIV/AIDS finda-se a partir da chegada dos casos no Brasil a partir de 1982, em dois rapazes que haviam chegado recentemente dos EUA. Logo após a morte do estilista Marcos Vinícius Resende Gonçalves conhecido como Markito a comunidade homossexual começa a dar conta da dimensão do problema que havia chegado. A mídia e elite médica exerce importante papel nessa primeira fase da construção da epidemia do HIV/AIDS como um problema, isso porque a midiaticização da doença que começa a vincular a doença a homossexualidade<sup>18</sup>. Nesse sentido, a mídia torna-se um dos pontos chaves na estigmatização dos grupos homossexuais ao vincular a AIDS a esse segmento da população, ou seja, “a mídia se torna um dos principais atores a instruir maneiras de ver e julgar a constituição da AIDS como um problema público (Petarca, 2015, p. 95). Do outro lado da margem estavam a elite médica por muito tempo afastada dos movimentos homossexuais por já ter fertilizado um terreno que concebe a homossexualidade como doença (como demonstrado nos parágrafos acima), o que nesse sentido, levou a comunidade homossexual a descredibilizar os discursos médicos e a moralidade que orbitava a medicina, concebendo-os apenas como “complô dos médicos”. Não obstante, a comunidade homossexual mesmo diante dos fatos supracitados, compreendia com

---

<sup>18</sup> “Doença misteriosa leva à morte os homossexuais”, publicada no jornal O Globo de 1981; “Doença nova atinge homossexuais nos EUA”, publicada, como tradução literal da matéria do New York Times, no Jornal do Brasil, em 1982; “Mal Particular”, na revista Veja, de 14/07/1982; “Tragédia venérea: o mal dos homossexuais americanos” título da revista Isto É de 1983; “Doença dos homossexuais atinge o país”, no jornal Folha de São Paulo, de 1983. Uma análise mais detalhada sobre a produção de notícias sobre a AIDS pode ser encontrada em Galvão (1992) e Nascimento (2000) (Petarca, 2015, p. 95-96)

certo repúdio a associação da homossexualidade a HIV/AIDS, a enxergando apenas como uma enfermidade confinada aos ricos e aos que tinham condições de viajar para o exterior (Simões, Facchini, 2009).

As matérias sensacionalistas elencadas pela mídia da época deram espaço para não apenas a construção do problema do HIV/AIDS, mas como também para regar um já fertilizado solo com estigmas, o que levou a uma maior repercussão de crimes violentos contra gays e travestis. A comunidade médica e de lideranças políticas ligadas a grupos religiosos fundamentarem tal associação estigmatizada assim como também seus discursos fundamentam a violência acometida aos segmentos LGBTs+ da população (Simões, Facchini, 2009; Arruda, 2000).

Logo, o movimento homossexual no Brasil recompôs seu histórico de atuação atravessados pela luta contra o HIV/AIDS. O movimento refaz-se na atuação de demandar respostas contra a enfermidade que marginaliza os grupos homossexuais no país, a mudança no repertório se dá através dessa luta, logo, “se antes o movimento focava em campanhas de conscientização e defesa dos direitos homossexuais, agora suas pautas estão atravessadas pela AIDS” (Petarca, 2015, p. 97). Assim posto, o MHB começa a desenvolver campanhas de conscientização acerca da doença e começa a reforçar sua atuação por meio de encontros nacionais e alianças com ONGs e agentes estatais. Mesmo apontado pela literatura que a segunda metade da década de 1980 o MHB encontra-se em declínio devido aos fatores supracitados e reforçados pelo surgimento da epidemia da AIDS, o MHB refloresce a partir de um conjunto de ações entre Estado e mercado, que desempenharam um importante papel no que tange o reflorescimento do movimento no Brasil (Facchini, 2003). De fato, a epidemia do HIV/AIDS trouxe, para além de toda a tragédia que afetava esse segmento da população, uma maior visibilidade dos atores estatais e da mídia (ainda que de forma negativa vinculando a AIDS a homossexualidade), é fato que tal visibilidade não foi adquirida de forma estática, além do mais, não se pensava numa política homossexual na década de 80/90, na verdade, o olhar do Estado para a sociedade civil LGBT+ se deu através das intensas pressões elencadas pelo movimento e no investimento em campanhas de prevenção e auxílio psicológico (Petarca, 2015).

Em contrapartida, outro grupo da sociedade começa a se manifestar em torno da doença, os médicos sanitários, sendo esses os primeiros profissionais públicos

a se envolverem no debate público e político da doença. As respostas governamentais que começam a ser geridas contam com o apoio dos médicos sanitaristas, tornando-se um dos principais recursos institucionais na luta contra a epidemia no Brasil (Petrarca, 2015). Nesse sentido, as primeiras respostas coletivas na luta contra o HIV/AIDS surgem a priori, a partir da articulação do movimento homossexual com os médicos sanitaristas, esses últimos, por sua vez, possuíam importante papel no que diz respeito a articulação entre saúde pública, política e saberes científicos.

Diante disso, essa segunda onda como apontado por Regina Facchini (2005) do Movimento Homossexual Brasil demonstra-se muito menos refratária a institucionalidade e aos agentes estatais, sua intensa pressão para com o governo na tentativa de obter apoio para combater a epidemia que assolava o mundo, possuindo uma agenda de ação diferente do movimento de outros países, o MHB se volta ao Estado na “tentativa de criar serviço de ajuda aos doentes e ações voltadas à cidadania dos pacientes (Petrarca, 2015, p. 98).

Grupos Homossexuais na luta contra o HIV/AIDS começam a se desenvolver no país, surge nesse contexto a primeira ONG-AIDS brasileira denominada de Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), em 1985, assim como também respostas institucionais começam a aparecer, em São Paulo é desenvolvido o primeiro programa estadual<sup>19</sup> criado no país sob a direção de Paulo Teixeira (médico que possuía afinidade com o grupos SOMOS-SP), Assim como também contou com a atuação (e a primeira iniciativa) de João Yunes<sup>20</sup> (então secretário de saúde do primeiro

---

<sup>19</sup> Criado em 1993, o programa demonstra e prerrogativa deste subtópico que se baseia no processo de transformação da causa LGBT+ em causa pública, isso porque fica nítido que a criação deste programa contou com o apoio de lideranças homossexuais, assim como também de médicos ativistas na Reforma Sanitária e na militância política (Petrarca, 2015). Tal cisão demonstra a maior institucionalidade da causa, advinda dos diversos fatores acima citados, assim como também demonstra a rede de ligações que a causa da AIDS elencou no Brasil, diversos atores dos mais diversos campos de atuação estavam juntos na luta por uma causa.

<sup>20</sup> Nessa nota, segue o relato feito por Paulo Roberto Teixeira, em entrevista concedida à jornalista Martha França (2008) que demonstrará de que forma ocorreu as primeiras respostas institucionalizadas na luta contra o HIV/AIDS: “Um grupo de militantes pelos direitos dos homossexuais procurou o Yunes para cobrar uma posição sobre o problema, que começava a ter repercussão no âmbito da imprensa. Eu era muito amigo do João Silvério Trevisan, um dos participantes desse grupo. Em 1976, ele tinha acabado de chegar de Berkeley, nos Estados Unidos, e nós organizamos na minha casa algumas reuniões informais para discutir questões relacionadas com a organização de um grupo pelos direitos dos homossexuais. Depois disso, eu fui para a França fazer um estágio, que acabei não fazendo por razões pessoais, e voltei no começo de 1977, quando comecei a me preparar para o exame de especialidade em Dermatologia. Nesse intervalo, o Trevisan e o Celso Cury, outro participante do movimento, tinham voltado a se reunir e eu me incorporei ao grupo. Fundamos o grupo Somos, do qual participei até 1979, quando saí por questões mais internas e também porque a militância na área de saúde me puxava muito (...). Mas, de 1979 a 1983 eu não

governo democrático pós ditadura-militar) (Petrarca, 2015). Tal programa tornou-se referência pioneira no que tange a garantia dos direitos dos afetados e na luta contra a discriminação contra as orientações sexuais<sup>21</sup>. Assim como também foi formado a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), formado em sua maioria por soropositivos (Simões, Facchini, 2009). Nesse contexto, e sob pressão das organizações que surgem na luta contra a epidemia e exigindo do Estado uma postura mais destacada no que tange a epidemia (Petrarca,2015), os estados da federação saem em dianteira na criação de respostas na luta contra o HIV/AIDS, antes mesmo de uma resposta federal, essa que só surgiu em 1988 com a consolidação do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) /AIDS dentro da estrutura do Ministério da Saúde (Simões, Facchini, 2009).

A intensificação da luta do movimento homossexual em somativo com outros movimentos sociais e setores da sociedade civil para elaborar uma resposta coletiva contra a epidemia no Brasil elencou reuniões, distribuição de panfletos informativos que esclareciam sobre a doença e suas formas de contaminação, e informativos que tinham como objetivo diminuir o preconceito e a associação entre homossexualidade e HIV/AIDS. No que diz respeito a respostas institucionais, em 1986 é criado um programa nacional para a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida e, em 1988, uma reforma do sistema de saúde elenca a criação do Sistema Único de Saúde-SUS. Nesse quesito, os médicos sanitaristas desenvolvem importante papel na criação de políticas de assistência e na coordenação do programa nacional. Segundo Fernanda Petrarca, 2015, p. 101, “dos seis coordenadores do Programa Nacional e da Campanha da AIDS, quatro são médicos sanitaristas voltados à dermatologia e à pediatria sanitária”.

---

voltei a ter contato com o grupo, embora continuasse sendo amigo de todos. A comissão que foi organizada era composta de médicos sanitaristas, infectologistas, especialistas da área de laboratório e social. Ela concluiu que, embora fossem poucos casos confirmados no Brasil, era um agravo inusitado à saúde que estava provocando pânico na população e deveria ser investigado pelo Estado (França, 2008, p. 4 *apud* Petrarca, 2015, p. 100)

<sup>21</sup> A partir das mudanças das estruturas políticas e conseqüentemente das práticas militantes do Movimento Homossexual Brasileiro, o termo passa de “opção sexual” para “orientação sexual” durante o processo de elaboração e defesa da inclusão não discriminatória da homossexualidade na futura constituição de 1988. Nesse sentido, Simões e Facchini, 2009, p. 126 afirmam que: ““Orientação sexual” era uma solução de consenso que permitia conferir concretude e legitimidade à experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas ainda que tenda muitas vezes a reanimar a ênfase em explicações a partir de uma “essência”, inata ou revelada em terna idade”.

Mesmo com o desenvolvimento de ONGs e respostas governamentais, os casos de HIV/AIDS sobem drasticamente a partir da década de 1990, intensificando ainda mais a luta do movimento homossexual no combate à epidemia. Outros movimentos sociais começam a somar a luta na luta contra a doença, como os de mulheres e profissionais do sexo, o surgimento de organizações como o Grupo de Incentivo à Vida (GIV), fundando em 1990 em São Paulo (Simões, Facchini, 2003). As articulações do MHB com outros movimentos sociais e lideranças políticas deram espaço para a criação de uma luta conjunta, pública e política em torno do HIV/AIDS, a criação de respostas coletivas, de articulações de diversos atores e da criação de uma rede de ligações elencou a virada do olhar do Estado para o segmento LGBT+ da população, os vendo como sociedade civil. Nesse ponto, podemos destacar que as demandas do movimento LGBT+ entram dentro da agenda do estado a partir da luta por políticas públicas voltadas à saúde, situação que só vai mudar posteriormente como veremos nos capítulos subsequentes.

As estruturas políticas da época, embora num contexto democrático, ainda elencou uma série de conturbações. Fernando Collor de Mello, presidente à época trocou cinco vezes os ministros da saúde num período de tempo de dois anos, assim como também, conflitos marcaram a gestão do Programa Nacional, isso porque as propagandas de prevenção a AIDS elencavam discursos como: “Se você não se cuidar, a AIDS vai te pegar” e “Eu tenho AIDS e vou morrer” despertaram a revolta de ONGs-AIDS no país. Além dos confrontos travados nacionalmente, internacionalmente o Brasil esteve em confrontos com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito da participação do país no projeto para testes de vacinas anti-HIV. Em contramão, em 1990, medicamentos retrovirais foram distribuídos gratuitamente na rede pública, e em 1991, pela primeira vez, o presidente da república fala abertamente sobre a epidemia do HIV/AIDS. (Simões, Facchini, 2009). É possível destacar que o Brasil sai a frente no que diz respeito ao desenvolvimento de respostas contra a epidemia, a respeito disso:

A intensa articulação entre as políticas públicas de combate à doença e os movimentos sociais coloca o Brasil como um dos países que possuem as políticas nacionais mais avançadas no combate à Aids, uma vez que tal articulação se apresenta numa proposta até então tida como inédita no tratamento da doença. Considerado como uma marca brasileira, este modelo está organizado pelo financiamento direto do governo às organizações não governamentais (Petarca, 2015, p. 102)

Nesse contexto, as estruturas políticas da época contracenam um cenário de abertura para a reivindicação, fortalecimento e abertura de oportunidades no que tange a organização de movimentos sociais. A transformação do contexto político nacional que sai de um regime ditatorial para a abertura democrática com a renovação dos partidos políticos, a volta de militantes exilados e o exponente crescimento dos movimentos sociais deram base para a forma como a luta contra o HIV/AIDS foi tratado no país. Diante disso, os anos de 1992 a 1997 marcam uma expansão no que diz respeito à construção de ONGs/AIDS no país dado a um envolvimento intenso entre organizações institucionais como o Estado e as organizações não governamentais, assim posto, cerca de 82 ONGs/AIDS existiam em 1992 e em 1994 já se somavam mais de 250 organizações (Figari, 2007 *apud* Petrarca, 2015).

Embora a pauta pela livre diversidade sexual tenha, de certa forma, se esvaído devido às transformações do próprio movimento, a luta coletiva contra o HIV/AIDS reuniu antigos e novos militantes que somavam em torno da mesma causa. A articulação entre Estado e sociedade civil na luta para uma resposta coletiva contra a epidemia trouxe uma maior visibilidade para a causa LGBT+ no país, o movimento e suas demandas começam a ser pautados na agenda estatal, tornando-se efetivamente uma causa pública a partir da luta contra o HIV/AIDS. Contudo, políticas públicas efetivas e não exclusivamente voltadas à saúde só vão ter fortalecimento a partir do governo Lula em 2003, como veremos nos capítulos subsequentes desta monografia.

As instituições criadas para uma resposta coletiva à epidemia do HIV/AIDS tornaram-se importantes grupos no que tange a luta contra a doença, seja promovendo eventos informativos que pautem a prevenção, promovendo auxílio psicológico a pessoas soropositivos, seja no processo de pressão para com o Estado exigindo uma melhor postura para o combate da doença. Tais organizações criaram uma extensa rede de ligações entre diversos setores da sociedade civil e, de certa forma, promoveu um maior engajamento do MHB na luta contra a doença. A prática militante dessas organizações consistia na prestação de serviços, na pressão pela criação de políticas públicas, na organização de eventos, congressos e conexões com entidades internacionais (Petrarca, 2015).

Os “anos heroicos” (Galvão, 2000) que marcam o implodir da epidemia no Brasil resultou num ativismo cujo a característica estava pautada na cisão entre

militância política e profissionalização dos serviços (Petrarca, 2015). À exemplo disso, a GAPA fundada em São Paulo nos anos de 1985 gerida por militantes da esquerda e ex ativistas do grupo SOMOS, advogados e médicos tinham como lema “Você não está sozinho nessa jornada”, baseavam-se na integração de pessoas soropositivas na sociedade e a luta pelos direitos humanos. A ABIA, criada pelo sociólogo Hebert de Souza, mais conhecido como Betinho, é apontada por Fernanda Petrarca (2015) como o exemplo nítido das práticas militantes dessas organizações nesse período devido a intensa articulação entre saberes profissionais e militância política esses, por sua vez, andavam lado a lado na construção da luta contra a epidemia. A ABIA reunia articulação com diversas instituições da saúde, sejam elas nacionais ou internacionais, e punham em prática os saberes dos profissionais da saúde a partir do engajamento da militância para elaborar respostas, políticas públicas e estratégias efetivas para a luta contra a doença. Diante dos fatos expostos, tal período pode ser compreendido a partir da percepção que: “a emergência e a criação das chamadas ONGs/Aids configura uma fase da construção pública da Aids que coloca em evidência a importância da articulação entre as associações altamente qualificadas e o Estado. Se por um lado, o Estado se fortalece cooptando as lideranças, por outro, as associações ganham projeção e se tornam capazes de intervir no processo de gestão pública.” (Petrarca, 2015, p. 108).

Logo, é passível de destaque a construção da epidemia do HIV/AIDS enquanto uma causa pública, tirou o véu que cobria a homossexualidade e que os fazia invisíveis enquanto participantes da sociedade civil, nesse sentido, o emergir da AIDS deu abertura para um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular (Simões, Facchini, 2009). A entrada das pautas sobre sexualidade na agenda do Estado tornou visível uma luta que já era travada desde os primórdios da repressão da ditadura “hétero-militar” (Quinalha, 2018), a livre diversidade sexual, o sexo, o desejo e as concepções de prazer tornaram-se pública e viraram agenda de debates dos agentes institucionais, acerca disso, João Silvério Trevisan, 2018, p. 452-453 afirma que:

Há que lembrar também um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da

sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “Decifra-me, ou te devorarei”. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não padronizadas etc. [...]Deflagrou-se uma epidemia de informação que deixou marcas nas gerações seguintes. Reafirmo que nunca se discutiu tanto a realidade homossexual como nos tempos de aids.

Não obstante, como apontado nos trabalhos de Regina Facchini (2003;2005;2009) em 1990 o Movimento Homossexual Brasileiro passa por um processo que autora chama de “reflorescimento do MHB”, isso porque o crescente aumento não apenas na criação de grupos homossexuais no país, mas também da realização de encontros marca essa nova fase do movimento homossexual no país. Segue abaixo o quadro apresentado por Facchini (2003) de encontros nacionais realizados entre 1980 a 1997

**QUADRO 01- ENCONTROS NACIONAIS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL (1980-1997)**

Ano	Nome do encontro	Local	Número de grupos
1980	1º Encontro Brasileiro de Homossexuais	São Paulo (SP)	08
1984	2º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Salvador (BA)	05
1989	3º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro (RJ)	06
1990	4º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju (SE)	06
1991	5º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife (PE)	06
1992	6º Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro (RJ)	11
1993	7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar (SP)	21
1995	1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba (PR)	84

1997	2° Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 9° Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo (SP)	52
------	---	----------------	----

**Fonte:** REIS, T. (Org.). Relatório do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade; Italprint, 1995. 199 p. (Para dados até 1995.); RODRIGUES, M. M. (Org.). Relatório do II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que trabalham com AIDS e IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, 1997. 120 p. (Para dados até 1997.); FACCHINI, Regina. 2003. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, pp. 81-125.

A efervescência do Movimento Homossexual Brasileiro fica nítida a partir da análise do quadro elencado por Regina Facchini (2003) ao demonstrar que, mesmo com a emergência de uma pandemia que alocava a homossexualidade enquanto portadora do vírus e que, por muito tempo, o HIV/AIDS estava associado a homossexualidade, elencou, em meio a tantos desafios de combate à doença e criação de respostas coletiva na luta contra o HIV, uma crescente e nova organização do movimento no país.

Como demonstrado acima, embora todo o aspecto negativo que a epidemia trouxe ao segmento LGBT+ da população, desarticulando-os nos primeiros anos da década de 1980, por outro lado, a emergência de uma epidemia que envolvia diretamente o tema da sexualidade que, por muito tempo, era tratado como tabu na sociedade brasileira, trouxe maior visibilidade para esse campo, como exemplificado a partir das considerações de João Silvério Trevisan. Nesse sentido, é possível salientar que o aumento de reuniões e encontros nacionais assim como também de grupos se deu não apenas pela necessidade de construção coletiva de uma reposta na luta contra o HIV/AIDS, mas como também dá visibilidade que o tema da sexualidade angariou na sociedade brasileira, além do mais, o movimento LGBT+ começa a tomar espaço dentro das arenas deliberativas de poder, assim como, o tema da sexualidade torna-se agenda do Estado brasileiro, a sexualidade, melhor dizendo, as sexualidades, tornam-se causa pública, o movimento LGBT+ entra na agenda estatal, e torna-se uma causa pública, com múltiplos aspectos atores (seja militantes ou seja profissionais da saúde, do jurídico ou do legislativo). Assim posto, o movimento LGBT+ passa por uma dialética durante os anos de 1980 até meados de 1990, ao mesmo tempo em que se desarticulou devido o surgimento da doença, ele se rearticula, com nova roupagem, novas práticas militantes e novas redes de ligações, tornando-se, nesse sentido, uma causa pública. As sexualidades tidas como

dissidentes não mais encontravam-se nos “guetos” e nas “periferias” à margem da sociedade, elas estavam, em espaços públicos e de poder elencando suas demandas e pautas acerca da livre diversidade sexual.

Nesse “florescimento do Movimento Homossexual Brasileiro” (Facchini, 2003) é válido salientar o deslocamento geográfico que o movimento passa, que, a priori, nos seus anos de surgimento, estavam localizados no contexto sul-sudeste, e agora passam a acontecer nos eixos Nordeste-Sudeste em sua maioria. A exemplo disso, no 2° EBHO compareceram apenas grupos do Nordeste, nesse encontro, além de retomar pautas já debatidas e aprovadas em encontros anteriores como a “despatologização” e por uma legislação antidiscriminatória, aprovou-se um novo repertório de ação cujo demandas estavam alocadas na luta pelo “casamento gay”, - por um tratamento positivo da homossexualidade pela mídia e pela inclusão nos currículos escolares da educação sexual (Boletim do Grupo Gay da Bahia, 1993, *apud* Facchini, 2003).

Nos encontros nacionais do MHB a AIDS passa a ter um lugar de destaque nos temas debatidos a partir do 3° EBHO, mas foi apenas no 4° e 5° EBHO realizado nos anos de 1990 e 1991 respectivamente, que a luta contra a AIDS e a necessidade do fortalecimento dos grupos homossexuais passaram a ser o tema de maior destaque do encontro. (*Ibidem*, 1993;2003). Contudo, foi apenas em 1995 que os encontros começaram a ter financiamento governamental dos programas de combate às DSTs/AIDS (*Ibidem*, 2003)

Não obstante, é importante ressaltar as mudanças internas que o movimento passa por meio desses encontros. Uma delas acontece através do 6°EBHO que conta com a participação de grupos exclusivamente lésbicos, além de marcar o crescimento do MHB a partir de uma maior quantidade de grupos presentes no encontro, sendo 11 grupos, com 2 grupos exclusivamente lésbicos (*Ibidem*, 1993;2003), nesse sentido, segundo Facchini (2003) “o ativismo pelos direitos dos Homossexuais volta a crescer [...] quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos presentes a esses eventos aumenta consideravelmente”. Posto isso, uma outra mudança passível de destaque no movimento e seus encontros é a mudança da sigla, que sai de Encontro Brasileiro de Homossexuais em 1992 e começa se denominar de Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais em 1993.

O 7º EBLHO já contava com a participação de 21 grupos, possuindo mais grupos lésbicos, todos de São Paulo, assim como também o aparecimento de grupos de outros estados que outrora não possuíam representantes como Rio Grande do Sul e Minas Gerais; nesse sentido, o relatório do 7º EBLHO marcava a presença de 43 grupos homossexuais no país. O relatório ainda apontava importantes deliberações desse encontro, como uma maior discussão acerca de gênero e sexualidade, assim como também a referência de “movimento brasileiro de lésbicas e homossexuais”<sup>22</sup> (Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, 1995 *apud* Facchini, 2003). Ainda em 1993, o movimento deixa de se chamar Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e passa a se chamar Movimento de Gays e Lésbicas (MGL) (Facchini, 2009).

As consequências do crescimento do movimento sexual e dos debates acerca da sexualidade não se respaldaram única e exclusivamente dentro do movimento, os debates elencaram dentro da sociedade civil, mais grupos e interlocutores passaram a debater o tema da livre diversidade sexual, a exemplo disso, tal preocupação acerca da sexualidade tornou-se tema de debates dentro da própria academia (Vance, 1995) a quantidade de estudos acerca do tema, debates e legitimidade da abordagem do tema crescem exponencialmente no país (Ramos, 2005). A cisão entre sexualidades e direitos não podem ser afastada do processo que a epidemia do HIV/AIDS trouxe para o movimento LGBT+ no Brasil, além do mais, as primeiras políticas cujo foco são os homossexuais surgem no contexto de luta contra a epidemia no país, nesse contexto, o movimento LGBT+ começa a estreitar laços e ligações com outros movimentos de “minorias” como o movimento feminista, sendo esse estreitamente de laços um dos pilares centrais na cisão da relação entre sexualidade e direitos no Brasil (Facchini, 2009).

Diante dos fatos, direitos humanos e saúde tornam-se o foco dos debates no país, a visibilidade elencada a partir da epidemia do HIV/AIDS e a luta do movimento LGBT+ em interlocução com outros atores políticos, movimentos sociais e profissionais da saúde como os médicos sanitaristas deram abertura para que o debate da sexualidade fosse incorporado na agenda estatal, e, para além disso, na agenda de discussões da sociedade civil; nesse contexto é importante ressaltar a

---

<sup>22</sup> A presença e o fortalecimento do movimento Lésbico deram espaço a partir de debates para a inclusão das Lésbicas no nome dos encontros nacionais. A inclusão do termo “lésbica” nos encontros também respaldou na mudança de homossexuais masculinos para “gays” a partir dos próximos encontros.

atuação do movimento feminista no que tange a noção de saúde reprodutiva que são incorporadas na agenda internacional (*Ibidem*, 2009).

Ainda no que tange os encontros nacionais, o movimento passa a debater a interlocução com outros movimentos sociais, nas resoluções do 7ºEBLHO fica explícito o debate com outros atores políticos e também não governamentais, como as ONGs-AIDS e a participação do movimento no 1º Congresso de Movimentos Populares que marcava a presença de militantes do Partido dos Trabalhadores. Tais resoluções reconhecem o espaço institucional que o movimento vem tomando ao incluir grupos com formatos institucionais e preocupações típicas de ONGs, ao menos no que tange à atuação por meio de projetos financiados (Facchini, 2003).

Nesse sentido de configuração de uma demanda institucional, o 8ºEBGL e 1º Encontro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS- EBGL-AIDS contou com a presença de 84 grupos, assim como também contou com o apoio de diversos setores da sociedade civil, entre eles: agências governamentais, universidades e atores de natureza empresarial, sendo essa a primeira vez que o movimento nacional obtinha um encontro com financiamento de recursos do Ministério da Saúde que destinava tais recursos a questões ligadas a DSTs/AIDS,. O encontro foi o que maior possuiu número de grupos desde o início e contou com a presença de organizações de Travestis, discutindo diversos temas como transexualidade, religiosidade e articulação com o movimento em nível internacional (Facchini, 2003). Nesse encontro, ficou em debate a articulação do movimento com outros atores, dentre eles: mídia, profissionais da saúde, agências financiadoras, igrejas e movimento internacional; assim como também tal encontro (8º EBGL) deixou como marca a inclusão do termo “travestis” no nome dos futuros encontros do movimento<sup>23</sup> (*Ibidem*, 2003).

Por conseguinte, o 9ºEBGLT e o 2ºEBGLT-AIDS ocorridos em 1997 na cidade de São Paulo contou com a participação de 52 grupos, assim como também contou com a presença de diversos atores como ativistas independentes, atores provenientes do legislativo, dos programas da AIDS, da academia e interessados no evento

---

<sup>23</sup> Segundo o relatório do 8ºEBGL *apud* Facchini 2003, p. 109: a inclusão do termo “travestis” teria sido aprovada em plenária após sugestão/demanda de um dos grupos de trabalho do Encontro, especialmente direcionado à discussão do tema “travestis”. Antes de 1995 já haviam sido realizados dois encontros de “travestis e liberados”. Até onde pude saber, esses encontros estiveram inicialmente relacionados com o trabalho da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), do Rio de Janeiro. Posteriormente, com o surgimento de novas associações e grupos de travestis, esses encontros passaram a ocorrer em outras regiões do país

(Facchini. 2003). Podemos traçar a partir dessas informações que cada vez mais o laço entre ativistas militantes, atores da sociedade civil e das arenas institucionais do poder e organizações não governamentais torna-se cada vez mais tênue, a interlocução do movimento com esses atores torna a causa cada vez mais visível e, conseqüentemente, debatida nos mais amplos espaços da sociedade. Além do mais, tal associação com agentes institucionais do Estado fica cada vez mais nítida dado que, nesses encontros supracitados, houve financiamento do Ministério da Saúde por meio da Coordenação Nacional de DSTs/AIDS. Embora o 9º EBGLT tenha possuído um caráter menor de deliberações acerca da agenda do movimento no país, e marcado por série de discussões e agressividades. Finalizado o encontro por meio de uma passeata nas ruas de São Paulo, influenciou, segundo as pesquisas de Regina Facchini (2003) no surgimento da ideia da organização de eventos de rua baseados no Dia Nacional do Orgulho Gay.

Essa nova fase do movimento LGBTQ+ elencou diversas mudanças no ativismo homossexual no país, seja na prática militante, na agenda de debates, nas gramáticas políticas, repertórios de ação e redes de interlocução. Mídia, agentes estatais, parlamentares que tinham como bandeira os direitos homossexuais em seus repertórios discursivos, mercado, organizações internacionais e grupos religiosos que se mostravam mais reflexivos acerca do tema da livre diversidade sexual. As práticas militantes dessa nova onda do movimento homossexual brasileiro elencaram, através da visibilidade da epidemia do HIV/AIDS, uma reorganização interna no que tange a criação de Organizações Não Governamentais, criando estruturas formais e elaboração de projetos de trabalho na tentativa de alçar financiamento. Seja na forma interna, seja na forma externa, a nova roupagem do movimento homossexual brasileiro de fato tornou-se assunto de discussão na sociedade civil, e como consequência das pressões desses grupos para com o Estado na tentativa de obter uma posição mais destacada na luta contra o HIV/AIDS, fez com que o movimento LGBTQ+ tornasse-se causa pública, ou seja, estivesse dentro da agenda de ação do Estado; isso graças também a interlocução estabelecida pelo movimento com os mais diversos atores da sociedade civil. (*Ibidem*, 2003).

De fato, tornar-se causa pública adveio de uma série de fatores, mas é possível salientar que além de toda interlocução com os demais movimentos sociais e atores sociais da sociedade civil, a visibilidade advinda da AIDS e os encontros e reuniões

nacionais elencadas pelo movimento, a institucionalização das entidades e a nova roupagem exigida dos militantes os colocaram em uma maior posição de proximidade entre Estado (a partir dos atores institucionais, programas, ministérios, gestores e técnicos governamentais) e movimento LGBT+ (Facchini, 2009). Assim posto, a relação entre Estado e movimento LGBT elenca outra problemática já inserida no que tange a sócio-história do movimento: a relação entre movimento LGBT e partidos políticos, neste ponto, pretendo dissertar as nuances, percalços, itinerários e associações que essa relação elencou no próximo capítulo desta monografia.

### **3. CAPÍTULO II- DOS ITINERÁRIOS, LUTAS E ENGAJAMENTO: MOVIMENTO LGBT+ E PARTIDOS POLÍTICOS**

Com base nos dados expostos no capítulo anterior, foi possível resgatar a história do movimento LGBT+ no Brasil, seus itinerários, percalços, demandas e transformações, assim como também sua institucionalidade ao entrar na agenda de ações e debates do Estado a partir da epidemia do HIV/AIDS, transformando-se em causa pública. Nesse aspecto, foi salientado a relação entre Estado e movimento social, nesse caso, o movimento LGBT+.

Diante disso, uma das problemáticas que busco elucidar nesta monografia é a relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos, sendo esses, agentes da esfera institucional e deliberativa do poder, ou, ainda de acordo com a literatura da ciência política, os partidos políticos podem ser vistos como “organização em si e como organização operante” (Farneti, ano, p.1218), passando por diversas classificações, seja tido como *partido de eleição*; *partido de organização*; e por último, *partido de mobilização (ibidem, ano, 1218)*. Nesse sentido, compreender os partidos políticos e, conseqüentemente, compreender a análise da mobilização política, não apenas uma mobilização por vias estatais, mas também voltada ao extra-institucional.

Logo, é possível salientar que em sua gênese, o movimento LGBT+ se mostrava altamente refratário não só a sua institucionalização, mas como também na sua relação com os partidos políticos, sendo esses últimos, vistos como possíveis “cooptadores” da pauta da livre diversidade sexual. Nesse quesito, o movimento passa por alguns “rachas” no que tange a relação ou não com os partidos políticos, em especial, os partidos de esquerda.

Em contrapartida, na segunda onda do movimento LGBT+ é possível localizar atitudes muito menos refratárias a ações institucionais e aos partidos políticos, com ênfase nos partidos de esquerda. Contudo, tal passagem e a adoção de uma nova agenda de ação não se deu de forma estática, o movimento passou por uma série de percalços, transformações e, conseqüentemente, mudanças para que tal relação acontecesse e, de fato, se concretizasse. Nesse sentido, a literatura esboça uma maior aproximação dos movimentos sociais com partidos localizados à esquerda do espectro político-ideológico, logo, não seria diferente com o movimento LGBT+ e sua aproximação com os partidos políticos de esquerda.

A literatura brasileira no que tange o campo da relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos é escassa, seja de teoria, seja de empiria. Há poucos trabalhos que versem sobre essa relação, suas nuances, percalços e itinerários. O que me leva a crer na necessidade de trabalhos que explorem esse campo e desnudem os véus que cobrem tal relação.

Neste capítulo, pretendo abordar tais nuances, itinerários, repertório de ação e engajamento político-partidário dos militantes LGBT+, compreendendo a partir dessa abordagem o funcionamento do sistema político partidário-eleitoral do Brasil. Tal capítulo estará dividido em três subtópicos, o primeiro, pautar-me-ei na dialética que aponto através da literatura, partindo da análise e classificação do movimento LGBT+ em autônomo ou partidário, explicitando os itinerários enfrentados pelo movimento acerca da relação do mesmo com os partidos políticos no Brasil. No segundo subtópico, irei elaborar a tese teórica principal deste trabalho que busca compreender as oportunidades políticas em um presidencialismo de coalização. Para isso, versarei em breves contribuições com as teorias elaboradas por Sidney Tarrow, McAdam, Tilly e Sérgio Abranches para compreender a dinâmica dos movimentos sociais, sua relação com o Estado, mecanismos de ação e relação com os partidos políticos, assim como também, analisar o sistema político-partidário-eleitoral do Brasil, compreendendo suas especificidades.

No terceiro e último tópico, abordarei o sistema partidário brasileiro a partir do engajamento eleitoral dos militantes LGBTs+. Para isso analisarei as candidaturas de pessoas LGBTs+ no Brasil, entre 2003 a 2016, compreendendo em que momento da história as estruturas de oportunidades políticas tornaram-se favoráveis para o movimento LGBT+ no país. Assim posto, tal análise me dará arcabouço para

compreender de que forma funciona e se mantém o sistema político-partidário brasileiro.

Para tais análises, o primeiro subtópico contará com o auxílio da literatura existente para tratar a relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos a partir da história do próprio movimento, logo, a priori, é possível afirmar que um está intrinsecamente ligado ao outro, ainda que de certa forma a relação apresenta diferentes características ao longo do tempo. No segundo tópico, ater-me-ei as contribuições de Tarrow (2009) e Abranches (1988; 2008) para elaborar a constituição da literatura no que tange os movimentos sociais, seu engajamento no sistema político-partidário eleitoral, assim como também as especificidades do sistema político eleitoral brasileiro. No terceiro, a análise se dará a partir da interpretação dos dados empíricos acerca das candidaturas LGBTQs+ no país, compreendendo de que forma se dá as eleições no Brasil contemporâneo quando se trata de candidaturas de pessoas que são vistas como corpos abjetos incapazes de ocupar os espaços institucionais de poder.

### **3.1. Autônomo ou partidário? relação do movimento LGBTQ com os partidos políticos**

Como dissertado no capítulo anterior, a década de 1990 não só foi o desenrolar de uma trágica epidemia que avassalou as organizações do movimento LGBTQ+ no Brasil, mas para além disso, foi o período de visibilidade das pautas da livre diversidade sexual no país. Assim como apontou Trevisan (2018) nenhuma outra manifestação do movimento trouxe tanto visibilidade para o mesmo como a luta para uma resposta coletiva contra o HIV/AIDS, além do mais, a pauta da sexualidade adentra na agenda de debates e ações do Estado a partir das pressões feitas pelo movimento em alianças com movimentos sociais, médicos, advogados, militantes partidários e agentes do Legislativo. A interlocução do movimento com outros atores da sociedade civil e movimentos sociais elencou também um maior campo de discussão acerca das amálgamas repressoras que afligem esse segmento da população.

Diante disso, e com a transformação do movimento LGBTQ+ em causa pública a partir de sua institucionalização mediante inserção na agenda estatal, que políticas foram direcionadas a esse segmento da população para elaborar políticas públicas na área da saúde no combate à epidemia do HIV/AIDS (Facchini, 2003; Pereira, 2018;

Ramos, 2004). A exemplo disso, os Encontros Brasileiros Gays e Lésbicas e Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS a partir de 1995 contaram com o financiamento do Ministério da Saúde através da destinação de recursos para questões ligadas a DSTs/AIDS, assim como também tiveram presença e apoio de setores da sociedade civil com ONGs/AIDS, parlamentares e agências governamentais.

Ainda que tamanha visibilidade tenha sido dada a pauta da sexualidade, foi somente com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república no ano de 2003, que o movimento passou a conquistar vitórias no que diz respeito a constituição de políticas públicas voltadas a livre diversidade sexual e que não estavam necessariamente ligadas às questões de saúde (Pereira, 2018; Carrara, 2010). Nesse contexto, o movimento LGBTQ+ fortifica sua luta no que tange demandas que são caras e históricas para o movimento, assim, dado a construção de maiores oportunidades políticas dentro dos espaços deliberativos do poder dado a chegada de um executivo à esquerda do espectro ideológico-partidário, o movimento elenca com ainda mais força pautas como a criminalização e prevenção da violência homofóbica (Fernandes, 2012; Ramos, Carrara, 2006; Pereira, 2018).

Contudo, a mudança das estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) que dava maior espaço de debate para que o movimento demandasse suas pautas, a luta para vingar a pauta da livre diversidade sexual na política institucional brasileira não se deu de forma unânime, tão pouco de forma fácil e gradual. A presença dos militantes desse segmento da população nos espaços de poder da política institucional era pautada por barreiras constituídas pela própria formação do sistema político o brasileiro, logo, dificuldades para elencar políticas públicas que dessem maior visibilidade e direitos a esse movimento foram se apresentando desde a Assembleia Nacional Constituinte que outorgou a constituição vigente.

Nesse sentido, ainda que se considere os partidos políticos de esquerda como aqueles que mais abarcam as pautas das minorias, dentre elas as pautas do movimento LGBTQ+, a relação entre os mesmos não acontecia de forma leve e aceitável por todos dos partidos, a pauta da livre diversidade sexual, da descriminalização do aborto dentre outras, ainda era vista de forma negativa por setores conservadores dos partidos de esquerda, em especial, do Partido dos Trabalhadores.

Logo, a fim de analisar a relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos, faz-se necessário que se recorra a sócio-história do próprio movimento LGBTQ+, isso porque, desde sua gênese enquanto atores políticos, o movimento demandava suas próprias características, sendo essas, muitas das vezes, pouco aceitas no conservadorismo de esquerda, para isso, retomarei alguns pontos do capítulo anterior. Diante disso, o Lâmpião da Esquina e os militantes do até então Movimento Homossexual Brasileiro professavam valores muito similares no que tange a constituição da luta do movimento no país no contexto de uma ditadura “heteromilitar” (Quinalha, 2018), isso porque, a “Primeira onda” do Movimento Homossexual Brasileiro (Facchini, 2003) elencava valores que beiravam uma espécie de anarquismo em relação ao Estado e ao sistema político e, conseqüentemente, aos partidos políticos, para além disso, negavam uma relação comercial intrínseca ao consumismo, assim como também rejeitavam a política dos partidos de esquerda tradicional baseada em ‘esquemas prontos’ (MacRae, 2018).

A luta pela livre diversidade sexual não escapavam de desconstruir os próprios militantes, partidos e líderes da esquerda tradicional que estavam demasiadamente constituídos não apenas por “esquemas prontos” como aponta Edward MacRae, mas também embutidos de ideias conservadoras dos papéis e performances de gênero e sexualidade, essas duas últimas, por sua vez, cindiam com o pensamento geral da sociedade civil da época, logo, ainda que se considere a esquerda no Brasil enquanto o espectro ideológico que mais abarca a luta das minorias, a empiria mostra certa clivagem ideológico-partidária.

Nesse sentido, um partido de esquerda não estava necessariamente desimpedido de cometer ações que pairavam sobre um conservadorismo no que tange a livre diversidade sexual, a crítica do movimento LGBTQ+ também pautava-se nisso, não é à toa que, por muito tempo, o movimento manteve-se afastado do Estado (ora, era também impossível que se vinculasse uma luta pela livre diversidade sexual num Estado ditatorial, repressivo e que tinha sua base na censura e perseguição contra homossexuais) e dos partidos políticos. A exemplo disso, na manifestação de 13 de junho contra a violência policial cometida com homossexuais e prostitutas<sup>24</sup>, uma das práticas militantes adotadas pelo movimento foi a prática “fechativa”, essa, incubada de palavras de ordem e satíricas, enfrentava as críticas dos setores

---

<sup>24</sup> Operação de ‘Limpeza e Rondão’ encabeçada pelo Delegado José Wilson Richetti

tradicionais, sejam de esquerda ou de direita (ambos aqui assemelhavam-se nessa pauta). Tal prática de “fechação” introduzia para além da crítica, uma sátira que refletia a natureza subversiva e libertária da homossexualidade que colocava em jogo a partir da ridicularização os valores tradicionais dos setores conservadores da sociedade civil e da política (MacRae, 2018).

Os dois últimos exemplos podem ser ressaltados como a fase “autônoma” do movimento LGBTQ+ no país, isso porque, tal fase representava certa ausência de interlocução com outros atores políticos, movimentos sociais e “minorias”. Tal fase elencava certa autonomia do movimento no que tange o alçar das demandas por ele elencadas, embora, a literatura aponte a emergência e participação de grupos homossexuais de esquerda no MHB como o da Convergência Socialista. Nesse sentido, tal autonomia traçada dentro das resoluções das práticas militantes dos dois notórios agentes do MHB, o grupo SOMOS e o Lâmpião da Esquina era uma das medidas adotadas como forma de atuação do movimento e na busca por identidade.

Como apontado no capítulo anterior, os “rachas” fizeram parte da história do movimento. Nesse contexto de “rachas” e transformações, as resoluções do 1º EGHO acontecido em 1980, deixava claro a autonomia do movimento em relação aos partidos políticos (MacRae, 2018), contudo, como apontado por Regina Facchini e Júlio Assis Simões (2009) tal encaminhamento não se deu de forma unânime, havendo, nesse sentido, discordância no que tange essa autonomia do movimento com os partidos políticos, posto isso, a polarização dentro do próprio Movimento Homossexual acontecia entre dois grupos, aqueles que acreditavam que a melhor alternativa para o movimento era se ater autônomo em relação aos partidos políticos eram chamados de “Chicórias”, tal grupo proclamava uma espécie de anarquismo que desconfiava da política e dos políticos em geral; do outro lado da corda encontrava-se aqueles que acreditavam na necessidade de uma maior interlocução do movimento com a política e com os partidos políticos, em especial, com os partidos de esquerda, esses eram chamados de “Beterrabas”.

Nesse sentido, os partidos políticos já marcavam presença nos encontros nacionais do MHB na tentativa de somar com a luta e abarcar militantes nas fileiras do partido, entre eles encontravam-se militantes e simpatizantes do recém criado Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido

Comunista do Brasil (PC do B), assim como também a presença da Convergência Socialista (*Ibidem*, 2009).

Tal estado anárquico do movimento LGBT+ mudou com a chegada da epidemia do HIV/AIDS no Brasil, as interlocuções do movimento fizeram-se necessárias para a elaboração de uma resposta coletiva na luta contra o HIV/AIDS. Nesse sentido, o movimento se articula não apenas com outros movimentos sociais, mas também com agentes da sociedade civil, como médicos sanitaristas e advogados (Petrarca, 2015) estabelecendo uma maior rede de ligações. Não apenas isso, a institucionalização do movimento LGBT+ ao “fazer-se no Estado” (Aguião, 2014) elencou a relação do movimento com atores políticos, agentes governamentais e setores atuantes nos espaços deliberativos do poder. Diante desses fatos, a nova roupagem do movimento adquirida com a emergência de uma epidemia tida como “peste gay”, elenca uma nova agenda de ação do movimento muito menos refratária a institucionalidade e aos partidos políticos.

À exemplo disso, militantes do MHB começam uma campanha com apoio de parlamentares para a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais, a “despatologização” da homossexualidade levou o movimento a ser interlocutor de debates com agentes institucionais da esfera pública do poder. Não apenas nesse caso, o movimento se torna atuante no que tange as deliberações que outorgaram a Constituição de 1988, nesse sentido, o Triângulo Rosa conseguiu ir à Câmara de Deputados no Congresso Nacional Constituinte onde elencou discursos que pediam a inclusão da proibição da discriminação por “opção sexual”, construindo uma luta para elencar as demandas do Movimento LGBT+ na Assembleia Nacional Constituinte. Nessa campanha, temas inéditos relacionados à homossexualidade foram debatidos nas arenas deliberativas do poder, a respeito disso, Simões e Facchini (2009) trazem o relato de João Antônio Mascarenhas a respeito da campanha:

Em 1987 o Triângulo Rosa conseguiu ir à Câmara Federal, ao Congresso Nacional Constituinte. Lá, fiz exposição a duas subcomissões. O assunto foi levado a plenário e fomos derrotados... A última votação na Assembleia Nacional Constituinte foi em fevereiro de 1988. Fui à Brasília. Nunca um ativista gay tinha entrado no Congresso Nacional como tal. Muito menos para fazer uma exposição e ser sabatinado pelos parlamentares. Isso foi um escândalo! Houve a votação no início de 1988. Fomos derrotados. Nos fins de fevereiro e princípios de março de 1988, saiu o primeiro projeto da Constituição Federal. Por essa época, eu me afastei do grupo Triângulo Rosa. Depois retomei quando se aproximava a Revisão Constitucional. Porém, dizia que voltaria até terminar a revisão, qualquer que fosse o resultado. Na

revisão, também fomos derrotados. Desta vez não houve esse sucesso de escândalo. Com esse nosso trabalho, não conseguimos ser contemplados na Constituição Federal, mas conseguimos em duas Constituições estaduais: a de Sergipe e a de Mato Grosso; e em 27 leis orgânicas municipais, inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. (*Ibidem*, 2009, p. 123)

Essa nova reconfiguração das práticas militantes do movimento homossexual no Brasil começa a priorizar a ocupação de espaços físicos, assim como também compreendem de uma nova forma a palavra política, essa, por sua vez, tinha como característica o modo de autoajuda que predominava nos grupos anteriores, isso porque para os militantes da primeira geração do movimento homossexual as reuniões de autoajuda, ou reuniões de “reconhecimento”, tinham excepcionalmente um caráter político, assim como cindiam com o slogan propagado pelo movimento feminista que o “pessoal é político”. Essa nova fase não mais reconhece essa concepção de política, agora pautam-se na política com um sentido mais pragmático e menos advindos das experiências pessoais, agora a política é tida como “[...] meio de atuação institucional segundo objetivos bem definidos. Para diminuir a discriminação contra homossexuais, o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis” (Simões, Facchini, 2009, p. 125). Ainda no que diz respeito a essa reconfiguração da concepção de política pelo movimento homossexual:

A literatura sobre o movimento homossexual brasileiro tende a creditar a mudança no perfil do ativismo homossexual ao longo dos anos 1980 ao surgimento de um “terceiro tipo” de ativista e de grupo. Essa nova geração, da qual fariam parte João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, teria uma visão mais instrumental que ideológica dos partidos políticos, segundo a qual todas as agremiações poderiam ser aliadas, desde que demonstrassem compromisso com a causa. Ao mesmo tempo, as demandas do movimento deveriam ser direcionadas ao Estado por meio da formulação de campanhas, cujo objetivo seria angariar aliados entre as elites políticas. (Cruz, 2015, p. 140)

Fica nítido, portanto, que o movimento LGBTQ+, os partidos políticos e as arenas institucionais e deliberativas do poder começam a estreitar relações, é claro que, tal relação não acontece de forma a beneficiar por completo o movimento, isso porque mesmo com toda a campanha apresentada e debatida durante no Congresso Nacional durante a Assembleia Nacional Constituinte, o movimento LGBTQ+ não saiu vitorioso, pelo menos não nos aspectos que tangem o asseguramento dessa população e dos seus direitos a partir da lei, mas saiu vitoriosa no que diz respeito a constituição de uma maior visibilidade para as pautas que orbitam a livre diversidade

sexual, é um marcador central que reafirma esses sujeitos enquanto participantes da sociedade civil detentores de direitos.

Não raro, é importante ressaltar que essa reconfiguração do movimento homossexual ao estreitar laços com os partidos políticos e, conseqüentemente, com a institucionalidade, pode ser visto como uma porta de oportunidades políticas para os movimentos sociais, no caso do movimento LGBTQ+, adentrar no sistema político-partidário-eleitoral era adentrar num campo de um maior leque de oportunidades no que tange a garantia do seus direitos, nesse sentido “por meio dessa tática, grupos de movimento podem expandir a repercussão de questões referentes a um determinado conflito, chamar a atenção da sociedade para suas causas, angariar novos aliados entre as elites, criar relações com as instituições políticas, ampliar seus repertórios de ação e produzir novos enquadramentos interpretativos para traduzir a realidade social na qual estão inseridos” (Cruz, 2015, p. 110). Todavia, esse maior leque de oportunidades ao movimento ao adentrar na política partidária a partir do processo de engajamento eleitoral não dá margem para que os movimentos sociais tenham força para mudar os encaminhamentos que enveredam a vontade das elites (Tarrow, 2009 *apud* Cruz, 2015).

Contudo, a emergência do movimento LGBTQ+ no engajamento eleitoral junto com os partidos políticos de esquerda nas primeiras eleições pós-ditadura deram margem para um maior campo de possibilidade, visibilidade e mobilização. Isso fica nítido a partir do processo de participação do movimento na formação do Partido dos Trabalhadores. O movimento LGBTQ+ constituiu-se a partir de muita luta a necessidade de inclusão do combate ao preconceito na sigla, mas para isso, o movimento precisou se articular no processo de fundação e legalização do partido ao longo da década de 1980 (Cruz, 2015).

Essa aproximação do movimento com os partidos políticos, em especial com o PT, não foi aceita por todos os grupos do movimento homossexual. Embora o PT fosse o único partido em real defesa da causa homossexual ao lançar em sua plataforma eleitoral um ponto específico acerca das discriminações contra as minorias intitulada “Somos todos iguais: Chega de discriminação! O PT lança uma sessão especial apenas para as amálgamas sofridas pelo movimento LGBTQ, declarando seu total compromisso:

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que almejamos tem que ser baseada

sobretudo numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária entre as pessoas e sem nenhum tipo de discriminação (...). Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes caso de polícia (...). É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias, índios e homossexuais, têm que ser integralmente respeitados. (Em Tempo, Abril de 1982, nº 147, p. 4 *apud* Cruz, 2015, p. 124)

Ainda assim, outros partidos como o PMDB e o PSD também lançam, ainda que se forma genérica apoio às minorias sociais, nesse sentido, essa incorporação pelos outros partidos e essa aproximação dos mesmo com o movimento LGBT+ foi vista pelos grupos homossexuais organizados como uma forma de cálculo eleitoral, cooptação da causa e mecanismo de elegibilidade. Acerca disso, o Grupo Gay da Bahia publica uma nota sobre essa aproximação dos partidos com o movimento

A partir de Brasília, diga-se de passagem, quando o presidente do PT, Luís Inácio Silva, o mesmo Lula que ignorou o homossexualismo na classe operária em entrevista ao jornal Lampião da Esquina, destacou na convenção do partido ser favorável “às minorias”. Isto no final de setembro. Na mesma época, o jornalista Emiliano José, candidato a deputado pelo PMDB, lançou seu programa de lutas em Salvador e se mostrou e se mostrou favorável explicitamente ao ativismo homossexual. E completando o ciclo, não demorou muito para que José Sérgio Gabrielli, candidato também a deputado pelo PT, propusesse um encontro com grupos locais. Dá pra desconfiar, mas primeiro vamos ver o que eles querem. (Boletim do Grupo Gay da Bahia, nº 3, Abril de 1982, página provável: 5 *apud*, Cruz, 2015, p. 124)

Fica muito claro que a relação do movimento com os partidos políticos sempre esteve marcada por disputas, rachas, reconfigurações e novas roupagens do ativismo homossexual. A relação, embora consensual, nunca se dava de forma unânime, muito pelo contrário, era permeada por desconfianças, lutas internas e debates e lutas travadas com os próprios partidos para que o tema da diversidade sexual e defesa desse segmento da população fosse incluído nas plataformas e discursos eleitorais dos partidos.

Embora a literatura aponte o enfraquecimento do movimento homossexual durante a década de 1980 (Facchini, 2003a; 2009b;2005c; MacRae, 1989; Green, 1998; Silva,1998) Cruz (2015) apresenta a ideia de que, na verdade, o movimento homossexual não estava desarticulado, muito pelo contrário, a disputa do movimento estava agora pautada na arena partidária, sendo essa agenda de ação um período intermediário para a segunda geração do movimento homossexual no país, esse, por sua vez, já demonstrava um ativismo muito menos refratário às práticas institucionais. Nesse sentido, “o engajamento na arena partidária durante os ciclos de protestos foi uma experiência fundamental para garantir o acesso ao confronto eleitoral.” (Cruz, 2015, p. 135).

Nesse sentido, as estruturas de oportunidades políticas que garantiram ao movimento LGBT+ abertura no que tange o engajamento partidário e eleitoral estão baseadas na: reforma partidária em 1979, a renovação da esquerda, a volta de militantes e ativistas exilados, a fundação de um partido localizado à oposição e aberto as demandas do movimento homossexual, assim como também as eleições pós-ditadura num regime político multipartidário em 1982 foram as pilas das oportunidades políticas para o fortalecimento do movimento homossexual na agenda partidária institucional no Brasil (Cruz, 2015).

Entre aberturas e constrangimento das oportunidades políticas<sup>25</sup>, os ativistas homossexuais foram importantes máquinas políticas no que tange a divulgação das pautas elencadas pelo movimento homossexual na disputa eleitoral de 1982, Luiz Mott, João Antonio Mascarenhas, Hebert Daniel dentre outros, foram importantes ativistas homossexuais que estiverem a frente das eleições de 82, buscando engajar ativistas homossexuais na política eleitoral. Nesse sentido, durante a campanha eleitoral, Mascarenhas desenvolveu um questionário enviado aos partidos políticos (já que esses cada vez mais se aproximavam do movimento homossexual) para que se posicionassem sobre a luta homossexual (De La Dehesa, 2010).

A nova reconfiguração da política para alguns integrantes do movimento homossexual supracitado nos parágrafos anteriores fica ainda mais nítido quando grupos como o GALF, em parceria com o Outra Coisa promove um debate com aos candidatos dos 5 partidos concorrentes para discutir as “providências a serem tomadas por cada um deles em favor da luta pelo direito dos homossexuais”<sup>26</sup>. Isso porque, dois anos atrás, o Outra Coisa- Grupo de Ação Homossexualista era formado por ativistas que haviam rompido com o SOMOS por discordâncias acerca das alianças do movimento com os partidos políticos (Cruz, 2015).

---

<sup>25</sup> Mesmo com a reforma eleitoral de 1979, a Lei Falcão ainda limitava a propaganda no rádio e televisão, assim como também o “pacote de novembro” proibia as alianças entre os partidos políticos e impunha o chamado voto vinculado. Foi nesse ambiente de constrangimentos, restrições e oportunidades que o movimento homossexual encarou sua primeira experiência nas ruas. “Em dezembro de 1981, o jornal alternativo Rádice - Luta & Prazer publicou um artigo do ativista homossexual Herbert Daniel que expressa a percepção do contexto político: “Nossos generais querem democracia com responsabilidade, isto é democracia para eles, responsabilidade para nós; para eles, a respeitabilidade, para nós respeito ao próximo - general presidente; para eles a decisão, para nós o “discordo, mas respeito””. (Rádice Luta & Prazer. Ano I, nº 4, Dez 1981, página provável: 2 *apud* Cruz, 2015, p. 136).

<sup>26</sup> GALF: Quatro anos de atuação”. Chanacomchana, nº 3, 1984, página 5

A primeira eleição direta pós ditadura militar no Brasil já alçava grande visibilidade no que tange às pautas da livre diversidade sexual. Embora não podemos falar de grande em sentido quantitativo, podemos falar de grande no sentido que, com base no que foi citado neste tópico e no capítulo anterior, é possível traçar uma grande vitória a defesa dos direitos da homossexualidade num pleito eleitoral.

**QUADRO 2-** Candidatos autodeclarados Homossexuais ou aliados a causa nas eleições de 1982

Candidatos	Slogans	Mensagem Geral	Definição de conflito	Definição dos Opositores	Partido Político
Edson Nunes	“Viva o Amor	O amor é maior que o preconceito, que deve ser combatido	O conflito estava tanto na sociedade moralista quanto na arena política, de onde vinham ameaças às liberdades individuais	Apesar do forte apelo contra o preconceito societário, o regime militar aparece como principal opositor	Partido dos Trabalhadores-PT
José Carlos Dias de Oliveira-Zezinho e Caterina Koltai	“Desobedeça’	Posicionar-se contra todo o tipo de injustiça; lutar pela transformação da sociedade.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que restringia as liberdades individuais	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Zezinho e Caterina Koltai ambos do Partido dos Trabalhadores-PT
Liszt Vieira	“Por uma vida alternativa”	Lutar por uma sociedade radicalmente diferente, que beneficie a vida e o bem-estar das pessoas.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que impunha uma vida baseada no modo de produção e nos valores capitalistas	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.	Partido dos Trabalhadores-PT
João Baptista Breda	“Prazer para Todos”	Defesa de uma sociedade mais justa e prazerosa para todos, sem restrição.	O conflito estava generalizado, e mesmo a esquerda é apontado como moralista e proibicionista	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Partido dos Trabalhadores-PT

**Fonte:** O quadro de candidaturas homossexuais ou aliadas foi adaptado a partir de: Cruz, Rodrigues. Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política 1978-1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, p. 189. 2015.

Do quadro acima apresentado, apenas Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira-Zezinho, e João Baptista Breda eram declaradamente homossexuais, contudo, Liszt Vieira e Caterina Koltai não eram homossexuais, mas abordavam em sua agenda de campanha a livre diversidade sexual e a luta pelos direitos desse

segmento da população, colocando-se enquanto aliados, os candidatos mobilizaram em seus comitês ativistas homossexuais que faziam a interlocução entre a campanha e o movimento (Cruz, 2015).

Outro nome caro no que diz respeito ao ativismo homossexual e o engajamento eleitoral é o do ex-guerrilheiro e sociólogo Herbert Daniel que desempenhou um papel fundamental no PT no que tange as temáticas de gênero e sexualidade, em sua campanha, o sociólogo adotou uma “Candidatura rosa”, trazendo nela temas centrais como a homossexualidade, a defesa dos direitos de soropositivos e a preservação ambiental (Santos, 2016).

As eleições de 1982 e a aproximação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos colocava em xeque as pautas tidas como tabus no terreno conservador da sociedade civil, a saída da “ditadura hétero-militar” (Quinalha, 2018) para um contexto de “abertura” do sistema político brasileiro ainda trazia dificuldades para que as pautas elencadas pelo movimento fossem debatidas no seio da sociedade e, por sua vez, possuísem maior visibilidade tanto no campo político quanto no campo social. As campanhas dos candidatos acima elencados trouxeram consigo uma maior visibilidade no que tange a luta pelos direitos da população LGBTQ+, não só isso, abarcavam temas que eram reprimidos não só pelos setores conservadores da esquerda como também pela direita.

Acerca disso, a imagem abaixo da campanha de Edson Nunes pode ser exemplificada como uma espécie de marco no que tange essa maior visibilidade das pautas homossexuais na agenda dos partidos políticos a partir do engajamento eleitoral. O texto contido na imagem abaixo reflete a luta que demandava direitos a população LGBTQ+ a partir das Leis, códigos e do Legislativo, nesse sentido, como apontado nos parágrafos anteriores, a nova reconfiguração do ativismo LGBTQ+ estava pautado nas arenas institucionais e deliberativas do poder com o objetivo de garantir direitos a esse segmento da população, que embora possuíse certa visibilidade, não obtinha direitos segundo a lei, como a criminalização da violência homofóbica, pauta cara para o movimento desde a sua politização.

**Figura 1:** Foto do panfleto contendo texto da campanha de Edson Nunes em 1982



**Fonte:** Machado, Frederico Viana. Muito Além do Arco-Irís: A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007

Diante dos fatos expostos, é possível afirmar que o partido que encabeça as pautas LGBT+ a partir do engajamento eleitoral dos ativistas do movimento é o PT, esse, por sua vez, desde sua fundação contou com o apoio de ativistas homossexuais que lutaram para que suas pautas se tornassem visíveis na agenda de debates do partido, assim como também, para que tomassem frente junto ao movimento a partir de uma interlocução das demandas históricas do movimento. Nesse sentido, o PT não falhou enquanto partido de esquerda, enquanto vanguarda institucional e partidária das lutas das “minorias” ao abarcar no seio do partido do debate acerca da sexualidade, do gênero e do racismo.

Não obstante, ao retornarmos sobre a atuação de Mascarenhas, veremos que a campanha e dos debates na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) com o intuito de mobilizar parlamentares acerca da inclusão do termo “orientação sexual” nas proibições de discriminação enumeradas no art.5 da constituição (Câmara,2002). A proposta obteve o apoio de diversos parlamentares de esquerda, em especial o deputado constituinte José Genoíno do PT-SP, que foi responsável pela inclusão da proposta para votação em plenário, que acabou não sendo contemplado no texto final (Santos, 2016).

Fica ainda mais nítido a partir dos exemplos como se afunila a relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos localizados à esquerda do espectro ideológico, sendo essa uma característica dessa nova onda do movimento no país. A atuação do movimento passa a ser cada vez mais pragmática, voltando-se à luta para garantir os

direitos civis desse segmento da população e contra a violência homofóbica, demonstrando cada vez mais uma menor resistência a institucionalidade, o movimento desloca-se cada vez mais das margens ao centro do debate político (Facchini, 2005a;2009b; Câmara, 2002; Simões, Facchini, 2009). Essa nova roupagem do movimento elenca uma maior visibilidade do movimento a partir da ampliação dos espaços de participação, o engajamento político e o debate público em torno das candidaturas e projetos de lei, a adoção de uma estratégia massiva de visibilidade a partir das Paradas do Orgulho LGBTQ+ (Facchini, 2005a, 2009b; França, 2006a, 2009b).

Nesse contexto de maior visibilidade e um novo repertório de ação do movimento, as candidaturas LGBTQ+ surgem trazendo o tema da homossexualidade para as arenas institucionais do poder a partir das disputas eleitorais. A relação com os partidos políticos, embora na gênese do movimento tenha passado por um processo de anarquismo e desconfiança a política e aos partidos políticos, assim como também a ideia de política estava voltada para a reafirmação do movimento em reuniões e encontros onde o “eu” e o “pessoal” era tido como político, o movimento se transforma e se reconfigura aderindo a uma nova roupagem das práticas militantes.

Diante disso, a política passa a ser os meios institucionais de atuação, sendo esses o caminho pelo qual o movimento deveria enveredar para garantir seus direitos sexuais e civis, para serem reconhecidos enquanto participantes da sociedade e detentores de direitos. Nesse aspecto, a luta pela livre diversidade sexual, pela criminalização da homofobia, pela “despatologização” da homossexualidade e outros temas caros para o movimento passam a ser elencados e debatidos a partir da institucionalidade e com maior interlocução com os partidos políticos. O engajamento de militantes nas disputas eleitorais no período de abertura e redemocratização passa a ter papel fundamental nessa nova prática militante institucionalizada.

A homossexualidade passa a ser debatida nas arenas institucionais e deliberativas do poder a fim de conseguir direitos e ocupar espaços que outrora os foram negados. O movimento LGBTQ+ não pode, em sua totalidade, ser classificado entre autônomo ou partidário, o que se pode, a partir da análise histórica e a partir da compreensão das estruturas de oportunidades políticas, é afirmar que em determinados momentos no decorrer da história o movimento afastou-se ou cindiu-se aos partidos políticos. De fato, sua aproximação e conseqüente interlocução com os

partidos políticos elencou uma maior visibilidade no que tange os debates nas arenas de poder acerca da homossexualidade, contudo, como veremos no último subtópico, o sistema político-partidário brasileiro possui características próprias de governabilidade e de mecanismos de ação para alçar o poder, nesse sentido, o debate com as teorias clássicas acerca dos movimentos sociais e do sistema político brasileiro serão essenciais para compreender as nuances que tal relação possui.

Não obstante, a profissionalização da militância homossexual acerca do engajamento eleitoral nos partidos de esquerda com o objetivo de alcançar as esferas institucionais e deliberativas do poder e, conseqüentemente, elencar debates no que tange as pautas do movimento homossexual na garantia dos direitos civis e sexuais desse segmento da população, põe em xeque a questão do próprio ativismo, assim como também das clivagens ideológico-partidárias. Não raro, afirmo isso ao me debruçar sobre a ideia de que o movimento LGBTQ+ é notoriamente um movimento heterogêneo no que diz respeito às subjetividades e ideais de pessoas que o compõem, embora estejam interligados em torno de uma mesma causa, essas pessoas construíram suas identidades a partir de suas trajetórias individuais (Dagnino *et al*, 2006 *apud* Cruz, 2015) no âmbito do ativismo e moldaram suas vidas em torno do partidarismo e do engajamento político.

Nesse sentido, a luta pela promoção de direitos civis e sexuais não estão necessariamente ligadas a identidade de gênero e orientação sexual tidas como dissidente, nesse aspecto, fica nítido a partir da exemplificação mais recente dessa dialética, onde de um lado temos o Ex-Deputado Federal pelo PSOL Jean Willys reconhecido pela sua luta e ativismo na promoção dos direitos da comunidade LGBTQ+, com uma agenda política que orbitava em torno da defesa dos direitos humanos e cidadania LGBTQ, do outro lado, temos o Ex-Deputado Federal pelo antigo Partido Trabalhista Cristão (PTC) Clodovil Hernandez<sup>27</sup>, que embora fosse declaradamente homossexual mas que se opunha as reivindicações propostas pelo movimento LGBTQ+.

---

<sup>27</sup> A respeito disso, a matéria “Clodovil diz não ter orgulho de ser gay”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/clodovil-diz-nao-ter-orgulho-de-ser-gay/>. Acesso em: 25/09/2023. Ainda em outra matéria: “Jean Willys: Clodovil tinha homofobia internalizada. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/jean-wyllys-clodovil-tinha-homofobia-internalizada>. Acesso em 25/09/2023 No vídeo on-line intitulado “Clodovil é vaiado por movimento gay”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YLnXn9LpwuU>. Acesso em: 25/09/2023.

Nessa mesma perspectiva, temos Roberta Close, que embora nunca tenha se profissionalizado através da militância e do engajamento eleitoral, construiu uma luta de resistência e desmistificação da transexualidade nos anos 1990. Nesse aspecto, a atriz e modelo era alvo de transfobia nos mais diversos âmbitos da vida social<sup>28</sup>, mesmo sendo uma renomada modelo e ter participado de novelas. Nesse sentido, a atriz e modelo estava no auge da expansão de um mercado voltado a homossexualidade “fazendo aumentar inclusive a visibilidade das travestis, não só nas ruas das cidades, mas também na grande mídia, para além do carnaval.” (Simões, Facchini, 2009, p. 129)

### **3.2. Das Estruturas de Oportunidades Políticas num Presidencialismo de Coalizão: breves considerações teóricas**

Antes de partir para a compreensão do sistema político brasileiro e sua relação com os movimentos sociais, faz-se necessário fazer um breve debate dentro da literatura acerca da política institucional e dos movimentos sociais. Nesse sentido, para compreender o surgimento, as interações com o estado, as oportunidades e o constrangimento do movimento LGBTQ+ nos diferentes momentos da história, é preciso abranger a teoria para analisar o campo empírico. Nesse quesito, nos próximos parágrafos me debruçarei sobre a Teoria do Processo Político (TPP) a partir do conceito de Estrutura de Oportunidades políticas elaborado por Sidney Tarrow. Não raro, para abarcar a realidade brasileira, faz-se necessário a compreensão dos aspectos minuciosos que dão funcionalidade ao sistema, nesse quesito, ater-me-ei a teoria do Presidencialismo de Coalizão elaborado por Sérgio Abranches. Não obstante, compreendo nesta pesquisa que ambas teorias se interseccionam, dado que, a tese principal desta pesquisa baseia-se na hipótese de que as oportunidades e/ou constrangimentos políticos surgem mediante as coalizões feitas pelo chefe do executivo.

Diante do exposto, compreender as formas de ação coletiva enquanto grupo de pessoas reunidos em torno de uma pauta comum, acompanhadas de um sentido que as une e que demandam repertórios para alcançar determinados resultados

---

<sup>28</sup> Muitas matérias a seu respeito, intituladas como “A mulher mais bonita do Brasil é homem”, ou, “quem beijaria Roberta Close numa cena de novela”. Ainda assim, Roberta travava uma luta para retificação de suas documentações para incluir seu nome social e seu gênero. Disponível em: <https://www.terra.com.br/amp/story/nos/12-fatos-sobre-roberta-close-a-primeira-trans-famosa-do-brasil,41068443548929f58f232d59db7d7cc9ittl3bui.html>. Acesso em 25/09/2023.

promovendo mudanças nos diversos campos da sociedade civil (Gomes, 2019) Nesse aspecto, o estudo dos movimentos sociais enquanto objeto de análise da Sociologia pode ser apresentado enquanto uma rede de estudos complexos e completamente mutáveis devido às eventuais mudanças ocorridas nos movimentos sociais, trazendo novas e diversas análises e perspectivas de estudo e teoria.

Para compreender a agenda de estudos acerca dos movimentos sociais, parte-se da premissa da existência de três grandes vertentes analítico-teóricas (Alonso, 2009). Portanto, para a análise e compreensão dos movimentos sociais e de sua estrutura, parte-se da ideia de que há um conjunto de fatores externos ao movimento, contudo, ainda que externos, tais fatores influenciam diretamente no repertório organizacional, seja nos repertórios de ação visando a mobilização, seja no constrangimento acarretando a desmobilização, tal categoria é entendida como a estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 2009).

Diante do exposto, entende-se enquanto “oportunidades políticas” a noção de que o Estado pode exercer determinadas ações sob os movimentos sociais afetando a emergência, o desenvolvimento, e os resultados da mobilização política (Pereira, 2018). Nesse aspecto, o Estado pode prover maior ou menor visibilidade e participação na política institucional a diferentes grupos sociais, abrindo ou restringindo leques de oportunidades para ação de determinado movimento social (Tarrow, 2009; McAdam, 1996).

A Teoria do Processo Político nasce a partir de uma sociologia histórica comparada que visa resgatar movimentos de outros países a fim de elaborar, a partir desse resgate sócio-histórico comparado, uma teoria que explique os movimentos sociais enquanto um processo mais complexo, compreendendo, portanto, os movimentos sociais enquanto atores políticos, mas também enquanto uma forma peculiar de política (Gomes, 2019). Diante disso, A TPP “prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolhas dos agentes em curso da ação” (Alonso, 2009, p. 56).

Uma forma peculiar da política porque ao versar sobre movimentos sociais a TPP disserta que os movimentos sociais se constituem enquanto uma forma de política peculiar porque se forjam numa arena de conflito, conflito esse estabelecidos entre as relações de poder, portanto, entre quem detém o poder e quem é submetido ao poder. A respeito disso:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças [...]. (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009)

É nesse contexto que os movimentos sociais se diferem, segundo a TPP, dos eventos políticos de protestos e reivindicações. Os movimentos sociais se caracterizam, portanto, por estarem entrelaçados no confronto político, por possuírem mecanismos de organização de suas ações que visam alcançar seus objetivos e resultados de transformação da sociedade, tal organização sempre contará com a presença de um confronto político entrelaçados numa relação de poder e, conseqüentemente, de desafio a esse poder (Gomes, 2019).

A literatura que se encarrega desses conceitos estabelece três tipos de ocorrências relacionadas a mudanças nas ações e transformações, sendo esses: regimes políticos; alinhamentos políticos e eleitorais e nas tendências eleitorais e na ideologia dos governos. Não obstante, os Estados podem ser compostos por um número maior ou menor de aliados dos ativistas (McAdam, 1996; Tarrow, 2009; Van Dyke, 2003; Pereira, 2018); Podem promover mudanças no que tange às políticas públicas relevantes para os movimentos (Amenta *et al*, 2012; Meyer, 1993a; Pereira, 2018), ainda podem mudar sua retórica e seu posicionamento político acerca dessas políticas (Meyer, 1993a; Pereira, 2018), não raro, podem ainda ser formados por elites ou menos divididas em relação a essas medidas (McAdam, 1996; Tarrow, 2009; Pereira, 2018).

Não raro, a partir dessas classificações em níveis, é no terceiro nível que pretendo versar nesta monografia, ou seja, na compreensão de como governos e partidos progressistas e conservadores tendem a agir de maneiras distantes no que diz respeito aos movimentos sociais, não obstante, a substituição de um governo de direita para ou governo de esquerda, ou de um governo de esquerda para um governo de direita, ou ainda por meio das mudanças em tendências eleitorais a médio prazo conduzem-se a mudar as formas como o Estado vai interagir com os movimentos sociais (Amenta *et al*, 2012; McAdam, Tarrow, 2011; Meyer, 1993a; Pereira, 2018).

Nesse aspecto, embora distintos em suas concepções, os três níveis supracitados elencam uma interlocução num mesmo aspecto, ou seja, “o que gera abertura e o fechamento de oportunidades para os movimentos sociais é aquilo que a

chefia dos governos faz ou deixa de fazer, seja ela influenciada por regimes políticos, por estratégias eleitorais ou por seu perfil ideológico-partidário” (Pereira, 2018, p. 223).

A grandeza das categorias supracitada que reside na compreensão, como apontado, das ações que o chefe do executivo faz em seu governo e, conseqüentemente, como isso afeta os movimentos sociais, nesse sentido, tal modelo classifica o chefe do executivo e suas ações como de grande importância, essas ações, por sua vez, reverberam como os movimentos sociais são afetados pelos processos eleitorais. Contudo, sua limitação se dá a partir da premissa de versar sob um ideário de Estado homogêneo “superestimando a agência da chefia do executivo em relação aos seus subsistemas” (Pereira, 2018, p. 223). Nesse aspecto, ao tecer a ideia de um Estado homogêneo foi-se criado uma divisão entre a política institucional e a extra-institucional, dando uma clara separação entre Estado e Sociedade civil, ignorando, nesse aspecto, a relação recíproca existente entre esses dois polos (Goldstone, 2003; Pettinicchio, 2012).

Não obstante, a chamada Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) propostas por Tarrow deriva do estruturalismo presente na Teoria do Processo Político (TPP), essa, por sua vez, necessita de uma visão estrutural dos elementos exteriores que versam sobre a influência desses elementos na organização e ação do movimento. Admitindo, nesse sentido, a existência de um conjunto de fatores de âmbito negativo e positivo, no primeiro fator incubado de desmotivar os atores políticos de dado movimento, no segundo fator, quando se fortalece e encoraja a ação do movimento (Cruz, 2015). Nesse aspecto, Tarrow (2009) elabora que a mudança no contexto de oportunidades desencadeia alterações nas estruturas do movimento e sua agenda de ação.

Não obstante, Sidney Tarrow elabora cinco subcategorias analíticas para elaborar seu conceito de EOP e como essas, por sua vez, se configuram as oportunidades e constrangimentos como um aspecto de interpenetração nos movimentos sociais, elencando reconfigurações e modificações das suas agendas de ação. A primeira subcategoria destina-se na compreensão da importância das oportunidades políticas (Tarrow, 2009), nesse sentido o autor elabora a importância das oportunidades no que tange a configuração da sociedade e na organização dos movimentos sociais (Gomes, 2019). Logo, a emergência das oportunidades políticas

versa para a interseccionalidade com os movimentos sociais, pois é a partir de uma estrutura de oportunidades políticas que emergem os movimentos sociais.

A segunda subcategoria envereda para a compreensão de como as estruturas de oportunidades políticas se apresentam para os atores políticos. Essa por sua vez, pode se apresentar de diversas formas e em diversas dimensões. Dando como exemplo, foi a partir da repressão do Estado brasileiro durante o regime militar que o movimento LGBTQ+ começou a elencar suas lutas, contra o autoritarismo, contra a violência homofóbica, e pelo direito de serem reconhecidos como participantes da sociedade civil detentores de direitos. Ou seja, foi a repressão estatal do regime militar que deu margem para o surgimento do movimento LGBTQ+ enquanto ator político politizado, enquanto movimento social<sup>29</sup>. Logo, repressão, abertura do sistema político, aliados presentes no Estado<sup>30</sup> são dimensões que se apresentam as estruturas de oportunidades políticas.

A terceira subcategoria analítica ainda versa sobre os aspectos do Estado, este, por sua vez é tido como a arena central do confronto político, onde ocorre a disputa entre detentores do poder e desafiantes, tal disputa é explicitada a partir de como a TPP prioriza uma estrutura de incentivo e/ou constrangimento políticos que delimita as possibilidades de escolha dos agentes no curso das ações. (Alonso, 2009). Nesse aspecto, essa categoria versa sobre o Estado, sobre sua formação, seu funcionamento e de que forma se constituiu, buscando compreender aspectos relativos como a centralidade e descentralidade, se o Estado é fraco ou forte, e todos esses fatores são proeminentes na construção e na maior existência dos confrontos políticos (Gomes, 2019).

Os dois últimos subtópicos analíticos enveredam sobre os movimentos sociais, o quarto subtópico traz consigo considerações acerca da ameaça e da oportunidade, sendo a primeira uma dimensão que se intersecciona com o conflito, melhor dizendo,

---

<sup>29</sup> Tal compreensão não denota exclusivamente do que diz a teoria das Estruturas de Oportunidades Políticas, mas sim das críticas elencadas a TPP, isso porque tal teoria versa apenas sobre os fatores externos ao movimento, não levando em consideração, por exemplo, os fatores cognitivos que funcionam como o elo entre a organização e as oportunidades. Nesse aspecto: "levar em conta que a repressão também pode servir como forma de mobilização e expansão do movimento, ao contrário da análise externa na qual a repressão é somente vista como desmobilizadora do movimento" (Cruz, 2019, p. 66)

<sup>30</sup> Isso fica ainda mais nítido se tomemos como exemplo a chegada do Governo Lula em 2003, e como os participantes do Estado em suas diversas instâncias deram margem para uma maior aproximação dos movimentos sociais nos espaços deliberativos, assim como também, a aproximação desses atores com os movimentos sociais. Acerca disso, veremos de forma mais minuciosa no próximo subtópico desta monografia.

são estimulantes do confronto que, por sua vez, estão pautados naqueles que não possuem poder contra aqueles que tem poder. As ameaças permeiam o problema de forma direta dado que se toma como ideia que as oportunidades advêm do externo, esse tão fluído entre desafiantes, aliados e opositores, cria uma arena de instabilidade e mudanças que elencam transformações na organização do movimento social.

Por fim, a última subcategoria analítica versa sobre a difusão e criação das oportunidades políticas, participando não aqueles que tem muito a perder (Tarrow, 2009) mas criando formas para que todos participem, esse aspecto, a oportunidade um pode ser a oportunidade de outros, isso porque ações utilizadas podem levar a identificação de outras pessoas a essa ação em curso. Tal aspecto cria leques para a criação de oportunidades para as elites de duas formas, a primeira baseada como margem de acesso a repressão e a segunda por meio de apropriação, ou seja, “[...]políticos, que se apropriam dessas oportunidades criadas para se colocarem ao lado do povo, utilizando-a oportunidade para seu próprio benefício.” (Gomes, 2019, p. 66).

Como um dos objetivos desta monografia é analisar as candidaturas de pessoas LGBTQT+ durante os governos petistas, faz-se necessário versar sobre as teorizações de Tarrow e McAdam (2011) acerca do confronto eleitoral. Nesse sentido, os autores dissertam que confronto eleitoral se caracteriza como “o conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e influenciam o resultado das eleições” (cf. Idem: 24). De forma analítica os autores dissertam sobre cinco dimensões para compreender o confronto eleitoral: “a “opção eleitoral” ou eleições como uma tática do movimento; a mobilização eleitoral proativa e reativa por grupos de movimento; processos graduais de mobilização e desmobilização desencadeados por mudanças duradouras nas tendências eleitorais; e a chamada “polarização partidária induzida por movimentos”. (Tarrow, McAdam, 2011 *apud* Cruz, 2015).

No que diz respeito a opção eleitoral, entende-se o engajamento direto dos atores na arena política, que pode chegar a elencar a criação de partidos advindos dos movimentos sociais. Em sistemas multipartidários como o do Brasil, a opção eleitoral pode desempenhar um importante papel no que diz respeito a atração de grupos pelos movimentos, isso porque partidos muito pequenos podem elencar as pautas demandadas pelos movimentos sociais ou atuando como parceiros em

governos de coalizão (Cruz,2015). Nesse aspecto, sob as outras configurações analíticas entendem-se que: “A mobilização eleitoral proativa ocorre quando grupos de movimentos enxergam oportunidades ou ameaças aos seus interesses no contexto das eleições, tornando-se mais ativos no contexto de uma campanha eleitoral. Já a mobilização eleitoral reativa envolve uma escalada de protestos na sequência de uma eleição contestada” (Tarrow, McAdam, 2011, p. 25-28 *apud* Cruz, 2015, p. 133).

Nesses fatos expostos, as considerações teóricas propostas por Tarrow e McAdam são de suma importância para a compreensão da relação entre movimentos sociais, partidos políticos e eleições, contudo, a realidade brasileira exige uma análise mais minuciosa dessa relação. Como apontado por Cruz (2015, p. 134) a mobilização dos ativistas e grupos organizados durante as eleições pode incluir o apoio direto de movimentos a determinados candidatos ou a participação de ativistas nas campanhas eleitorais com a tentativa de ampliar a rede de aliados desse movimento para elencar suas demandas no jogo institucional e deliberativo. Esses casos podem pôr em xeque a teoria formada por Tarrow e McAdam (2011) isso porque o apoio direto de determinado movimento a uma determinada candidatura possui fluidez no quadro analítico proposto pelos autores à medida que tal apoio direto pode ser classificado tanto como mobilização proativa ou reativa, quanto opção eleitoral. A exemplo disso podemos traçar a atuação de ativistas do movimento LGBTQ+ na campanha eleitoral de 1982, onde o movimento dedicava atuação e apoio a candidaturas que elencasse as pautas por ele demandada, sejam eles candidatos autodeclarados homossexuais ou candidatos que se portassem enquanto aliados da causa.

Entre grandezas e limitações a TPP muito auxilia na compreensão do confronto eleitoral, das dinâmicas de ação dos movimentos sociais, na elaboração de estruturas de oportunidades políticas e, conseqüentemente, na relação entre movimentos sociais, partidos políticos e eleições. Contudo, a realidade brasileira exige uma análise minuciosa de sua realidade, o sistema político-partidário no país baseado num multipartidarismo elenca uma série de ações que o executivo precisa fazer para garantir sua governabilidade. Nesse aspecto, a TPP muito prioriza os fatores externos dos movimentos sociais, e como apontado por Pereira (2018) cria uma imagem de governo demasiadamente homogêneo, o que não é o caso do Brasil. Há de se perguntar, no entanto, como a teoria exposta nos parágrafos acima pode compreender a realidade brasileira e a problemática proposta nesta pesquisa, é diante disso que

farei interlocuções (melhor apresentadas no último tópico deste capítulo) entre o conceito de EOP e o conceito elaborado por Sérgio Abranches, que é o Presidencialismo de coalizão. Abaixo discorrerei melhor sobre esse último, seus principais aspectos e formas analíticas de compreensão do sistema político brasileiro.

A priori, a literatura existente sobre movimentos sociais critica a premissa de que os movimentos sociais se fazem apenas no campo extra-institucional, isso porque empiricamente destaca-se que a partir do ano de 2003 com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república gerou um maior campo de visibilidade e diálogo para os movimentos sociais, de fato. É nesse contexto que reside a crítica da literatura acerca da externalidade e do confronto (muito presente na TPP), isso porque tal teoria tinha como premissa que os movimentos sociais eram atores completamente independentes dos governos, e que as posturas elencadas pelos movimentos sociais em relação com o governo era a de confronto, nesse aspecto, toda forma de institucionalização era vista como perda de autonomia e à cooptação. (Abers, Von Büllow, 2011; Silva, 2015; Tatagiba, 2010; Pereira, 2018). Logo, destaca-se a crítica de que os movimentos sociais também podem “se fazer” dentro do Estado e apostando em táticas institucionais (Abers *et al*, 2014; Albuquerque, 2015; Banaszak, 2005; Carlos, 2015; Katzenstein, 1990; Pettinicchio, 2012; Silva, Oliveira, 2011; Silva, 2015).

Logo, se analogar tais contribuições com o que cerne o movimento LGBTQ+, é possível que a história do próprio movimento em dado momento entrega um repertório de ação baseado na ocupação de espaços institucionais do poder, nesse sentido, a inserção de pessoas do movimento LGBTQ dentro dos espaços políticos-institucionais é na verdade uma forma de luta por reconhecimento do corpo político e enquanto cidadãos dignos de direitos civis e sexuais. É uma luta para que se enxergue dentro do "fazer política" que pessoas LGBTQs são atores políticos tanto quanto aqueles que já ocupam cadeiras nos espaços institucionais, para que se desfaça, portanto, a ideia de marginalidade que há décadas envereda para esses corpos e sexualidades tidas como dissidentes. Nesse aspecto:

Pessoas com vínculos fortes ou apenas indiretos com organizações de movimentos sociais podem, por exemplo, utilizar a tática de ocupação de cargos (Abers, 2015; Silva, Oliveira, 2011; Silva, 2015; Tatagiba, Teixeira, 2016), tornando-se “burocratas ativistas”, pessoas que se aproximam de governos “a ponto de ir trabalhar neles, com intuito específico de promover ações em benefício de causas pelas quais militam” (Ferreira e Lotta, 2016, p. 15 apud Pereira, 2018, p. 224).

Segundo Pereira (2018) a mudança de oportunidades políticas e ameaças para os movimentos sociais reside na ideia de que tais aspectos são decorrentes das dinâmicas internas aos subsistemas de políticas públicas. Logo, nesse sentido, os movimentos sociais não interagem diretamente com o chefe do executivo, mas sim com partes específicas do Estado, sendo esse uma instituição heterogênea cujas dimensões que o compõem possuem características e trajetórias distintas, essas, por sua vez, configuram ameaças ou oportunidades para os movimentos sociais (Abers *et al.*, 2014; Carlos *et al.*, 2016; Pereira, 2018).

Ademais, a heterogeneidade é uma característica importante no que tange a compreensão da sociedade brasileira, marcante no nosso processo histórico de desenvolvimento (Abranches, 1988). Não seria diferente ao falar do Estado brasileiro, instituição marcada pela heterogeneidade composta por diversos atores, subsistemas e dimensões que constituem o Estado. Nesse sentido, os processos de gerenciamento da heterogeneidade do Estado possuem importante papel no que diz respeito à construção de oportunidades políticas—ou no fechamento das mesmas—para os movimentos sociais em interação com o governo (Pereira, 2018).

Essa pluralidade é muito bem desenvolvida por Abranches (1988a; 2018b) ao compreender que não há uma adesão generalizada a um perfil institucional devido às disparidades de comportamento (que oscilam entre clientelismo ou dinâmicas políticas mais modernas), diferentes grupos associam diferentes valores e compreensões da política às instituições, esta mesma pluralidade apontada por Abranches está presente na compreensão do papel e das atribuições do Estado.

A heterogeneidade que compõe o caráter organizacional do Estado brasileiro e da organização política, torna-se, nesse sentido, o que o autor chama de “Dilema institucional brasileiro” (Id. 1988a; 2018b) isso porque, segundo autor, as elites que compõem a organização política do país são incapazes de compatibilizar o formato institucional organizativo da dinâmica política com a heterogeneidade, desigualdade e sobretudo plural, da nossa ordem social. Tal heterogeneidade da ordem social se estende também aos partidos políticos, estes por sua vez, também são incapazes de homogeneizar a pluralidade brasileira, ou seja, “homogeneizar aquilo que é estruturalmente heterogêneo” (*Ibidem*, p.21).

É nesse contexto de incompatibilidade da ordem plural que permeia a dinâmica política do país com a tentativa de homogeneizar tal diversidade que surge as

coalizões, segundo Abranches (*cf. Ibidem*) as sociedades que recorrem a grandes coalizões derivam da necessidade de adaptação da regra institucional à realidade social, garantindo, nesse aspecto, a representatividade e a estabilidade da ordem política. Embora as coalizões não sejam um fenômeno único e exclusivo do Brasil, o que o diferencia em relação aos outros países é que: “o Brasil é o único país que, além de combinar proporcionalidade, o multipartidarismo, e o “presidencialismo imperial”, organiza o executivo em grandes coalizões” (*Ibidem*, p. 21) É nessa afirmação que o autor confere ao país o termo de “Presidencialismo de Coalizão”, o diferenciando das demais experiências que atribuem à coalizão as suas dinâmicas políticas de governo.

As coalizões são, portanto, uma característica de sustentação da governabilidade e, conseqüentemente, da heterogeneidade, que abarca a realidade política brasileira, essa por sua vez garante certa “segurança” no que tange a governabilidade do chefe do executivo acerca de sua agenda de ação. Acerca da formação das coalizões, Sérgio Abranches (1988) aponta três características que, segundo o autor, são imprescindíveis para a constituição das coalizões, sendo a primeira baseada na aliança eleitoral, essa, por sua vez, garante negociações e princípios a serem obedecidos na formação do governos, após a vitória eleitoral; a segunda diz respeito a constituição do governo, nesse aspecto, a coalizão assume a característica de disputa pelos cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo; e, por último, a transformação da aliança em efetiva governança, quando emerge nesse cenário a formulação de uma agenda de políticas e das condições de sua implementação (*Ibidem*, p. 26-27).

Diante dos fatos, ressalta-se termos e aspectos caros—e comuns— a dinâmica política brasileira, elites, alianças, governabilidade, coalizões, são termos comumente encontrados na literatura que versa sobre as dinâmicas políticas do Brasil, principalmente a bibliografia que envereda para compreensão do sistema político-partidário brasileiro. Os termos supracitados consistem em aspectos que comungam com a formação do que é a política no Brasil, sendo necessários para todo e qualquer estudo que verse sobre a dinâmica organizacional da política brasileira. Não raro, compreendo que se faz necessário debruçar-se sobre tais termos e conceitos para elaborar análises teóricas sobre o campo empírico no que tange a política brasileira, além do mais, a política brasileira não é para amadores.

Não obstante, as grandes coalizões não podem ser vistas como alianças fixas e insolúvel, além do mais, como aborda Abranches, a heterogeneidade é, portanto, uma característica central do nosso processo organizacional, dos mais diversos setores da vida social e, que não seria diferente com a política. Nesse aspecto, as coalizões podem se desfazerem por duas vias, a primeira via acontece no rompimento dos parceiros menores onde o presidente passa a ter como apoio apenas o seu partido, sendo forçado, a partir disso, a ceder alianças com partidos de oposição; a segunda via de rompimento se estrutura no rompimento do presidente com o seu partido, o que ocasiona na relação apenas com os partidos menores. Ambos os casos se interseccionam no que tange o enfraquecimento da autoridade do executivo e um maior potencial de conflito entre Legislativo e Executivo (Abranches, 1988).

Diante dos fatos apresentados a partir da teoria do “Presidencialismo de Coalizão” enquanto um dilema institucional brasileiro, pode-se afirmar que os governos se constituem enquanto heterogeneidades gerenciadas, e que nesse processo de gerenciamento da heterogeneidade e, conseqüentemente na formação de coalizões, as oportunidades políticas se abrem ou se fecham para os movimentos sociais que interagem frente aos governos (Pereira, 2018). É ainda importante salientar que o Estado brasileiro é uma instituição histórica e que o desenho da política institucional embora sofra alterações ao longo do curso da história, permanece uma mesma base estrutural que consolida uma certa “essência” no que tange a ação no jogo político.

Com confronto, lógicas políticas e interesses heterogêneos acerca da política e da ação do Estado as “oportunidades se abrem e se fecham para movimentos sociais de acordo com a forma como os partidos na chefia do Executivo buscam gerenciar os confrontos e lógicas dos subsistemas de políticas públicas para garantir que as coalizões de defesa que tenham valores próximos aos seus se consagram vencedores[...]” (Pereira, 2018, p. 226). Nesse fato exposto, o partido à frente da chefia do Executivo cria alianças eleitorais e firma coalizões no governo como forma de não apenas gerir sua governabilidade e a heterogeneidade característica do país, mas como também para obter vantagens no que diz respeito à aprovação de sua agenda de ação no Congresso Nacional, obtendo nesse sentido, maioria no Congresso e garantindo sua governabilidade (Abranches, 1988; Cheibub *et al.*, 2002).

Nesse aspecto, pode-se compreender que “a agenda do Executivo não é a agenda do presidente, mas sim a agenda da coalizão” (Freitas, 2016, p. 111). Os partidos e lideranças políticas que compõe determinada coalizão não estão necessariamente em busca de cargos e cadeiras, mas de influência acerca da agenda de ação do Executivo, no sentido de estar à frente dos debates acerca das leis, projetos e concessões que o Executivo venha a fazer, tornando-se chave no processo decisivo sobre quem será beneficiado e/ou afetado sobre determinada política pública. As coalizões podem ser vistas sob um princípio de troca entre os agentes e lideranças políticas, onde o dar e receber torna-se central na composição desse jogo político, logo, as formações de coalizões garante também ao executivo um maior índice de aprovação de suas propostas (Figueiredo; Limongi, 2000).

Esse princípio de trocas e concessões evocado entre os atores imersos nas coalizões gera de um lado, melhor governabilidade para o executivo e conseqüentemente um maior índice de aprovação de suas propostas, e de outro uma maior concessão do executivo para os partidos e lideranças políticas na distribuição de cargos, cadeiras, ministérios e influências na formação de políticas públicas que, embora tais políticas sejam aprovadas no Congresso Nacional e advenham do Executivo (Figueiredo; Limongi, 2001; Pereira, 2018) tais políticas e/ou projetos passam por determinadas modificações pelos membros envolvidos na coalizão do governo no processo de tramitação (Freitas, 2016; Pereira, 2018), o resultado dessas políticas públicas é de um intenso controle desses atores e lideranças políticas (Araújo, 2018; Pereira, 2018).

As teorias aqui propostas nessas breves considerações serão base fundamental para compreender o sistema político-partidário do Brasil a partir da análise de candidaturas de pessoas LGBTQ+ durante os governos petistas. Nesse sentido, pretendo interseccionar tais teorias para compreender a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos, os itinerários dessa relação, assim como também o engajamento eleitoral desses atores na tentativa de acessar os espaços institucionais e deliberativos do poder. Nesse aspecto, a interseccionalidade proposta entre as teorias se firma ao versar em analisar as oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão para o segmento LGBTQ+ da população brasileira, ambas teorias servirão, entre grandezas e limitações, para analisar a partir da empiria em que momento as oportunidades políticas tornaram-se favoráveis para que pessoas LGBTQ+

candidatem-se a cargos políticos, tendo como princípio o governo petista enquanto formador de coalizões.

### **3.3. Engajamento eleitoral e práticas militantes: Candidaturas LGBTQ+, partidos políticos e sistema político-partidário brasileiro**

Com base no que foi exposto no primeiro subtópico deste capítulo, é possível afirmar que a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos datam de longas décadas, marcada entre conflitos, reconfigurações, “rachas”, aversões e aproximações. Ainda é válido salientar que as novas roupagens do ativismo LGBTQ+ a partir da redemocratização começa a enveredar para a ocupação dos espaços deliberativos e institucionais do poder como forma de elencar debates e demandas do movimento para garantir direitos civis e sexuais dessa população. As eleições de 1982 com representações LGBTQ+ e aliados foram paradigmáticas no que tange a ocupação de pessoas que outrora orbitavam às margens da sociedade, agora engajam-se eleitoralmente em partidos políticos e disputam pleitos eleitorais.

Neste subtópico, demonstrarei através de dados colhidos no banco de dados feito pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa em parceria com discentes da graduação do mestrado e do doutorado da Universidade Federal de Pernambuco que explicita as candidaturas de pessoas LGBTQ+ e aliados entre os anos de 2002 a 2014, analisando tais candidaturas e, como essas, por sua vez, demonstram aspectos da relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos. Não obstante, dissertarei nessa análise as configurações e dinâmicas políticas dos governos petistas, demonstrando suas coalizões e alianças, e como essas, por sua vez, constroem ou abrem oportunidades políticas para o movimento, ou seja, como a dinâmica política do executivo petistas dá margem para a análise dos momentos em que o movimento possui maior abertura para diálogos e participação nas renas deliberativas e institucionais do poder para elencar suas demandas.

Dado a essa nova roupagem do movimento, muita mais pragmática e muito menos refratária no que tange à institucionalidade, visando garantir os direitos civis e sexuais e contra a violência homofóbica (Facchini, 2005a; 2009b; ; Câmara, 2002; Simões, Facchini, 2009), o movimento começa a travar lutas para garantir espaços e debates sobre a livre diversidade sexual dentro dos espaços institucionais, logo, a incidência e a visibilidade massiva tem sido as principais práticas militantes adotadas pelo movimento nos últimos anos (*Ibidem*, 2009).

Se de um lado, a visibilidade tem atraído os olhares da sociedade civil e das arenas institucionais do poder, à exemplo da realização da conferência nacional, e que o movimento enfrente entraves no encaminhamento de demandas via legislativo e no acolhimento via judiciário, o movimento ainda elenca vitórias a partir de suas lutas como a construção e fortalecimento de Frentes Parlamentares, a incidência de proposições legislativas e projetos de leis, e até mesmo a emergências de normativas de associações profissionalizantes no combate à discriminação e patologização LGBT+ (*ibidem*, 2009, p. 139).

Como afirmado em vários pontos desta monografia, o movimento LGBT+ possuiu inúmeros avanços desde a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república pelo PT em 2003, isso porque as demandas do movimento tornaram-se “questão de Estado” (Aguião, 2014), assim como também, a maior visibilidade LGBT+ no que diz respeito à opinião pública elencadas a partir das organizações das Paradas do Orgulho LGBT+. Nessa mesma época é elaborado o plano “Brasil sem Homofobia” assim como também são realizadas as duas primeiras conferências Nacionais (Santos, 2016). A visibilidade recebida pelo movimento LGBT+ enveredou para além do âmbito cívico-social e se estabeleceu também nos partidos políticos a partir da criação de setoriais. Não raro, é válido destacar que as primeiras candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+ e aliados aconteceram nas eleições pós-ditadura em 1982 e pelo PT, como apontado no primeiro subtópico deste capítulo.

**QUADRO 3-**Partidos com setoriais e grupos LGBT+

Partido	Possui grupo?	Data de criação
PT	SIM, atualmente possui o Setorial Nacional LGBTQIA+ criado em 2010	O primeiro partido a criar, data de 1992
PSTU	SIM- Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas	Criado em 1994
PSB	SIM- Executiva Nacional LGBT socialista	Criado em meados de dezembro de 2012- início de 2013
PSOL	SIM	Em 2011 foi criado o setorial LGBT vinculado ao partido paulista

PCdoB	SIM	Criação de um coletivo LGBT em 2011, vinculado ao diretório paulista do partido
PDT	SIM- PDT DIVERSIDADE	-
REDE	SIM	-
CIDADANIA	SIM	-
PV-PARTIDO VERDE	SIM- PV DIVERSIDADE	2013 vinculado ao diretório do estado de SP
PSDB	SIM- diversidade tucana	Criado oficialmente em 2006, vinculado ao diretório paulista do PSDB
PTB	SIM- Diversidade PTB	Criado em maio de 2010
PMDB	SIM- MOVIMENTO DIVERSIDADE PMDB	Criado em 2009, vinculado ao diretório estadual do PMDB

**Fonte:** Elaboração do próprio autor com dados coletados a partir do trabalho de Santos (2016) e pesquisas na internet a partir dos sites de cada partido indicado no quadro.

**OBS:** as lacunas não preenchidas são indicativos dos percalços da pesquisa, pois não foram encontrados todos os dados para preenchimento do quadro.

Embora o PT tenha sido o primeiro partido a criar um setorial LGBT+<sup>31</sup>, assim como também ser o partido de “vanguarda” no que tange as primeiras candidaturas autodeclaradas LGBT+ no país, tais conquistas não se deram de forma amigável muito menos de forma unânime entre todos do partido. Como exposto neste capítulo, a militância homossexual esteve na base da criação do PT, mas isso não significou total adequação do partido as pautas da livre diversidade sexual, isso porque sempre houveram dificuldades para elencar as demandas do movimento dentro do partido, a exemplo disso, tomemos como caso a escolha da composição da chapa da primeira candidatura de Luís Inácio Lula da Silva em 1989, onde o primeiro nome escolhido pela convenção do partido foi o do militante Fernando Gabeira, contudo, sua vinculação a temas como a descriminalização da maconha, e sua falta de “virilidade” deram espaço para que seu nome foi rechaçado para a candidatura à vice-presidência (Dehesa, 2007). Gabeira, embora nunca tenha se vinculado formalmente a militância homossexual vários militantes da esquerda e do PT acreditavam que a sua imagem estava vinculada às minorias sexuais e poderia prejudicar a candidatura petista no que diz respeito ao eleitorado (Trevisa, 2004; Santos 2016).

---

<sup>31</sup> Embora tenha sido o primeiro, a criação de um setorial LGBT+ dentro da estrutura do Partido dos Trabalhadores em seu núcleo em SP, que supostamente seria mais “liberal” no que tange as pautas das minorias sexuais do que outros estados brasileiros, sofreu diversas oposições, tendo acontecido apenas em 1992 (Green, 2003; Santos, 2016).

A relação conflituosa entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos não fenômeno atual no país, ela data de décadas atrás como apontado no início desta monografia. Movimento LGBTQ+ e partidos políticos possuem uma relação histórica, datada de conflitos, reconfigurações, rearticulações e rachas. Em exemplos mais recentes denotados durante e pós redemocratização no Brasil, podemos apontar alguns casos para além do já supracitado, como é o caso do “racha” ocorrido em 2002, na cidade de São Paulo, em que uma das razões do conflito estava na articulação da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP) com partidos políticos, em especial o PT; outro conflito interno entre ativismo LGBTQ+ e partidos políticos é o que aconteceu em 2005, na cidade de Porto Alegre (RS), onde a organização da Parada Livre na cidade, liderada pelo grupo Nuances (que é responsável pela pará desde 1997), acusou o Fórum LGBTQ de Porto Alegre de uma tentativa de “partidarizar” o evento, entre as acusações, o grupo apontada que o Fórum supostamente pautava o evento para a promoção de lideranças homossexuais vinculadas ao PT (Santos, 2016; Böer, 2005).

A institucionalização do movimento LGBTQ+ ao adentrar na agenda de ações do Estado a partir da luta coletiva em resposta a HIV/AIDS, transformando o movimento em causa pública a partir de 1990, elencou como anteriormente apontado, numa maior visibilidade ao movimento e das causas por ele elencadas, nesse aspecto, muitos partidos políticos começam a viabilizar sua aproximação com o movimento. A priori, apenas os partidos de esquerda herdavam esse monopólio das lutas pelas minorias sexuais, o que fica nítido com o PT sendo o primeiro partido a criar um setorial de Gays e Lésbicas formalmente vinculado a sua estrutura partidária, logo em seguida temos a criação do setorial LGBTQ vinculado à estrutura partidária do Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), criado em 1994 (no mesmo ano de fundação do partido), possuindo a Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas, essa secretaria, por sua vez, é herdeira da Facção Homossexual da Convergência Socialista (Menezes, 2002), que esteve na base da atuação e possuiu importante relevância para o MHB nos primeiros anos de sua atuação (Santos, 2016).

O PT e o PSTU permanecem na “vanguarda” de aproximação e atuação junto às causas elencadas pelo movimento LGBTQ. Esse cenário só vai mudar a partir de 2006, com o surgimento de novos setoriais LGBTQs em diversos partidos políticos. Dentre esses partidos demonstrados no Quadro 3 posto acima, temos o setorial do

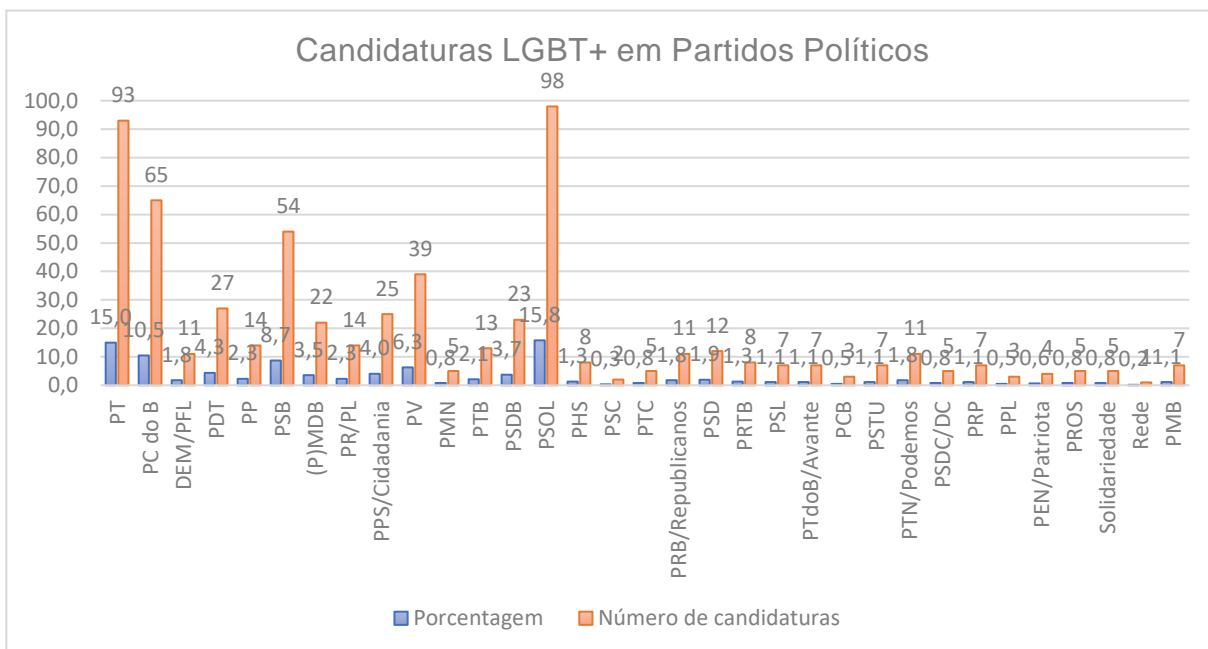
Partido Socialista Brasileiro, denominado de LGBT socialista; logo podemos notar o surgimento do Setorial LGBT+ do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criado em 2011, o partido possui importante papel no que diz respeito a adoção das lutas do movimento em seu repertório de ação, à exemplo disso, nas eleições de 2010, o partido surpreende o eleitorado paulista ao mostrar um beijo entre dois rapazes em seu horário eleitoral. Os partidos supracitados encontram-se localizados à esquerda do espectro ideológico-partidário, esse por sua vez se manteve por muito tempo hegemônico no que tange a adoção das demandas elencadas pelo movimento LGBT, contudo, o cenário muda a partir da criação, em 2006, do setorial LGBT do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chamado de Diversidade Tucana (DT). Não obstante, outro setorial, dessa vez o grupo Diversidade PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundando em maio de 2010 e tendo como presidente Léo Áquila, que foi candidata à deputada estadual em 2006 e vereadora em 2008 pelo Partido da República (PR) e mais tarde, em 2010, pleiteia o cargo de deputada estadual em 2014 pelo Partido Social Liberal (PSL). Não raro, ainda é possível ressaltar a existência do grupo “Movimento Diversidade PMDB”, criado em 2009 e vinculado à diretoria do antigo PMDB, hoje intitulado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Tais explicitações põe em xeque que já não há mais uma “hegemonia da esquerda” no que tange às atribuições de alocar em sua agenda de ação partidária as demandas elencadas pelo movimento LGBT+, a fim de garantir a esse segmento da população seus direitos civis e sexuais, e uma maior visibilidade dentro do campo partidário-institucional. Contudo, se partimos para o campo das candidaturas de pessoas LGBT+, perceberemos que os atores desse segmento da população que pleiteiam cargos institucionais, notaremos que sua filiação a partidos políticos aloca-se mais à esquerda do espectro ideológico, e quanto mais à direita, menor o índice de candidaturas, como fica explícito no gráfico abaixo.

No gráfico abaixo pode-se observar uma liderança da esquerda no que diz respeito às filiações partidárias dos candidatos LGBT+ nas eleições brasileiras, os dados abaixo dizem respeito apenas às candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+, desconsiderando aqueles que pleiteiam enquanto “aliados”. Nesse aspecto, o PT e o PSOL lideram o número de filiações partidárias durante esses anos, tendo o PT 93 candidaturas e o PSOL 98, o primeiro resultando em 15% de todas as candidaturas, o segundo 15,8% de candidatos. Nesse aspecto, durante as eleições

de 2002, 2004, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016<sup>32</sup> somam-se 621 candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+ no Brasil.

**GRÁFICO 1-** Filiação Partidária de candidaturas LGBT+ durante as eleições entre 2002-



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

Esse aumento exponencial das candidaturas do segmento LGBT+ da população pode advir de alguns fatores, entre os já citados anteriormente, destacam-se as novas práticas militantes que o movimento adere, baseando-se na visibilidade em massa, na abertura do sistema político, e nas práticas de ação voltadas às arenas institucionais e deliberativas do poder. Não obstante, pode-se afirmar também que a transformação do movimento em “questão de Estado” (Aguião, 2014) elencando o aumento de encontros anuais patrocinados por setores estatais contribuiu para que as candidaturas desses atores aumentassem. Não obstante, e acerca disso, podemos destacar a Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília (DF) no ano de 2008, o arranjo das conferências estaduais realizadas entre março e maio de 2008 contou com a presença de cerca de 10 mil participantes, consolidando 510 propostas. Na solenidade de abertura da conferência esteve presente o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, ministros e representantes dos movimentos sociais, que discursaram e elencaram suas pautas e ideais de política em prol da garantia dos direitos das

<sup>32</sup> Na base de dados que compõem tal banco de dados, não se encontra dados referentes às eleições de 2006

populações minoritárias. Nesse quesito, o Brasil torna-se o primeiro país da América Latina a promover uma atividade desse aspecto, o que sinalizou não apenas o compromisso do Estado brasileiro com as demandas do movimento LGBT+ na luta por seus direitos, mas como também comprovando a tese de que o movimento LGBT+ tornou-se causa pública, ou seja, fez-se no Estado (BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008 *apud* Facchini, 2009).

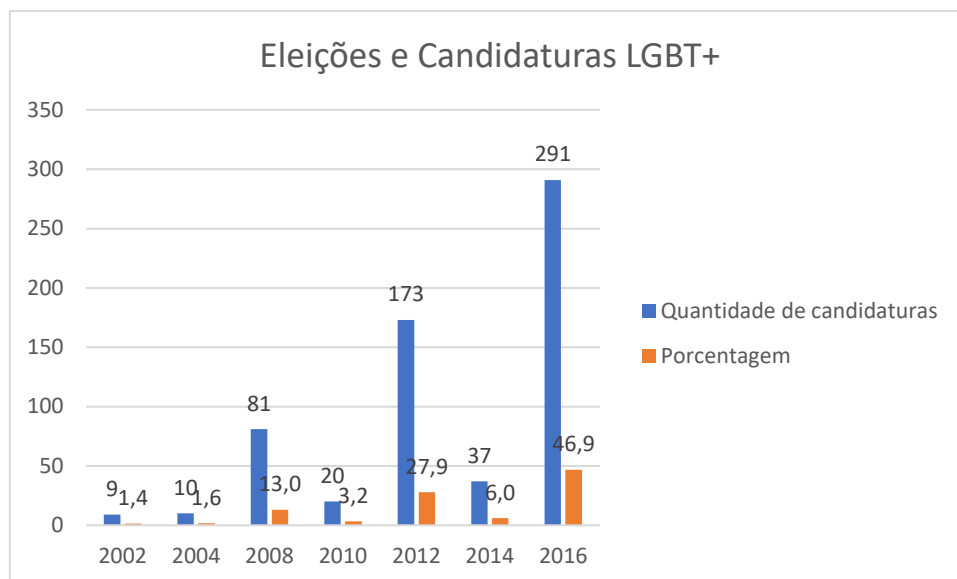
Essa abertura do Estado e as ações elencadas pelo chefe do executivo acerca da promoção dos direitos civis e sexuais do segmento LGBT+ da população pode ser tida como uma abertura de oportunidades política para o movimento, visto que, como apontado no último subtópico, são as ações do chefe do Executivo que dão margem para a maior ou menor visibilidade dos movimentos sociais dentro das arenas institucionais, ou seja, a participação política de movimento sociais está, de certa forma, condicionada às ações do Estado na promoção da participação política desses agentes na esfera institucional (Tarrow, 2009; McAdam, 1996).

Nesse quesito, acerca do aumento das candidaturas, pode-se afirmar que entre 2002 a 2010, no que diz respeito às eleições gerais (Presidente, Senador, Governador, Deputado federal ou estadual) houve um aumento de 122% nas candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+, enquanto as eleições locais (Prefeito e vereadores) o percentual de candidaturas aumentou em 113%. Entre 2002 a 2012 somam-se 293 candidaturas, essas divididas em: 159 candidatos gays, 76 candidatos (as) travestis/transsexuais, 51 candidatas lésbicas e 7 candidatos bissexuais. Esse número sobe ao acrescentar as eleições de 2014 e 2016, totalizando 621 candidaturas, como demonstra o gráfico abaixo.

Com base na análise dos gráficos abaixo, podemos destacar o aumento exponencial das candidaturas LGBT+ nas eleições locais, essas, por sua vez, se sobressaem na quantidade de candidaturas nas eleições gerais. Em hipótese tal fato pode ser explicado pela dificuldade de pessoas desse segmento da população alçarem maiores espaços na hierarquia de poder do Brasil, logo, ficam classificadas à “margem” de cargos políticos, como é o caso das candidaturas para vereador(a), tal hipótese pode ser comprovada ao analisar que a maioria das candidaturas LGBT+ eleitos ou se candidataram foram em cargos de “baixa hierarquia” institucional-partidária, à exemplo disso, a primeira mulher trans a ser eleita para um cargo público no Brasil foi a vereadora Kátia Tapety, eleita pela primeira vez em 1992 (reeleita três

vezes) no município de Colônia do Piauí, depois tornou-se vice-prefeita em 2004 (Santos, 2016)

**GRÁFICO 2-** Demonstrativo em números e porcentagem de candidaturas LGBT+ entre 2002-2016



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

Diante do gráfico acima, pode-se analisar um aumento exponencial do número de candidaturas LGBT+ no Brasil, saindo de 1,4% em 2002 para 46,9% em 2016, somando-se 291 candidatos autodeclarados LGBT+ no país. De fato, a partir dos dados acima, é possível afirmar que a roupagem adotada pelo movimento e seus grupos espalhados pelo país é a adoção de uma prática militante a partir do engajamento eleitoral, sendo este visto como um meio institucional para elencar as pautas demandadas pelo movimento, essa via de lançar candidaturas confere ao movimento a compreensão da política como uma forma de luta para garantia dos direitos cívicos e sexuais desse segmento da população. Essa prática militante por vias institucionais não tira, no entanto, o trabalho de base feito pelo movimento fora das arenas deliberativas, institucionais e partidárias do poder, o movimento vem traçando sua luta para além do universo eleitoral, ganhando maior visibilidade dentro da sociedade civil acerca das suas pautas. A exemplo disso, tomemos como um desses trabalhos de base para elencar visibilidade a promoção das Paradas LGBT+ pelo país, a primeira Parada LGBT+ ocorreu no Brasil no ano de 1997, em São Paulo, e contou com a presença de mais de 2 mil pessoas, tendo como tema “Somos muitos,

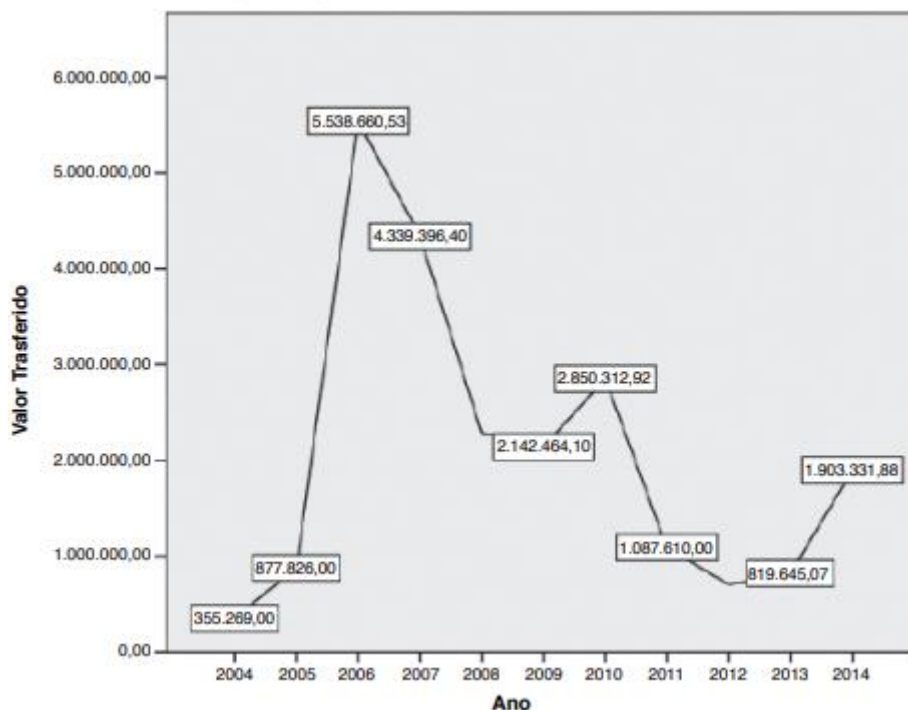
estamos em várias profissões”, já no ano de 2006, a 10° Parada LGBTQ+ em São Paulo contou com a presença de mais de 2,5 milhões de participantes.

Além dessa maior visibilidade na sociedade através da organização de eventos, é importante salientar que medidas institucionais também podem ser elencadas como um dos fatores que ocasionaram esse aumento das candidaturas LGBTQ+ no país. Nesse aspecto, nos primeiros anos do governo Lula, é elaborado o plano “Brasil sem Homofobia” que deu subsequência a uma série de políticas governamentais para esse segmento da população, o governo começa a atender as demandas elencadas pelo movimento. Durante o segundo Governo Lula, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos- ABGLT denominou de “Tripé da Cidadania” uma série de políticas públicas elencadas pelo governo, entre elas: a realização da Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília (DF) em 2008, a elaboração de um plano de políticas públicas em 2009 e a criação de um conselho em 2010 (Pereira, 2018).

Não obstante, a partir dos investimentos realizados pelo governo federal para o segmento LGBTQ+ da população, fica cada vez mais nítido não apenas a hipótese apresentada por Silvia Aguião que disserta que as pautas do movimento, e o próprio movimento, tornam-se questão de Estado ao “fazer-se no Estado” (2014), mas a hipótese que apresento nesta monografia, tendo como a ação do chefe do Executivo frente às demandas elencadas pelo movimento deram estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) para o aumento das candidaturas LGBTQ+ no país.

Ainda no que tange às ações institucionais para esse segmento da população, durante os governos Dilma, com ênfase no seu primeiro mandato, em 2011 marca-se o aumento do número de iniciativas governamentais voltadas à população LGBTQ+, como a segunda edição da Conferência Nacional LGBTQ+ e a primeira edição do Relatório de Violência Homofóbica. Nesse sentido, de 2006 a 2007 ocorreu um crescimento dos investimentos, que se estabilizam entre 2008 e 2009 e ampliados em 2010. Entre 2011 a 2013 ocorreu um decréscimo desses investimentos, aumentando apenas em 2014 por meio de ações realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e do Ministério da Saúde (MS), tais dados podem ser visualizados a partir da tabela elaborada por Matheus Mazzilli Pereira (2018).

**Figura 2:** Volume de recursos transferidos por meio de ações governamentais exclusivamente relacionadas a pessoas LGBT e suas demandas e a organizações da ABGLT por ano (2004-2014)



**Fonte:** Pereira, M. M. Oportunidades Políticas em um Presidencialismo de Coalizão. Lua nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v105, p. 217-252, 2018.

É possível destacar, com base nos dados apontados acima, que dois critérios tomam-se como hipótese para conferir o aumento de candidaturas de pessoas LGBT+ a cargos políticos: o primeiro, a promoção de eventos na sociedade civil como a Parada do Orgulho LGBT+ que atrai milhares de pessoas e que tem como objeto fisgar e desconstruir o imaginário social conservador que orbita em torno das temáticas elencadas pelo movimento e, conseqüentemente, elencar suas demandas a partir dessas paradas; segundo, a ação institucional do chefe do executivo a partir de agentes governamentais para promover inclusão desse segmento da população e garantir seus direitos civis e sexuais. Logo, é possível afirmar que durante o período analisado, as estruturas de oportunidades políticas tornaram-se favoráveis para que o movimento demandasse aos agentes institucionais suas demandas, assim como também elencasse o engajamento eleitoral de militantes LGBT+ em candidaturas a cargos políticos.

Entretanto, esse cenário de uma maior alocação das pautas LGBT+ na agenda do Estado não elencou num maior nível de candidatura de pessoas desse segmento da população a cargos mais altos na hierarquia partidária, como apontado no gráfico

2, grande parte das candidaturas LGBT+ estão distribuídas em eleições municipais, a discrepância entre candidaturas para cargos como Deputado, Senador para candidaturas à prefeito ou vereador é saltante, se analisarmos o quadro veremos que em 2010 (eleições gerais) o número de candidaturas LGBT+ é de apenas 20, somando 3,2% de candidaturas, enquanto 2012 o número de candidaturas chega a 173, somando 27,9% das candidaturas, o mesmo acontece entre os anos de 2014 e 2016, demonstrando que a maioria dos cargos pleiteados por pessoas LGBT+ ainda são “periféricos” no que diz respeito à hierarquia partidária. Ainda, no entanto, que seja uma vitória para o segmento da população LGBT+ o aumento exponencial dessas candidaturas.

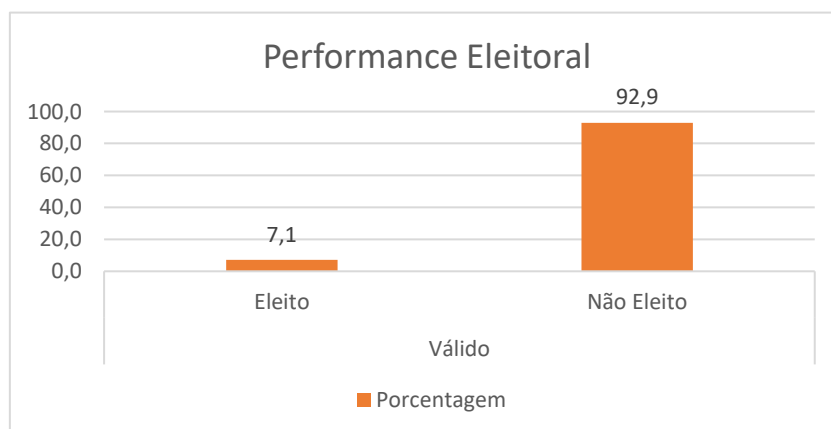
Nesse aspecto, se tomarmos como base os escritos de Sérgio Abranches, compreendemos o porquê que em dado momento, essa relação entre movimento social e Estado torna-se menos favorável e os investimentos públicos para o segmento LGBT+ da população diminuem drasticamente. Além do mais, é preciso uma análise ainda mais minuciosa dos dados acerca das candidaturas LGBT+, tomando como critério a performance eleitoral, para quais cargos foram eleitos e em quais cargos concentram-se essas candidaturas, qual a concentração geográfica dessas candidaturas e, não obstante, como se deu a relação entre movimento LGBT+, Estado e partidos políticos no final dos governos petistas.

Quando partimos para a análise da performance eleitoral dessas candidaturas, temos uma intensa discrepância a ser analisada, isso porque, entre 2002 a 2016 (ressalvo a não existência de dados sobre as candidaturas nas eleições de 2008), somam-se 621 candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+, contudo, desse número, apenas 44 foram eleitas, sendo apenas 7,1%, enquanto aos não eleitos, os números encontram-se em 577, ou seja, 92,9% das candidaturas de pessoas LGBT+ entre os anos de 2002 a 2016 não foram eleitas.

Diversos fatores podem ser analisados para entender esses número, entre eles: o persistente e histórico problema do movimento em conseguir articular as pautas da livre diversidade sexual nos partidos políticos, ainda que nos partidos políticos de esquerda; a falta de apoio de núcleo LGBT+ acerca da relação entre o movimento com os partidos políticos, ou seja, aqueles atores do movimento que ainda se encontram refratários a articulação do movimento com o universo político-partidário e o engajamento eleitoral desses ativistas; a falta de recurso dos partidos, seja de

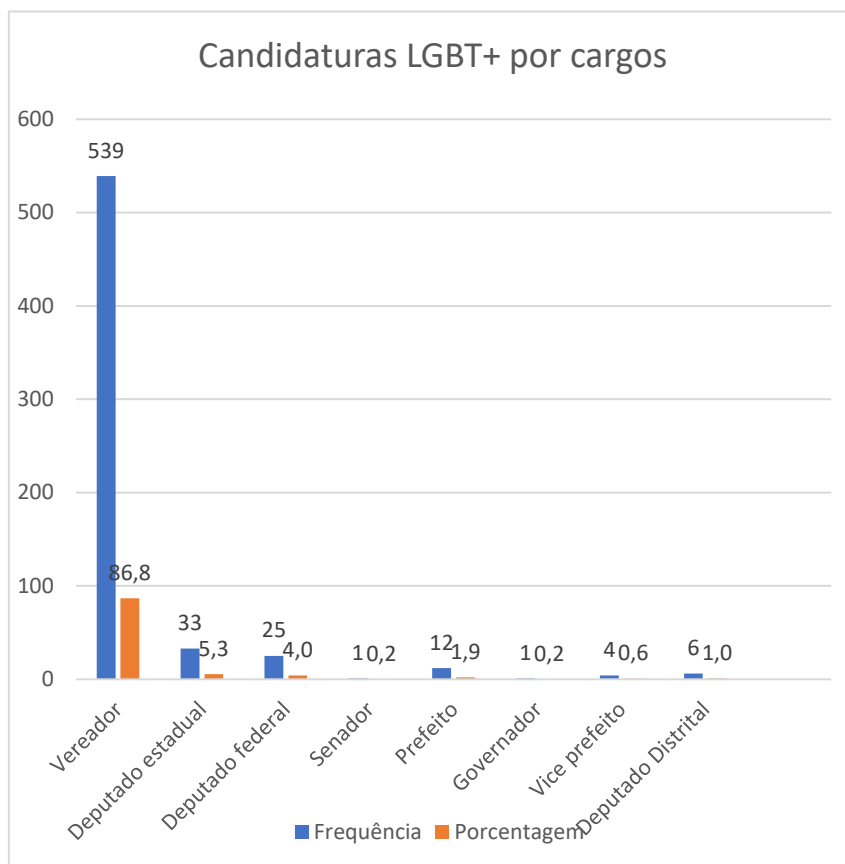
apoio financeiro, seja de apoio partidário para alavancar essas candidaturas, ou seja, a falta de recursos financeiros, de propaganda da imprensa e na imprensa e/ou concessão de tempo no horário político gratuito, que são de grande importância para alcançar visibilidade desses atores no processo de engajamento eleitoral e, conseqüentemente, visibilidade política para o eventual sucesso nas urnas ( Santos, 2016; Leoni *et.al.*, 2003; Miguel, 2003; Perissinoto e Miriade, 2009); outro aspecto importante é o apontado por Gustavo Gomes da Costa (2016), sendo esse a falta de grupos e associações LGBT+ organizados em pequenas e médias cidades onde se concentra parte expressiva das candidaturas LGBT+ ; outro fator, é que mesmo com o investimento do governo federal no que tange políticas públicas para esse segmento da população, como demonstrado na figura 2, pode ter sido suficiente para que as candidaturas de pessoas LGBT+ aumentassem, mas não o suficiente para que elas tivessem um melhor desempenho nas urnas elencando sua eleição; assim como também o conservadorismo que orbita o imaginário social acerca do lugar que esses corpos com sexualidades e gêneros dissidentes devem ocupar na sociedade, não os vendo, nesse sentido, como atores políticos e agentes de representatividade civil. Tais fatores apresentados podem ter contribuído para o baixo desempenho eleitoral das candidaturas LGBT+ e, não apenas isso, tais fatores podem contribuir para que as candidaturas LGBT+ continuem alocadas à margem da hierarquia partidária, ou seja, candidatando-se apenas em cargos menores como vereador e prefeito, como demonstrará o gráfico 04.

**GRÁFICO 3-** Performance eleitoral das candidaturas LGBT+



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

**GRÁFICO 4- Cargos pleiteados nas candidaturas LGBT+**



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

As nuances elencadas a partir da problemática proposta nesta monografia fica ainda mais explícitas quando analisamos os dados empíricos, isso porque ainda que em determinado momento as estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) tenham se tornando favoráveis para a população LGBT+ a partir do aumento do investimento público em políticas públicas a fim de sanar as demandas elencadas por esse movimento, a relação com os partidos política ainda acontece em um contexto de conflitos e percalços. De um lado, temos um crescimento e decréscimo dos investimos para política públicas à esse segmento da população e um aumento das candidaturas LGBT+, de outro, tem-se uma falta de apoio partidário e diversos outros fatores supracitados que permeiam a performance eleitoral dessas candidaturas, restringindo as estruturas de oportunidades políticas (ibidem, 2009) para que essas candidaturas alcançassem uma eventual eleição e acessassem os espaços deliberativos e institucionais do poder a partir de cargos político-partidários.

Esse contexto conflituoso entre movimento LGBT+ e partidos políticos torna-se ainda mais explícito no segundo governo Dilma devido a alguns fatores: a diminuição dos investimentos para a fomentação de políticas públicas para o segmento LGBT+ da população; o aumento das coalizões petistas que dificultou o acesso das demandas elencadas pelo movimento nas arenas deliberativas e institucionais do poder; aumento de setores conservadores na política e, conseqüentemente, no imaginário social que de um lado, dificultou as performances eleitorais de candidaturas LGBT+ e, de outro, aumentou o número de candidaturas a cargos políticos como forma de resistir ao *modus operandi* da política brasileira baseado em um dilema constitucional: o presidencialismo de coalizão.

Nesse aspecto, as pautas levantadas pelo movimento LGBT+ em torno da livre diversidade sexual na garantia dos direitos civis e sexuais desse segmento da população nunca foi “bem vista” pelos partidos políticos, as coalizões petistas (principalmente no segundo governo Dilma) só agravam esse quadro histórico e conflituoso da relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos. Segundo os dados apresentados por Matheus Mazzilli Pereira (2018) a presença quantitativa de membros conservadores<sup>33</sup> nas coalizões dos Governos do PT indicaram o aumento da Frente Parlamentar Evangélica nas cadeiras do Legislativo e, conseqüentemente, as alianças dos membros da FPE com o PT durante as eleições de 2010, onde temas como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo foram incitados pelos adversários da futura presidente, o que culminou no posicionamento de Dilma afirmando que, caso eleita fosse, não tomaria medidas relacionadas a esses temas (Pereira, 2018; Trevisan, 2018; Machado, 2012).

As coalizões petistas deram espaço para que as demandas históricas do movimento fossem postas à margem do seu governo, como no caso em 2011 do veto à distribuição do kit Anti-Homofobia desenvolvida pelo Ministério da Educação e que fazia parte do projeto Brasil sem Homofobia, onde a presidenta Dilma Rousseff (PT) declarou publicamente que seu governo não faria “propaganda de opção sexual” (Aguião et.al.,2014; Pereira, 2018; Machado, Rodrigues, 2015; Santos, 2016). Tal episódio gerou críticas por parte do Setorial LGBT Nacional do PT onde o coordenador nacional da entidade, Julian Rodrigues, declarou em carta aberta que a presidente não poderia ficar refém dos setores conservadores do Congresso Nacional, em sua

---

<sup>33</sup> Aqui refiro-me aos membros que compõe a Frente Parlamentar Evangélica

maioria membros da FPE, declarando que a presidenta ainda revogasse o veto da distribuição do material e que “não bastava combater a pobreza se junto não erradicarmos a violência do preconceito e da discriminação que está ao seu redor” (Santos, 2016, p. 161 *apud* Rodrigues, 2011).

Logo, as coalizões feitas nos governos petistas para garantir sua governabilidade reverberaram nas oportunidades políticas para o movimento LGBTQ+ e na relação do movimento com os partidos políticos. A política de base heterogênea mas com grandes blocos suprapartidários como a FPE começaram a assumir grandes posições dentro do governo, esse mesmo governo que outrora concebia uma maior aproximação com os movimentos sociais, logo, com o movimento LGBTQ+, começou a desenvolver estruturas de constrangimento para os militantes do movimento nas arenas deliberativas e institucionais do poder, e não apenas isso, trouxe à tona o histórico diálogo travado dentro do próprio movimento sobre as relações estabelecidas com os partidos políticos.

O aumento do conservadorismo e das coalizões com esses atores por parte do governo federal construiu ainda mais-- e maiores barreiras-- para que o movimento LGBTQ+ se relacionasse com os partidos políticos, barreiras essas que se constituem nas votações do Legislativo de projetos voltados a livre diversidade sexual onde parlamentares receiam em apoiar a causa LGBTQ+ porque não enxergam nesse movimento um componente político forte para garantia da elegibilidade, diferentemente dos grupos que compõe a FPE que além de estarem financeiramente estruturadas, compunham grande parte do congresso e faziam parte das coalizões feitas pelo governo federal, esses atores, por sua vez, constituem-se com uma grande fonte de apoio eleitoral para a vitória dos parlamentares (Santos, 2016).

Nesse aspecto, os escritos de Sérgio Abranches cindem-se, de certa forma, com os escritos de Sidney Tarrow para explicar o contexto político no qual acontece a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos. Nesse sentido, as coalizões tornam-se um fator chave para compreender de que forma se dá a relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos, assim como também, de que forma impactam na performance eleitoral das candidaturas LGBTQ+, pois, “a agenda do Executivo não é a agenda do presidente, mas sim a agenda da coalizão” (Freitas, 2016, p. 111). Assim posto, a mudança no contexto de oportunidades reverbera em alterações nas estruturas do movimento e sua agenda de ação (Tarrow, 2009).

Partindo dessa concepção formulada por Tarrow, é possível elencar algumas nuances acerca da relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos. Com base no que foi escrito nos parágrafos acima, podemos notar que no segundo governo Dilma as coalizões tornaram-se cada vez maiores, as tensões entre o movimento acerca das decisões do governo federal também. Entre 2013 e 2014 o volume de recursos transferidos por meio de ações governamentais exclusivamente relacionadas a pessoas LGBTQ e suas demandas e a organizações da ABGLT por ano cai drasticamente se comparado aos outros anos, assim como também, as estruturas de constrangimento ao movimento LGBTQ+ tornaram-se cada vez maiores, isso porque “ A FPE, aberta opositora do movimento LGBTQ, cresceu dentro das coalizões de governo não apenas em número, mas, principalmente, em poder de influência sobre políticas públicas voltadas a pessoas LGBTQ.” (Pereira, 2018).

Acrescentando o que foi colocado por Matheus Pereira, o crescimento da FPE dentro das coalizões do governo cresceu não apenas em âmbito quantitativo e de influência acerca das políticas públicas, mas também em sua influência na sociedade civil, escorando-se em valores religiosos, liberais e conservadores, tornando-se nesse sentido, um fator chave de constrangimento não apenas no que tange o número de candidaturas para cargos no congresso, na assembleia legislativa e no senado, mas como também na eventual eleição desses candidatos.

É nesse contexto político repleto de coalizões, conservadorismo, constrangimento das oportunidades políticas, e marginalização das candidaturas LGBTQ+ que se encontra a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos no final dos governos petistas. O desenrolar dessas grandes coalizões conservadoras tomou proporções fora do controle da chefia do executivo, a então presidente Dilma, pois, em 17 de abril de 2016 deputados que semanas antes faziam parte dessas coalizões, votaram a favor da admissibilidade do processo de impeachment, justificando seus votos em defesa de “deus” do conservadorismo e da “família”, nesse sentido, “O impeachment sobre a presidenta Dilma Rousseff parece ter sido a consequência definitiva do crescimento do conservadorismo na sua coalizão e da incapacidade da chefia do Executivo de conciliar seus interesses aos interesses dessas forças emergentes.” (Pereira, 2018, p. 243).

Nesse contexto de crise do sistema político, o movimento LGBTQ+ precisa enfrentar diversos percalços para construir maior visibilidade e, conseqüentemente,

aperfeiçoar sua performance eleitoral. Não apenas isso, o movimento precisa enfrentar barreiras dentro e fora do universo político-partidário para alçar suas candidaturas e acessar o poder deliberativo-institucional, barreiras essas que se sustentam na falta de visibilidade dentro do campo político, necessitando engrenar novas práticas militantes para obter apoio e se tornaram “politicamente viáveis” (Santos, 2016, p. 179) tanto de ativistas LGBT+ engajados politicamente, quanto dos partidos políticos, visto que as disputas e tensões históricas que permeiam a relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos têm reverberado na falta do apoio essencial às candidaturas desse segmento da população.

O baixo índice de candidaturas LGBT+ eleitas e a falta de representatividade de ativistas deste momento nas arenas deliberativas e espaços institucionais do poder tem aberto espaço para que o conservadorismo constranja políticas públicas voltadas a sanar demandas para esse segmento da população. Contudo, tal contexto de baixa performance eleitoral e baixa representatividade possui raízes estruturais do próprio sistema político brasileiro, que possui um modelo (assim como também um perfil) muito bem definido de articulação política necessária para acessar esses espaços, logo, sexualidades e gêneros dissidentes da ordem sistêmica cisheteronormativa encontram-se à margem do capital político<sup>34</sup>(Bourdieu, 1986) necessário para alçar o poder político-partidário-institucional. O campo empírico demonstra isso ao apontar que 86,8% das candidaturas LGBT+ entre 2002 a 2016 encontram-se no cargo de vereadores, e não apenas isso, das 621 candidaturas nesse período, apenas 7,1% foram eleitas, os dados demonstram, portanto, que as candidaturas LGBT+ ocupam uma posição marginal no campo político brasileiro (Santos, 2016), podendo-se afirmar que a autoafirmação de gênero e sexualidade tidas como dissidentes não forma capital político (ibidem, 1986) suficiente para alçar cargos nas arenas deliberativas-institucionais do poder, logo, não basta apenas ser LGBT+, é preciso constituir uma militância política e um engajamento eleitoral profissional.

O próximo e último capítulo desta monografia disserta acerca do movimento LGBT+ no estado de Sergipe, seu surgimento e sua relação com os partidos políticos, assim como também, trará breves considerações teóricas acerca da política local, compreendendo como a pauta da livre diversidade sexual insere-se na política e

---

<sup>34</sup> Aqui baseando-se na concepção de capital da sociologia de Bourdieu, compreendendo o capital político como, em certa medida, uma espécie de capital simbólico, ou seja, como o reconhecimento da legitimidade de determinado indivíduo para agir na política (Miguel, 2003)

sergipana e de que forma o movimento local se relaciona com os partidos políticos do estado compreendendo as dinâmicas de poder, gramáticas políticas e clivagens ideológicas-partidárias que permeiam essa relação no estado. Não obstante, também dissertarei acerca das práticas militantes e dinâmicas de engajamento das lideranças do movimento em Sergipe, compreendendo seus itinerários, percalços, conflitos e tensões, tomando como foco dois grupos LGBT+: o Dialogay e a ASTRA LGBT.

#### **4. CAPÍTULO III- O ARCO-ÍRIS RESPLANDECE EM SERGIPE: ITINERÁRIOS, LUTAS E ENGAJAMENTO DO MOVIMENTO LGBT+ NO ESTADO DE SERGIPE**

O terceiro e último capítulo desta monografia tem como objetivo resgatar, ainda que brevemente, a história do surgimento da luta homossexual no estado de Sergipe, compreendendo seus principais repertórios, práticas militantes, redes de alianças e relacionamento com a política local.

Neste aspecto, tal capítulo buscará elucidar no primeiro subtópico a história do movimento no estado, elucidando as principais causas, os militantes, seus repertórios de ação e práticas militantes. Não obstante, tal tópico terá como objetivo trazer conhecimento acerca da história do movimento no estado, mostrando seus itinerários, percalços e lutas para emplacar a causa da livre diversidade sexual na sociedade sergipana e nas esferas institucionais e deliberativas do poder, mostrando as principais características do movimento estadualmente e se este difere, em alguma medida, das práticas e ações adotadas em contexto nacional e apresentada no primeiro capítulo desta monografia. Nesse sentido, tal tópico versará sobre as principais lideranças na época do surgimento do movimento no contexto estadual, as principais pautas, os repertórios de ação e associação com os agentes governamentais na tentativa de elaborar uma resposta na luta contra o HIV/AIDS, e por fim, a relação deste movimento e seus militantes com os partidos políticos e lideranças políticas no estado. Não obstante, para recapitular a história desse movimento no contexto sergipano, ater-me-ei a uma entrevista realizada com uma liderança Transexual de Sergipe, trazendo valiosas informações acerca dos agrupamentos LGBT+ montados no estado e seus repertórios

No último tópico deste capítulo, abordarei com dados estatísticos, a partir do banco de dados “LGBT e Eleições no Brasil” elaborada pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa em colaboração com graduandos e mestrandos da Universidade Federal de

Pernambuco- UFPE, acerca das candidaturas LGBT+ no estado de Sergipe, demonstrando a performance eleitoral destes candidatos, às condições de acesso ao poder político-partidário e os partidos políticos onde alocam-se essas candidaturas. Nesse aspecto, trarei considerações acerca dos arranjos eleitorais dessas candidaturas e das clivagens ideológico-partidárias e, em que medida, tais clivagens difere dos palanques montados nacionalmente.

#### **4.1. Devassos em Sergipe: a constituição do movimento LGBT+ e a luta pela livre diversidade sexual**

O movimento LGBT+ constitui-se em Sergipe a partir da fundação do grupo Dialogay no início da década de 1980, sendo esse, juntamente com o Grupo Gay da Bahia, um dos grupos pela causa da livre diversidade sexual mais antigos do Brasil, tendo encerrado suas atividades e militância no estado ano de 2001. O surgimento de outros agrupamentos em torno da causa homossexual só começa a aparecer em 1998, conforme dados do Jornal Cinform (2001, p.6)

O grupo foi fundado em 1981 pelo auxiliar de escritório Wellington Andrade, 46, homossexual assumido desde os “20 e poucos anos”. Seu objetivo era transformar em orgulho o que o status quo – muitas vezes hipocritamente – encarava como vergonha. As palavras-chave eram engajamento e militância. Wellington já começara a caminhar nesta direção no ano anterior – 1980 – quando trouxe para lançar em Aracaju o jornal baiano “Lampião da Esquina”, direcionado ao público homossexual. O sociólogo Luiz Mott, presidente e fundador do então recém-nascido Grupo Gay da Bahia, obteve o endereço de Wellington na sede da publicação, veio a Aracaju e estimulou-o a agregar, também em Sergipe, os que praticavam amor entre iguais. Nascia o Dialogay, inicialmente com três mulheres e quatro homens.

O nacionalmente famoso jornal “Lampião da Esquina” também começa a circular na capital sergipana no ano de 1980, sendo divulgado e comercializado por Wellington Andrade, sendo lançado oficialmente no Diretório Central do Estudantes da Universidade Federal de Sergipe e conto com a presença da transformista<sup>35</sup> Suzana Vermont, e de jovens estudantes com interesse na política no contexto de abertura política e democrática brasileira. (Melo, *et.al.*,2018).

As estruturas políticas da época deram abertura das oportunidades políticas (Tarrow, 2009) para que o movimento se organizasse nacionalmente, como já demonstrado em capítulos anteriores, tal oportunidades também se refletiram em Sergipe ao reunir grupos de pessoas e ativistas famosos nacionalmente como Luiz Mott, a darem o ponto de partida na luta pela causa LGBT+ no estado, trazendo

---

<sup>35</sup> Termo utilizado na época para designar artistas com identidade trans.

reflexos e luz à sociedade civil e simpatizantes do movimento acerca das pautas elencadas pelo movimento nacionalmente. Nesse aspecto, o Dialogay-SE torna-se um pilar central na organização do movimento em Sergipe, seguindo algumas diretrizes dos encontros nacionais para alavancar a luta pela livre diversidade sexual no estado. Não obstante, é válido salientar que nos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual, como demonstrado no quadro 1, Aracaju sedia em 1990 um desses encontros, contando com a participação de 6 grupos.

**Figura 3:** Lançamento do Jornal Lâmpião da Esquina em Aracaju no DCE/UFS (1980)



Fonte: Acervo pessoal de Wellington Andrade elaborado por Melo, *et.al.*, 2018. In: Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)

**Figura 4:** Wellington Andrade e Suzana Vermont no Lançamento do Jornal Lâmpião da Esquina em Aracaju (1980)



Fonte: Acervo pessoal de Wellington Andrade elaborado por Melo, *et.al.*, 2018. In: Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)

Foi o lançamento do Jornal, endereçado e encabeçado pelo ativista Wellington Andrade que fez com que Luiz Mott, ativista e fundador do Grupo Gay da Bahia viesse até Sergipe com o objetivo de criar uma organização nos mesmos moldes do GGB em Sergipe, o que resultou na reunião de um agrupamento compostos por amigos de Andrade, na sua casa, que elencou na fundação do Dialogay em 14/03/1981 (Melo, et.al., 2018). Traçando pautas muito semelhantes àquelas demonstradas em contexto nacional nos capítulos anteriores, o Dialogay elencava mobilizações e manifestações em torno da causa homossexual em Aracaju, pautando a luta contra o HIV/AIDS, o debate acerca da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Nos anos que surgiu o Dialogay e a circulação do jornal Lampião de Esquina em Aracaju, o MHB passa por uma série de reconfigurações e rearticulações devido ao surgimento da epidemia do HIV/AIDS, essa, por sua vez, fez com que o movimento tomasse novas medidas ao fazer interlocução com outros atores da sociedade civil a fim de elaborar uma resposta coletiva contra a “peste gay”. Como melhor dissertado no primeiro capítulo desta monografia, o surgimento dessa epidemia associada a homossexualidade, em meio ao caos, trouxe maior visibilidade para as questões da sexualidade e para o próprio movimento. Nesse aspecto, o Dialogay foi um importante ator no que tange a luta contra o HIV/AIDS em Sergipe, o grupo articulou diversas ações que giravam não apenas em torno da conscientização das infecções sexualmente transmissíveis, mas como também promoveu eventos que traziam maior visibilidade para a causa no âmbito estadual, como por exemplo: ” um ciclo de conferências com o fundador do Grupo Gay da Bahia, um piquenique, cinco palestras e debates, cinco shows, o lançamento de um livro de poesias (de uma ativista baiana), seis peças de teatro e a participação no I Encontro Cultural de Aracaju (Andrade, 1983, *apud*, Costa, Melo, 2014).

Entre as novas reconfigurações que atingiram nacionalmente o MHB durante a epidemia do HIV/AIDS, Sergipe e o Dialogay não ficaram de fora no que tange a necessidade de uma interlocução com outros setores e agentes da sociedade civil, como melhor dissertado no primeiro capítulo desta monografia. Nesse quesito, a primeira notificação de um Soropositivo em Sergipe aconteceu em 1987, no mesmo ano, ocorreu a criação do programa Estadual DST/AIDS, que realizou estreitas e necessárias relações com o Dialogay e a Secretaria Estadual de Saúde. Ainda no mesmo ano, em interlocuções com outros grupos do MHB como GGB, o Movimento

de Libertação Homossexual e o BEFAM (Bem-estar Familiar no Brasil) realizaram o “1º Seminário sobre DST e AIDS no Estado de Sergipe” durante dois dias (Grupo Dialogay de Sergipe, 1987 *apud*, Costa, Melo, 2014).

Como apontou Petrarca (2015) entre os atores que o MHB precisou fazer interlocuções, encontravam-se os médicos sanitaristas. Tal situação não muda ao olhar o caso sergipano, isso porque o vínculo entre os agentes estatais representados a partir da Secretaria de Saúde do Estado e o movimento LGBTQ+ se deu a partir da estreita relação com o médico sanitarista Almir Santana, que coordenou o programa de DST/AIDS no estado e que começou a desenvolver trabalhos de prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis em bairros periféricos de Aracaju em 1985, notabilizando-se nacionalmente como um grande agente no combate à AIDS (Costa, Melo, 2014). Logo, notabiliza-se o estreitamento da relação entre governo e sociedade civil, tendo esses corpos e sexualidades dissidentes como sujeitos dignos de direitos civis e sexuais.

Não obstante, acerca dessa relação entre movimento LGBTQ+ e governo, a tabela abaixo traz dados acerca de políticas públicas voltadas a esse segmento da população no estado de Sergipe, e em alguns municípios como Aracaju e Estância

**Quadro 4:** Órgão e programas voltados para a criação e execução de políticas públicas para a população LGBTQ+ em Sergipe

Órgão	Esfera de Atuação	Ano de criação	Governo/Partido	Atividade
Gerência Estadual DST/AIDS	Estadual	1987	Antônio Carlos Valadares-PFL	Fomenta e executa ações de políticas públicas de DST, AIDS e hepatites virais em nível estadual
Delegacia Especial de Proteção à Mulher	Estadual	1996	Albano Franco-PSDB	Atendimento às vítimas e investigação de crimes contra os LGBTQ+
Coordenação Municipal de DST/AIDS e Hepatites virais	Municipal (Aracaju)	1999	João Augusto Gama-PMDB (Atual MDB)	Fomenta e executa ações de políticas públicas de DST, Aids e hepatites virais em nível municipal
Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV)	Estadual	2004	João Alves Filho-PFL	Atendimento às vítimas e investigação de crimes contra os LGBTQ+
Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia	Estadual	2008	Marcelo Déda- PT	Acolhimento e atendimento jurídico e psicossocial, além de promover os Direitos da Cidadania do público LGBTQ+

Núcleo de Atendimento à Diversidade Sexual	Municipal (Estância)	2013	Carlos Magno Garcia – DEM (Atual União Brasil)	Desenvolve ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação e violência aos LGBT+
--	----------------------	------	--	--

**Fonte:** O quadro acima foi adaptado a partir de: MELO, Marcos Ribeiro de. Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Nesse aspecto, podemos ressaltar que a nova roupagem adotada pelo movimento em suas diretrizes nos encontros nacionais, também se estenderam até Sergipe, isso porque o movimento aqui a partir do seu surgimento, não possuiu um caráter refratário ao estado e a política e, conseqüentemente, aos partidos políticos. A relação entre movimento LGBT+ e o estado de Sergipe a partir das ações do Dialogay estreitou os laços entre esses dois polos para garantir direitos a esse segmento da população. Nesse ponto Costa e Melo, 2014, p. 285 afirmam que:

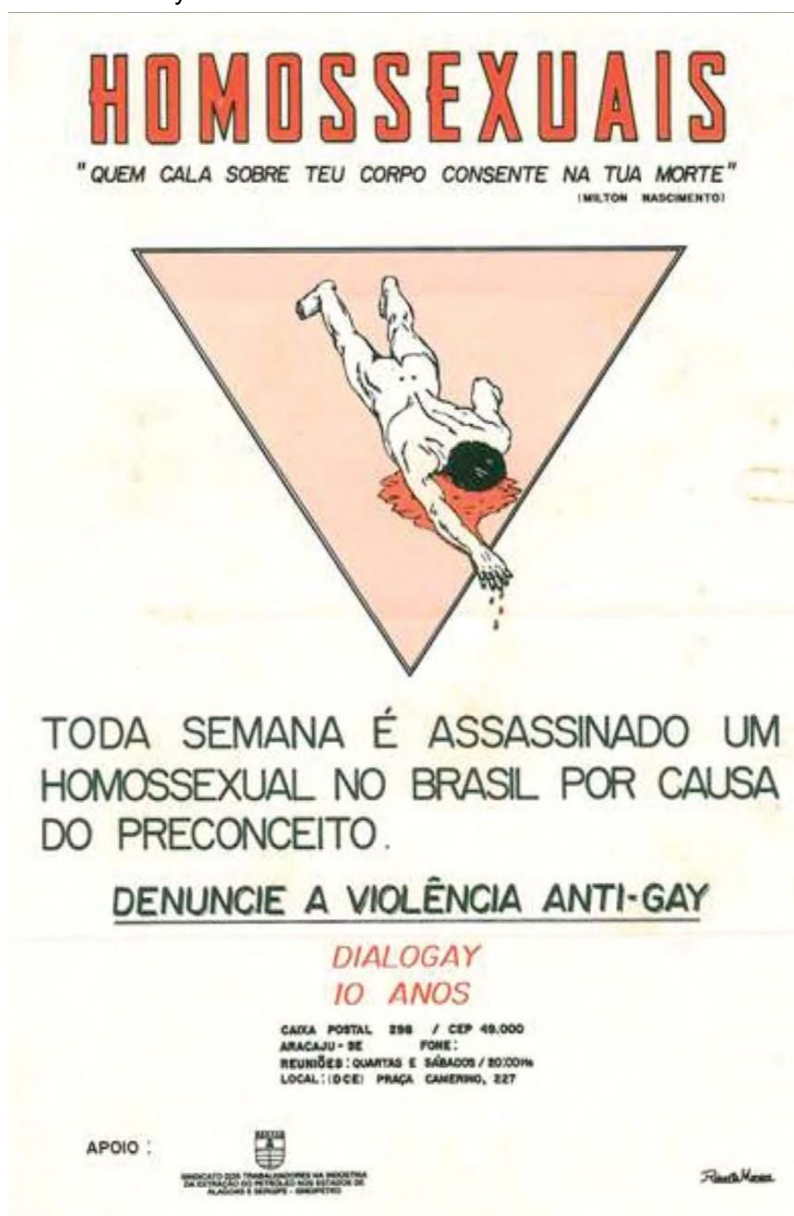
Deste modo, observa-se uma nova gramática que se estabeleceu entre o movimento e o Estado que, de certo modo, estreia um novo estatuto ontológico para a população homossexual, que passou a ser percebida como de sujeito de direitos. Este caminho abriu, inequivocamente, espaço para a construção, consolidação e institucionalização da bandeira contra a homofobia

Logo, pode-se afirmar a partir do que foi exposto e dos dados apresentados no quadro 4, que o movimento LGBT+ também se torna “questão de Estado” (Aguião, 2014) em Sergipe. Contudo, tal situação não muda o imaginário social e também as políticas institucionais no que tange à violência contra a esse segmento da população, isso porque a década de 1990 foi um marco no que se refere a grande quantidade de assassinatos cometidos contra homossexuais na capital sergipana, o suficiente para que esse aumento expressivo de violência fosse noticiada e ganhasse repercussão em todo o Estado, sendo expostos pelos jornais, que fomentava o debate acerca da sexualidade, numa contramão, esses mesmos jornais noticiavam conteúdos sensacionalistas e conservadores que alimentava o imaginário homofóbico da sociedade civil, contribuindo para “despertar culturalmente a ideia de perigo que ronda as práticas sexuais que fogem à regra heterossexual” (Costa, Melo, 2014, p. 286).

Nesse cenário, o Dialogay concretiza-se como um importante ator no combate à violência homofóbica, possuindo influência do Grupo Gay da Bahia, o Dialogay começa a divulgar em número anual os homossexuais assassinados no Estado. Em seus 10 anos de atuação no estado, o grupo realiza uma campanha acerca de uma “Violência Anti-Gay” que orbitava a sociedade sergipana, entre espancamentos,

assassinatos, agressões físicas e morais e até mesmo violência sexual eram recorrentes contra a esses corpos e sexualidades que não se sujeitavam à norma e a moral cristã conservadora. (Melo, 2011; Costa, Melo, 2014). A violência não cessava no âmbito físico, mas também na proibição desses corpos de atuarem como atores da sociedade civil, como por exemplo a proibição de doação de sangue por gays devido a Portaria 1376/93 ou a proibição do líder do Dialogay, Wellington Andrade, de participar de um bloco de carnaval na cidade por ser homossexual (Andrade, 1999; Costa, Melo, 2014).

**Figura 5:** Cartaz comemorativo dos 10 anos do grupo Dialogay de Sergipe- Campanha de combate à violência Anti-Gay



**Fonte:** Arquivo do Dialogay em Sergipe, elaborado por: Melo, *et.al.*, 2018. In: Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)

Com o objetivo de conscientizar e mostrar a sociedade civil, ao estado e aos agentes estatais que esses corpos merecem segurança, respeito e acima de tudo, direito cívicos e sexuais, o Dialogay em parceria com o Grupo Gay da Bahia realizaram um protesto denominado de “Dia de Protesto contra a Violência aos Homossexuais”, o evento vem a se repetir em 1992 com a inauguração do rua “28 de junho” (Dia Internacional do Orgulho Gay) num bairro localizado na zona sul da cidade, tal fato demonstra a força política que o movimento vem adquirindo em Sergipe. (Melo, 2011).

Força política essa que fica ainda mais nítida a partir do quadro elencado acima, isso porque as conquistas de políticas públicas e centros de apoio para o segmento LGBT+ da população advieram da luta do Dialogay no estado a partir de suas interlocuções com os agentes estatais. A ligação fica ainda mais estreita quando as bandeiras elencadas pelo movimento adentram as esferas institucionais e deliberativas do poder, à exemplo disso, em 2007, a Câmara Municipal de Aracaju aprova o projeto de lei que institui o dia 17 de maio como “Dia Municipal de combate a homofobia”, assim como também a criação em 2008, a partir da articulação entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a militância local, de um Centro de Combate à Homofobia (Costa, Melo, 2014).

Essa relação, por sua vez, demonstra também os percalços da relação histórica entre movimento LGBT+ e partidos políticos, dado que, embora o Centro de Combate à Homofobia tenha sido de suma importância no que diz respeito a articulação entre o movimento e suas demandas e as respostas do Estado enquanto fomentador de políticas públicas, o funcionamento da mesma revela uma relação conflituosa entre a militância e os agentes institucionais, isso porque, segundo o estudo de Melo, 2013, o movimento não reconhece de forma legítima a instituição, isso porque a mesma não tem à frente de sua direção os agentes da mobilização da causa LGBT+, ou seja, a militância não estava dentro da organização do centro, este, por sua vez, tinha como agentes à frente pessoas com cargos comissionados, que não era LGBT+ e desconheciam os problemas enfrentados por essa população. Contudo, não se pode negar a força do Dialogay na formação de um quadro de militantes organizados politicamente para elencarem as demandas históricas do movimento, e conseguirem por meio de pressões a criação de instituições que se voltassem a essa população, acerca disso:

É evidente que tais investimentos públicos foram possíveis por causa das pressões dos movimentos sociais e também do posicionamento de alguns atores políticos importantes que defendem a causa homossexual e investiram na criação de instituições que atenuassem as violências sofridas pelos homossexuais, entre eles destacamos o delegado de polícia Mário Leony, um dos protagonistas na implantação do Centro de Combate à Homofobia em Sergipe. A participação deste agente no combate à homofobia reforça a percepção da existência de um imbricamento entre a mobilização e o Estado (Costa, Melo, 2014, p. 288).

As atividades do Dialogay encerram-se no ano de 2001, mas outros agrupamentos voltados à causa LGBTQ+ começam a surgir em Sergipe, como é o caso da ASTRA LGBTQ+ que surgiu em meados de 2001. Segundo entrevista realizada com Tathiane Araújo, Coordenadora do grupo, a ASTRA LGBTQ+ surgiu em 30 de novembro do referido ano e começa a desenvolver suas atividades ainda durante a desestruturação do Dialogay, segundo a entrevistada, o Dialogay se dissolve devido a tentativas de profissionalização de militantes do movimento que elencou ações trabalhistas por parte desses militantes no Ministério do Trabalho, assim como também de um projeto de internacionalização que naufragou. Outrossim, foi apresentado problemas entre o Dialogay e a ASTRA devido as tentativas da recém criada ASTRA de promover a Parada LGBTQ+ em Sergipe e as barreiras colocadas pelos militantes do Dialogay recusando o acontecimento do evento na capital sergipana.

Nesse aspecto, a ASTRA LGBTQ+ deu segmento as atividades realizadas pelo Dialogay, colocando em prática outras atividades e demandas do movimento, como a realização da primeira Parada LGBTQ+ em Sergipe e a continuidade desse evento até o ano presente, dentre outras ações que se mantêm até o presente ano na garantia dos direitos desse segmento da população. Nesse aspecto, pode-se apreender de que forma surgiu o movimento LGBTQ+ em Sergipe e de que maneira tal movimento elenca as demandas históricas desse movimento e insere suas pautas na agenda estatal, e nas esferas institucionais e deliberativas do poder na tentativa de garantir os direitos civis e sexuais desse segmento da população.

A luta começada pelo grupo Dialogay em torno da causa LGBTQ+ e na luta contra a homofobia deram espaço para que as demandas desse segmento da população fossem vistas como questão de estado, como pessoas dignas de direitos civis e sexuais. A institucionalização do Dialogay e sua presença nos espaços políticos, sociais e midiáticos deram espaço para que a pauta da sexualidade fosse debatida de forma séria e inclusiva a partir de cartilhas informativas sobre ISTs, na luta contra o

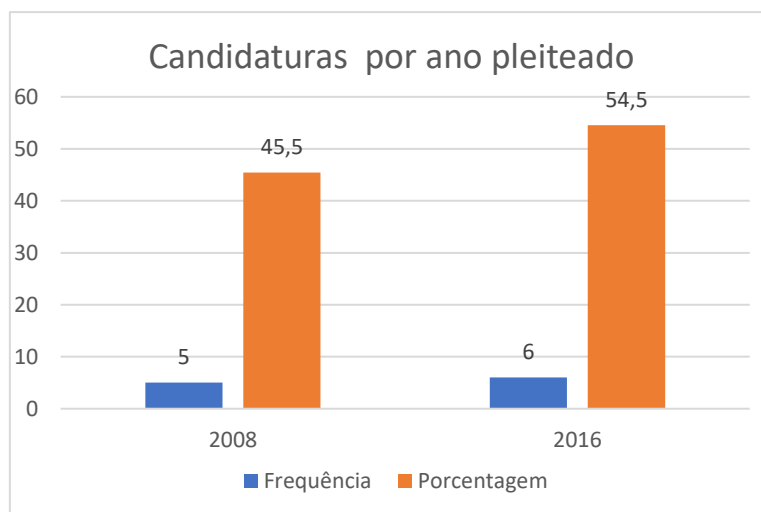
HIV/AIDS, pautando a luta contra a violência homofóbica, e os direitos sexuais da população LGBT+ e a fomentação de políticas públicas para garantir esses direitos pressionando o Estado acerca de uma posição frente às demandas elencadas pelo movimento. Tal luta abriu caminhos e espaços para que outros grupos surgissem e continuassem o legado da militância e luta desse arco-íris que resplandeceu em Sergipe.

#### **4.2. Entre compassos e descompassos: candidaturas LGBT+ e política sergipana**

Para dissertar neste último tópico desta monografia, ater-me-ei a dados estatísticos colhidos no banco de dados acerca das candidaturas LGBT+ elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa em parceria com graduandos e mestrandos da UFPE. Não obstante, além da análise desses dados, utilizarei da entrevista realizada com a coordenadora da ASTRA LGBT+ em Sergipe, Tathiane Araújo, a fim de compreender minuciosamente a partir de sua trajetória de vida quais os percalços e itinerários que ativistas LGBT+ enfrentam para alçar o poder político-partidário nas arenas institucionais e deliberativas do poder, nesse quesito, compreenderei, a partir das conclusões elencadas no capítulo anterior desta monografia, qual o “nível” de capital político (Bourdieu, 1986) que um ativista LGBT+ precisa para acessar esses espaços e ter uma melhor desenvoltura em sua performance eleitoral.

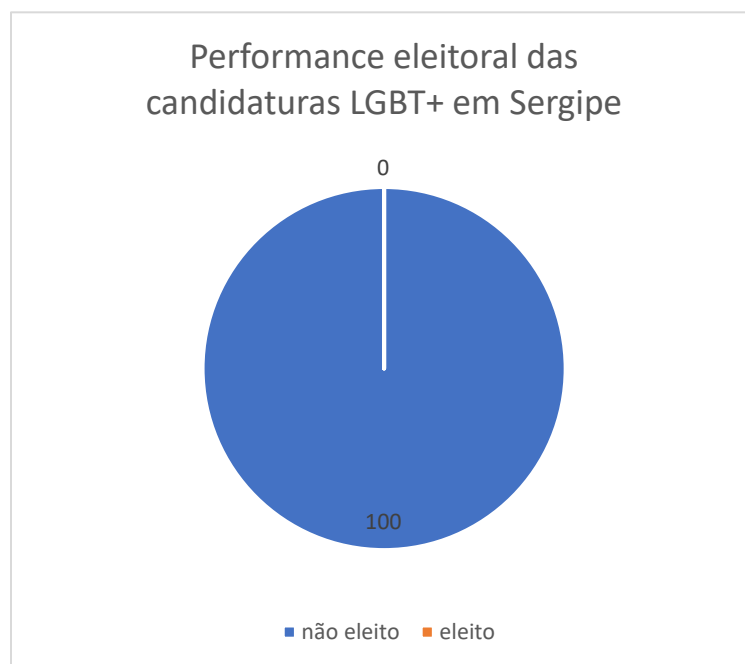
Como apontado no capítulo anterior, das 621 candidaturas de pessoas autodeclaradas LGBT+ entre os anos de 2002 a 2016, apenas 44 obtiveram sucesso eleitoral. Partindo para Sergipe, nesses anos o estado obteve 11 candidatos autodeclarados LGBT+, sendo 5 em 2008 e 6 em 2016, nenhum desses candidatos obtiverem sucesso eleitoral e conseguiram se eleger para os cargos que pleiteavam, onde todas as candidaturas se concentram na disputa pelo cargo de vereador, ou seja, a hipótese do quadro nacional das candidaturas desse segmento da população ainda mantém-se em Sergipe, ou seja, ocupando cargos “periféricos” na hierarquia de poder do universo político-partidário. A partir da análise desses dados e como será apontado nos gráficos abaixo podemos analisar também em quais cidades sergipanas concentram-se essas candidaturas e quais os partidos que alocam as candidaturas LGBT+

**GRÁFICO 5:** ano e número de candidaturas nos pleitos eleitorais



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados "LGBT e eleições no Brasil" elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

**GRÁFICO 6:** Performance eleitoral das candidaturas LGBT+ em Sergipe

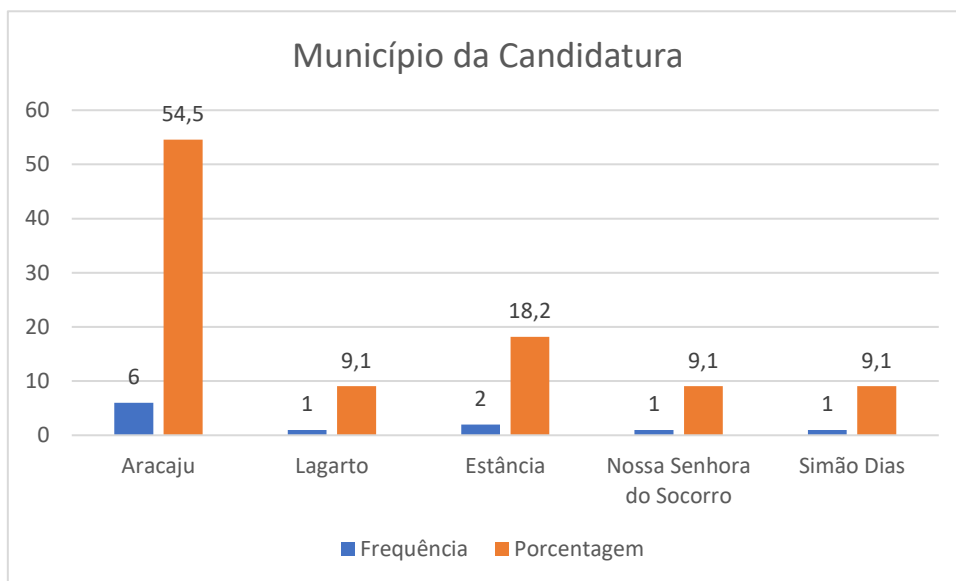


**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados "LGBT e eleições no Brasil" elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

A capital sergipana lidera as candidaturas LGBT+, o que pode ser explicado a partir do trabalho e da militância feita pelo Dialogay e logo em seguida pela ASTRA LGBT+ em Aracaju, dando mais espaço e debates acerca da necessidade de pessoas LGBT+ ocuparem cargos políticos nas arenas institucionais e deliberativas do poder,

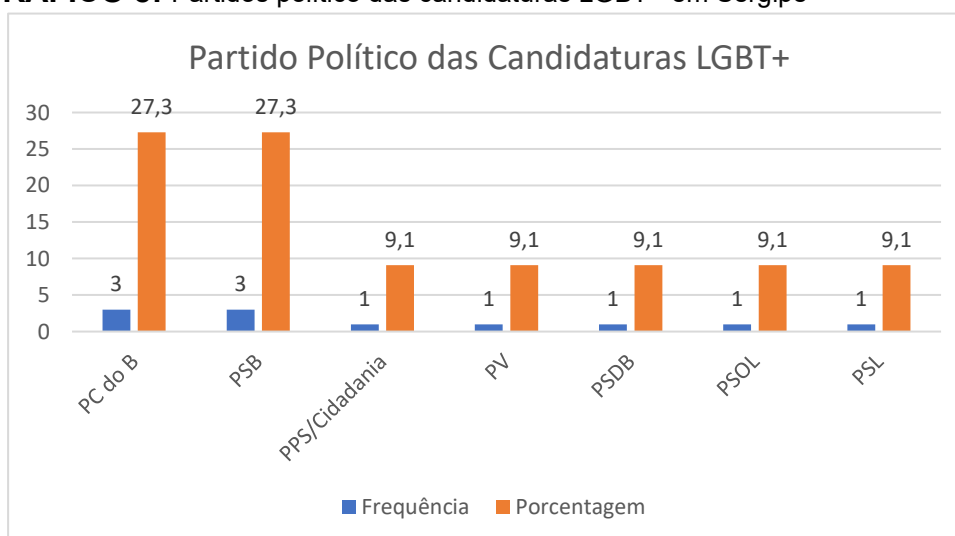
impulsionando essas candidaturas. Ainda que essas candidaturas se concentrem no cargo de vereador, alocados “à margem” da hierarquia de poder do universo político-partidário. Não obstante, as candidaturas LGBT+ em Sergipe seguem a norma do contexto nacional, alinham-se mais à esquerda do espectro político-ideológico do que à direita, mantendo o histórico de que os partidos de esquerda são os que mais, de certa forma, acolhem as pautas demandadas pelo movimento.

**GRÁFICO 7:** Candidaturas por município em Sergipe



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado

**GRÁFICO 8:** Partidos político das candidaturas LGBT+ em Sergipe



**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado

Contudo, há de se perguntar, ainda no mesmo contexto do cenário nacional, porque as candidaturas de pessoas LGBTQ+ possuem baixo sucesso eleitoral em suas performances, não conseguindo alcançar um cargo nas arenas deliberativas e institucionais do poder. Uma das hipóteses apresentadas no capítulo anterior pode servir como ponto de partida para explicar essa problemática, sendo essa explicada pelo fato de que apenas autodeclarar uma pessoa LGBTQ+ não é suficiente para angariar votos e conseguir obter uma melhor performance eleitoral e, conseqüentemente, ocupar os cargos nos quais pleiteiam. Faz-se necessário, portanto, que o indivíduo, para além de autodeclaração enquanto parte de uma minoria que segue uma luta histórica por direitos civis e sexuais, obtenha capital político (Bourdieu, 1986) suficiente para conseguir obter sucesso eleitoral. Nesse aspecto, o caso sergipano dessas candidaturas pode ser considerado e explicado por aspectos muito minuciosos da política sergipana, muito bem explicitados pela entrevista com a coordenadora da ASTRA LGBTQ+.

Nesse aspecto, alguns aspectos podem ser ressaltados como capital político (Bourdieu, *ibidem*) ao analisar as candidaturas LGBTQ+ e a performance eleitoral desses indivíduos no contexto sergipano. A priori, é preciso obter uma militância profissional ao adentrar no universo político-partidário, ou seja, engajar e levantar uma causa dentro e fora do partido, participar de um agrupamento de pessoas que estejam orbitando a mesma causa e, conseqüente, ir obtendo capital político dentro da agenda dos partidos ao inserir a causa LGBTQ+.

Outro aspecto a ser considerado ao analisar o caso sergipano dessas candidaturas é a sua relação com os partidos políticos. Historicamente é apontado que mesmo com todos os percalços e conflitos que o movimento LGBTQ+ enfrenta ao adentrar o universo político-partidário, são os partidos de esquerda que mais abarcam essas candidaturas e suas demandas, seja na criação de setorial, seja no apoio partidário e financeiro, seja no estabelecimento de rede de ligações. Contudo, esse aspecto desdobra-se ao partimos pra Sergipe, pois, no final das contas, não é o partido do qual você está inserido que lhe dará melhores recursos para que sua performance eleitoral seja positiva, mas sim a rede de ligações em agrupamentos familiares que compõe a política sergipana. Logo, os líderes políticos e seus respectivos partidos, acabam sendo coadjuvante da dinâmica política e nos conflitos eleitorais, o protagonismo está na rede de alianças com agrupamentos familiar do qual

fazem parte lideranças políticas que, conseqüentemente, possuem grande capital político,

Diante do exposto, reafirma-se que o capital político para se eleger dentro do contexto sergipano é que o indivíduo insere-se dentro da política independente do partido, esse por sua vez fica por trás da dinâmica eleitoral, já que não unicamente a questão partidária que leva a esses indivíduos elegerem-se a cargos políticos, mas sim os agrupamentos de base familiar e a consolidação dessas lideranças política dentro do estado/município. Nesse sentido, as clivagens ideológico-partidárias ficam ainda mais nítidas diante do exposto, acerca disso, a entrevista Tathiane Araújo traz pontos importantes para fundamentar esta hipótese:

Você sabia quem é professora Avilete? que hoje está no PSC filiada que foi na câmara dizer que o cu foi feito pra cagar. Eu vou correlacionar o PSOL a vida toda a imagem da professora Avilete? eu não posso fazer isso! promovendo uma pessoa conservadora evangélica, né? Problema não é ser evangélica é que tem diversos ataques a pauta LGBT. Então o que é que a gente percebe é perceber, né? As pessoas têm que realmente não fazer essas leituras errôneas, né precipitadas conhecer mesmo a história de cada caminhada. Acho que isso foi o fator isso que eu tenho mais para falar dessa história de caminhada política para lhe dar como exemplo como você pediu na história daqui que eu conheço do estado e a gente incentivou candidaturas massa assim, desde a de Nelson que é um bordador que é ator transformista muito conhecido lá em São Cristóvão que a gente via ele muito popular, mas que não vingou isso na eleição, como a do nosso primeiro que a gente incentivou e que é a gente boa e era parceiro que ganhou em Itabaiana que é o Vereador Fabinho que foi através do Abrigo, mas não era pauta pauta LGTB, era o serviço dele a pessoa social que ele era em Itabaiana que deu aquele mandato (pergunta minha: mas você sabe os partidos que cada um deles se candidatou?) O MDB com Fabinho, e em São Cristóvão deve ter sido PSD e tudo por conjuntura de proximidade, ou foi PDT, tudo pelo pela proximidade assim do irmão de fulano que vai ser candidato a perfeito que tá no partido tal vai ser melhor para ajudar nada com ideologia. Não esperem que essa que essas candidaturas anteriores não tem essa sintonia com a necessidade da ideologia política do fato. [...]E que dentro dessa caminhada esses aspectos de direita de esquerda dentro dessas candidaturas não vingaram, vingaram a influência do Mulher do Prefeito do fulano do lugar que ia ter recurso no MDB que ajudar e que aí eu vou. Em São Cristóvão a mesma coisa[...] (Grifos do autor).

Nesse quesito, as práticas militantes e as dinâmicas de ação do movimento em relação com os partidos políticos em Sergipe podem não estar em total sincronia, ou ao menos, em uma relação suficientemente boa que elencasse, até o ano estudado neste trabalho, um maior apoio e para que houvesse uma melhor performance eleitoral desses sujeitos nos pleitos. A relação histórica entre movimento LGBT+ e partidos políticos é, de longa data, conflituosa, a situação torna-se ainda mais problemática ao tornar explícito as dinâmicas políticas e de poder que permeiam os conflitos políticos e o engajamento eleitoral no estado.

Portanto, as estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) ainda que de um lado tenham-se tornado mais favoráveis para a população LGBT+ no que diz respeito a institucionalização do Dialogay, o olhar governamental para as pautas elencadas pelo movimento a fim de promover políticas públicas que sanasse, ao menos, alguns problemas enfrentados por essa população; de outro, encontra-se fechada, melhor dizendo, encontra-se cheia de estruturas de constrangimento no que tange o acesso desses atores ao poder político-partidário-institucional, já que, como demonstrado, não é a ideologia do partido que fará com que um candidato autodeclarado LGBT+ obtenha sucesso em determinado pleito, tampouco a autodeclaração de sua sexualidade. Reafirma-se, nesse aspecto, a necessidade de composição de uma carreira política, de uma militância profissional, do adquirento de um capital político (Bourdieu, 1986) para que esse candidato consiga alçar as esferas institucionais do poder, acerca disso, como afirma Tathiane Araújo acerca de uma candidatura impulsionada pelo grupo ASTRA LGBT+: “e a gente incentivou candidaturas massa assim[...]como a do nosso primeiro que a gente incentivou e que é a gente boa e era parceiro que ganhou em Itabaiana que é o Vereador Fabinho que foi através do Abrigo, mas não era pauta LGTB, era o serviço dele a pessoa social que ele era em Itabaiana que deu aquele mandato”.

Nesse quesito, e com base no que aqui foi dissertado, pode-se tomar como ponto de explicação o caso da candidata Linda Brasil, mulher transexuais, candidata desde o ano de 2008 para o cargo de Vereador na capital sergipana, contudo, suas performances eleitorais foram negativas, insuficientes para que a candidata alçasse o cargo na Câmara de Vereadores de Aracaju. Nesse aspecto, a primeira mulher trans, que leva como bandeira a causa LGBT+ só foi eleita no ano de 2020 sendo a mais votada nesse pleito foi Linda Brasil. Há de se questionar, com base nesses fatos, quais foram os fatores que consagraram o sucesso eleitoral de Linda Brasil nas urnas, e não apenas isso, os fatores que a consagraram como a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira num espaço institucional e deliberativo do poder sendo a mais votada na cidade de Aracaju. Pode-se presumir, indagando-se, que Linda Brasil, nesses anos (2008-2020) tenha construindo um maior capital político (Bourdieu, 1986), tenha também profissionalizado sua militância e seu engajamento eleitoral, o que pode ter a levado a possuir um *background político*. São sobre esses questionamentos que pretendo dar continuidade a essa pesquisa na minha dissertação de mestrado.

Por fim, e com os dados até o momento presente e com o recorte empírico e temporal desta pesquisa, pode-se concluir que as agremiações e palanques políticos montados nacionalmente diferem, em certa medida, ao voltar os olhos para o Estado de Sergipe, mostrando suas nuances e aspectos diferentes a partir das clivagens ideológicas-partidárias, nesse ponto, partido e ideologia em Sergipe subvertem-se à lógica das parentelas (Queiroz, 1997), dos agrupamentos de base familiar e das elites políticas no Estado. E não apenas isso, reiterando o que já foi supracitado, não basta apenas que um candidato leve consigo a autodeclaração enquanto parte da comunidade LGBTQ+ como forma de angariar votos e obter sucesso eleitoral, é preciso construir uma trajetória, uma carreira política profissional, assim como também um engajamento eleitoral. Tudo isso, somado a rede de ligação e alianças que o candidato deve estabelecer para além do seu partido político, alinhando-se a grupos e lideranças políticas que impulsionem sua candidatura e o faça adquirir capital político (Bourdieu, *ibidem*) para obter sucesso eleitoral e ocupar cadeiras nos espaços deliberativos e institucionais do poder.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse aspecto, e com base no que foi dissertado nesta monografia, pode-se concluir, a partir do recorte proposto nesta pesquisa, que a relação entre o movimento LGBTQ+ e os partidos políticos datam da própria gênese do movimento. Tal relação afunila-se ou afasta-se diante do contexto histórico que o movimento passa, ora ligados aos partidos políticos e a institucionalidade, ora aversos aos partidos políticos, à própria política e ao Estado. Diante do exposto, as oportunidades políticas a partir dos escritos de Sidney Tarrow, embasa essa monografia ao demonstrar que são as estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2009) que dita os repertórios de ação do movimento, suas práticas militantes e as demandas a serem elencadas, não obstante a isso, a situação repressiva da ditadura “hétero-militar” (Quinalha, 2018) dá oportunidades para que esse segmento da população, encontrado nas margens da sociedade e visto como corpos abjetos, tornam-se importantes atores políticos na luta contra o autoritarismo e pela livre diversidade sexual.

Nesse quesito, o movimento surgiu na década de 1970 mediante a ditadura no Brasil, a priori, antes de se tornar um movimento demandando e girando em torno de uma causa pública, os atores homossexuais giravam em torno apenas de espaços de

sociabilidade e socialização, em espaços destinados a homossexuais, largados à margem da sociedade enquanto corpos e sexualidades dissidente, o movimento se politiza e torna-se um ferrenho ator político na luta contra o autoritarismo e por direitos civis e sexuais para esse segmento da população, é nesse contexto de luta e politização que Regina Facchini chama da Primeira Onda do Movimento Homossexual (Facchini, 2003), eu, no entanto, prefiro chamar de primeiro momento do movimento Homossexual.

É nesse resgate da sócio-história do movimento que podemos encontrar a sua relação com os partidos políticos. Nesse quesito, é durante o primeiro momento do movimento homossexual que esse segmento se encontra em sua fase autônoma, em quase sua totalidade averso aos partidos políticos, ao Estado e a política. Essa visão política autônoma só muda a partir da chegada do HIV/AIDS, onde o movimento precisa se rearticular e transformar suas pautas e demandas para elencar uma resposta coletiva contra a epidemia, nesse processo fez-se necessário uma maior interlocução do movimento com outros atores da sociedade civil, como médicos sanitaristas, advogados, outros movimentos sociais e agentes governamentais (Petrarca, 2015; Facchini, 2009). Foi durante esse processo de afunilamento entre sociedade civil e Estado na tentativa de formular políticas públicas para assegurar esse segmento da população das violências homofóbicas, que o movimento LGBTQ+ torna-se causa pública, a partir da entrada das demandas elencadas pelo movimento na luta contra o HIV/AIDS na agenda governamental.

É nessa segunda etapa do movimento homossexual que os partidos políticos estreitam sua relação com o movimento, principalmente os partidos de esquerda, como o recém criado Partidos dos Trabalhadores (PT) e a facção gay do Grupo Convergência Socialista, que anos mais tarde tornou-se o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Essa nova relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos que militantes e ativistas do movimento entram em confronto para ater-se a essa relação, dividindo-se em dois grupos, de um lado aqueles que queriam manter a autonomia do movimento em relação aos partidos políticos e, do outro, aqueles que acreditavam que o movimento deveria fazer interlocução não apenas com os partidos políticos de esquerda, mas com outros movimentos sociais.

É nesse novo paradigma e transformações do próprio movimento que determinado ativistas e militantes do movimento de engajam partidariamente e

eleitoralmente nas eleições de 1982, candidatando-se a cargos políticos na tentativa de, não apenas levar a pauta LGBT+ para as arenas deliberativas e institucionais do poder, mas como também desmistificar o próprio movimento das amarras preconceituosas que permeia o imaginário social. Tal contexto foi apresentado durante esta monografia, demonstrando os aspectos sociais e políticos que permeiam essa relação e, conseqüentemente, deram abertura de oportunidades políticas para que esse movimento conseguisse espaço dentro da sociedade civil e da política.

Ao partir para a análise das candidaturas LGBT+ durante os anos de 2002 a 2016 percebe-se algumas nuances que colocam em xeque a relação do movimento com os partidos políticos, o contexto social e político dessas candidaturas, a ideologia do governo federal e, conseqüentemente, suas ações frente às demandas elencadas pelo movimento e como isso afeta a performance eleitoral dessas candidaturas.

Num primeiro ponto, a literatura aponta que apenas no governo do petista Luís Inácio Lula da Silva que as demandas elencadas pelo movimento LGBT+ tornam-se “questão de Estado” (Aguião, 2014), nesse sentido, as ações do chefe do executivo frente às demandas levantadas pelo movimento começam a se institucionalizar e programas, como o “Brasil sem Homofobia”, para garantir direitos a essa população começam a serem organizado, logo, os movimentos sociais e, conseqüentemente, o movimento LGBT+ fazem-se mais presente dentro das deliberações estatais. Contudo, com o passar do tempo, tais ações não surtiram efeito e os programas não se tornaram políticas públicas institucionalizadas. A relação torna-se ainda mais conflituosa quando, em 2014 e sob pressão de parlamentares conservadores que compõe a Frente Parlamentar Evangélica, a então presidente Dilma vetou o Kit Anti-Homofobia, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) que iria ser distribuído nas escolas com o objetivo de capacitar professores acerca das diversidades a serem encontradas nas salas de aula.

Nesse aspecto, percebe-se a dialética e a forma como funciona a dinâmica política do Brasil ao ter analisado nesta monografia como, em determinado momento, as ações do chefe colocam as pautas do movimento dentro das organizações estatais a fim de promover melhoras significativas na qualidade de vida desse segmento da população a partir da garantia dos direitos civis dessa população. E em outro momento, o mesmo partido, que contou com a contribuição do movimento LGBT+ na sua fundação (assim como também o PT teve as primeiras candidaturas de ativistas

LGBT+ e aliados à causa da livre diversidade sexual) tenha constrangido as oportunidades políticas desse movimento ao vetar uma das ações do programa Brasil sem Homofobia, criado no governo do PT. Tais ações foram explicadas a partir das contribuições de Sérgio Abranches e seus escritos acerca do presidencialismo de coalizão enquanto um dilema da política brasileira.

Não obstante, embora o movimento tenha construído seu espaço dentro dos ambientes institucionais, e tenha em dado momentos obtido oportunidades e constrangimento das oportunidades políticas, o movimento também deu seus passos na sociedade civil a fim de desconstruir o preconceito que orbita a sociedade civil acerca dos temas que envolve gênero e sexualidade. A exemplo disso, os grupos LGBT+ que foram criados no Brasil, as Paradas do Orgulho LGBT+ por todo o país deram espaço para a construção de maior visibilidade do movimento dentro da sociedade. Contudo, tais fatores apresentados não foram o suficiente para que o movimento e suas candidaturas obtivessem sucesso eleitoral, como apresentado os dados no segundo capítulo desta monografia onde 92,9% das candidaturas LGBT+ entre 2002-2016 não obtiveram sucesso nas urnas.

Com base nos dados apresentados a partir dos gráficos elucidados nesta monografia, a performance eleitoral das candidaturas LGBT+ demonstrando um baixo sucesso eleitoral pode ser explicada por diversos fatores, nesse aspecto, uma monocausa não justificaria uma abordagem complexa, mas o fator que mais se sobressai é a questão do profissionalismo da militância a partir da construção de uma carreira política que daria capital político a esse indivíduo, suficiente para que alcançasse um cargo nas esferas institucionais e deliberativas de poder. Nesse quesito, a questão do capital político suficiente para o sucesso nas urnas sobrepõe-se à autodeclaração desses sujeitos enquanto minorias do segmento LGBT+ da população, esse último aspecto, por sua vez, não seria suficientemente capaz de angariar votos e garantir um melhor desempenho eleitoral. A presente monografia é o ponto de partida para o aprofundamento dessa temática, e é nesse sentido, e com a necessidade de compreender minuciosamente essas candidaturas a partir da análise de carreira, elucidando os pontos que levam um candidato LGBT+ a ser eleito ou não, que pretendo desenvolver mais a frente na minha dissertação de mestrado.

Entre compassos e descompassos, a relação do movimento LGBT+ com os partidos políticos é historicamente conflituosa, além do mais, a organização da política

brasileira sob a herança maldita do colonialismo deixou marcas profundas na forma de se fazer política no Brasil, é personalidade é uma característica marcante nesse aspecto, assim como também as coalizões enquanto uma “necessidade” do governo federal de gerenciar sua governabilidade. Todos esses aspectos da lógica de funcionamento do poder político brasileiro elenca uma série de “categorias” que um indivíduo precisa cumprir para conseguir acessar o poder político partidário-institucional. A lógica dos sistemas de aliança deixa isso ainda mais nítido quando nesta monografia discorre-se sobre a realidade sergipana.

Como exposto no parágrafo acima, a herança maldita dos moldes coloniais marcou a constituição da política brasileira, nesse aspecto, a lógica de uma política personalista alicerçada por um sistema de alianças fica ainda mais explícita quando recorreremos à análise do caso sergipano. Tal análise contou com explicitação dos dados empíricos acerca das candidaturas, demonstrando que em Sergipe, o arco-íris resplandece a partir da criação do Dialogay e da circulação do famoso jornal nacional *Lampião da Esquina*, tais situações deram abertura das oportunidades políticas para que o movimento LGBT+ se consolidasse no estado.

Assim como o cenário nacional refletia no estado, o movimento LGBT+ sergipano fez associações e interlocuções com diversos atores da sociedade civil, entre eles agentes governamentais e médicos sanitários, para elaborar uma resposta coletiva contra a epidemia de HIV/AIDS. Não obstante, a luta do movimento institucionaliza-se em torno de uma causa pública e começa a adentrar, em meio a pressões do movimento social, dentro da agenda estatal sergipana, na busca pela garantia dos direitos civis e sexuais do segmento LGBT+ sergipano, e para além disso, na luta contra a violência homofóbica que muito marcou a década de 1990 no estado.

Ao partir para as candidaturas de pessoas LGBT+ no estado a partir dos dados utilizados nesta monografia, foram localizadas 11 candidaturas desse segmento da população, apenas para o cargo de vereador, repetindo o cenário nacional onde as candidaturas alocam-se à margem da hierarquia do poder político-partidário, ou seja, apenas em “baixos” cargos de poder como o de vereador. Nenhuma dessas candidaturas obteve sucesso eleitoral, e mais uma vez, a hipótese tomada nesta monografia concretiza-se e firma-se a partir da entrevista realizada com Tathiane Araújo, onde a explicitação de que em Sergipe, o sucesso eleitoral não está interligado

a autodeclaração dos indivíduos enquanto LGBTQ+, mas sim a construção de sua carreira política, do adquirento de capital político, como aponta Bourdieu.

Para além disso, em Sergipe foi possível localizar as nuances da relação entre o movimento e os partidos políticos a partir das clivagens ideológico-partidárias e nas diferenciações dos palanques montados nacionalmente para os montados estadualmente. Isso porque, como foi demonstrado, a política sergipana possui aspectos específicos em sua lógica de poder, mas muito semelhantes à lógica política dominante no país, ou seja, em Sergipe, o sucesso eleitoral é determinado pelas redes de alianças do indivíduo com os agrupamentos de base familiar e as suas respectivas lideranças políticas. Logo, a causa LGBTQ+ e os candidatos que a representa não estariam necessariamente ligados a ideologia partidária (ou seja, alocados majoritariamente a partidos de esquerda) para obter um possível sucesso eleitoral, mas sim ao nível de capital político do indivíduo e a sua relação com as elites políticas locais advindas dos agrupamentos de base familiar. Nesse aspecto, o cenário nacional repete-se, em certa medida, no cenário estadual.

Acredito na relevância desta pesquisa por se debruçar não apenas em temas caros para a sociologia dos movimentos sociais e a sociologia política como é a relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, mas por fazer um recorte ainda pouco explorado dentro da academia e das ciências sociais, que é a relação do movimento LGBTQ+ com os partidos políticos no Brasil. A ascensão de parlamentares LGBTQ+ nas eleições de 2022 geraram as dúvidas que deram origem a esta pesquisa, compreender quais foram os itinerários, percalços e conflitos que levaram essas pessoas a ocuparem cadeiras nas arenas institucionais do poder. Torna-se, portanto, dever da sociologia desnudar tal relação. Ainda há muito para ser estudado no que tange esta temática, principalmente quando se parte para os anos seguintes do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa, assim como também, há muito o que ser estudado e explicitado das novas dinâmicas de poder e práticas militantes do movimento LGBTQ+ no Brasil.

Há muitos desafios enfrentados por esse segmento da população para conseguir alçar o poder institucional e elencar as pautas históricas desse movimento dentro dos espaços de poder e deliberação no país. A pesquisa aqui dissertada é apenas o início de várias análises que virão a acontecer para compreender, cada vez mais afundo, não apenas a lógica das dinâmicas de poder que alicerçam o sistema

político brasileiro, mas para compreender como indivíduos que mesmo após anos de lutas e conquistas, ainda ocupam, de certa forma, espaços marginalizados na sociedade, como esses indivíduos, por sua vez, quebram o status quo e ocupam espaços que possuem gênero, raça e sexo muito bem delimitado à norma. Há nesse aspecto, muitos caminhos a serem percorridos para compreender a ascensão desse arco-íris e a realidade por trás das cores e purpurinas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de Coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Presidencialismo de Coalizão: O dilema Institucional Brasileiro**. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.31, n.1º, p.5-34. 1998

ALONSO, Angela. “**As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 76, 49–86. 2009

ABERS, Rebecca, Lizandra Serafim, e Luciana Tatagiba. “**Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**”. *Dados* 57, nº 2, p.325–57. 2014

AGUIÃO, Silvia. 2014. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo.

AGUIÃO, Silvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação de movimentos LGBT nas políticas governamentais. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação**. Rio de Janeiro: CBAE, pp. 239-269. 2014

ABERS, Rebecca Neaera, Marcelo Kunrath Silva, e Luciana Tatagiba. “**Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas**”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 105, p. 15–46. 2018

ARRUDA, Roldão. **Dias de Ira: uma história verídica de assassinatos autorizados**. São Paulo: Globo, 2001

AMENTA, Edwin; CAREN, Neil; STOBAUGH, James E. **Political reform and the historical trajectories of U.S. social movements in the twentieth century**. *Social Forces*, v. 90, n. 4, pp. 1073-1100. 2012.

BANASZAK, Lee Ann 2005. Inside and outside the State: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen M. (eds.). *Routing the Opposition: social movements, public policy and democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 149-176.

BÖER, Alexandre. **Polêmica em Porto Alegre: capital gaúcha terá duas paradas gays este ano**. *Visão Real*, 2005. Disponível em: < <https://visaoreal.com.br/> < Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Secretaria Especial de Direitos Humanos. Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008a. 15 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBT**. Brasília: SEDH-Presidência da República, 2008b.

BRANDÃO, L. C. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 71, p. 123–143, 2011.

CARDOSO, Ruth. **A trajetória dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90, política e identidade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas – efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, pp. 83-99. 2015

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos**. Paper apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 24 a 28 de outubro. 2016

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARDOSO, Ruth. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In: *Sociedade e política no Brasil pós-64*. B. Sorj; M.H. Tavares de Almeida (orgs) São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. *Bagoas*, n. 5, pp. 131-147. 2010

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

\_\_\_\_\_, Sérgio; RAMOS, Silvia; SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

\_\_\_\_\_, Sérgio; RAMOS, Silvia; LACERDA, Paula; MEDRADO, Benedito; VIEIRA, Nara. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

\_\_\_\_\_, Sérgio; SIMÕES, Júlio. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 65-100, 2007.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: **O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978/1982)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. **Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas**. Dados, v. 45, n. 2, pp. 187-218. 2002.

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos**. Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, pp. 241-256. 2010

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política: ideologia e ação da “bancada evangélica” na Câmara Federal**. 350f. Tese de Doutorado em Psicologia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Elite Dirigente do Governo Lula**. Rio de Janeiro, CPDoc/FGV. 2009

DE LA DEHESA, Rafael. **Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emergence democracies**. NC: Duke University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **El sexo y la revolución: la liberación lésbico-gay y la izquierda partidaria en Brasil**. Revista de Estudios Sociales, n. 28, 2007

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual**. In: Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade. FURG, Rio Grande, 2009.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, 10, p. 24-30, 1984.

EVERS, Tilman. De costas para o Estado, longe do Parlamento. **Novos Estudos CEBRAP** 2, n.1, p. 25-39, 1983

FACCHINI, Regina. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro**. Bagoas, n. 4, pp. 131-158. 2009

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cadernos AEL, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 82-123

\_\_\_\_\_. **Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS**. UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard. Construções de sexualidades: gênero, identidade comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: PALLAS, 2004, p. 151-168

\_\_\_\_\_. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **Por uma genealogia do conceito de homofobia no Brasil: da luta política a um campo de governança**. Passages de Paris, v. 7, pp. 97-104. 2012

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. **Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, número especial, pp. 161-172. 2010

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

\_\_\_\_\_. **“Cada macaco no seu galho?”: arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 103-115, 2006b

\_\_\_\_\_. **Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 227-256, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 28, p. 289-311, 2007b.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. 2012. **Coalizões governamentais na democracia brasileira**. Primeiros Estudos, v. 3, pp. 159-196.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Presidential power, legislative organization, and party behavior in Brazil**. Comparative Politics, v. 32, n. 2, pp. 151–170. 2000.

\_\_\_\_\_. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001

FRY, Peter. **Para o inglês ver**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GALVÃO, J. **AIDS e imprensa: um estudo de antropologia social**. 1992. Rio de Janeiro: UFRJ Museu Nacional, 1992.

GALVÃO, J. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: Editora 34, ABIA, 2000.

GOLDSTONE, Jack. Bridging institutionalized and noninstitutional politics. States, Parties and Social Movements. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 1-24. 2003.

GOMES, Pedro. Teoria do Processo Político: dimensões analíticas. **Sinais: Revista de Ciências Sociais**. Vitória, v.1, n. 23, p.56-74, 2019.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo da; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária**. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 26, n. 1, pp. 87-94. 2009

GREEN, James N. *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

GREEN, James Naylor. **A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina**. Cadernos AEL. Campinas, v. 10, n. 18-19, 2003, pp. 17-39.

\_\_\_\_\_. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. Cadernos AEL, v.10, n. 18-19, 2003.

GOHN, Maria da Glória (2010 [2008]). **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

KATZENSTEIN, Mary Fainsod. 1990. Feminism within American institutions: unobtrusive mobilization in the 1980s. Signs, v. 16, n. 1, pp. 27-54.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, E. O Militante Homossexual no Brasil da Abertura. 1985. 218 f. Tese (Doutorado em antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação**. Sociologias, v. 13, n. 28, pp. 18-51. 2011

MCADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (orgs.). **Comparative**

**perspectives on social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp.23-40

MACHADO, Frederico Viana; RODRIGUES, Cristiano Santos. 2015. *Movimentos negro e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada*. In: MACHADO, Frederico Viana; MASSOLA, Gustavo Martineli; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (orgs.). **Estado, ambiente e movimentos sociais**. Florianópolis: Edições do Bosque, pp. 22-45

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado**. Belo Horizonte: 308p. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. 2012. **Por onde andam as políticas públicas para a População LGBT no Brasil**. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, pp. 289-312.

MELO, Marcos; COSTA, Patrícia; VASCONCELOS, Michele. **Grupo Dialogay de Sergipe: Desmunhecação e luta contra o HIV/AIDS na década de 1980**. In: Caetano *et.al.*, (org.) Quando Ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018). Tubarão: Copiart, 2018. p.27-34

MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe, 2013**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

\_\_\_\_\_. Marcos Ribeiro. O ENGAJAMENTO DE LIDERANÇAS NA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DO “UNIVERSO TRANS” EM ARACAJU. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 19, p. 103–141, 2011. DOI: 10.21669/tomo.v0i19.810

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação**. *Sociologias*, v. 13, n. 28, pp. 18-51. 2011

MEYER, David S. Peace protest and policy: explaining the rise and decline of antinuclear movements in postwar America. *Policy Studies Journal*, v. 21, n. 1, pp. 35-51. 1993a.

MCADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (orgs.). **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp.23-40

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.

MIGUEL, L. F.. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.

NASCIMENTO, D. R. **Aids: um desafio à cidadania no final do século**. In VI CONGRESSO LUSO-AFRO -BRASILEIRO. Porto, 2000. Anais do VI Congresso Luso Afro-brasileiro, 2000

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “**A Arte de Resistir às Palavras’: inserção social, engajamento político e militância múltipla**”. Em *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*, organizado por Ernesto Seidl e Igor Gastal Grill, 1ª edição., 141–78. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora, 2013

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Posições de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais**. Anais II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, Participação e Democracia”. Florianópolis, 2007a. p. 670-690.

PASOLINE, Pier Paolo. **As últimas palavras do herege**. São Paulo: Brasiliense, 1983

PETTINICCHIO, David. **Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy**. *Sociology Compass*, v. 6, n. 6, pp. 499-510. 2012.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, p. (217-252), dez, 2018.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+. Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIOS PETRARCA, F. A luta contra a Aids: uma causa, múltiplos saberes. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 91–114, 2015

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. 2006. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas**. *Physis*, v. 16, n. 2, pp. 185-205

RODRIGUES, J. **Carta aberta à Presidenta Dilma**. Linha Direta, 26 maio 2011. Disponível em: <<https://www.pt-sp.org.br>>. Acesso em: 28, set 2023.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciência Política. São Paulo, n.21, set-dez. 2016, pp. 147-186.

\_\_\_\_\_. Estado, Projetos Políticos e Trajetórias Individuais: Um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

\_\_\_\_\_. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v., n. 1, pp. 179-212, jan-jun, 2016

SANTOS, G. G. DA C. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978/2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.63, p.121-135, 2007.

SANTOS, A. D. DOS.; JACÓ-VELLA, A. M. Rádice: passado e futuro. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 26-32. 2005.

SALVADOR MOURA COSTA, Patrícia Rosalba; RIBEIRO DE MELO, Marcos. A luta contra a homofobia: das condições de constituição dos movimentos homossexual e LGBTTT em Sergipe. **Revista TOMO**, [S. l.], 2014.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Identidade e diferença: A trajetória das mulheres no Partido dos Trabalhadores**. In: Perseu - história, memória e política. vol. 1, nº 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009

SILVA, L. L. **AIDS e a Homossexualidade em São Paulo**. Dissertação. Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1986.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

TILLY, Charles. (1978). **From mobilization to revolution**. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso- A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4º ed. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.